



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTO ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

LINDOMAR DE JESUS DE SOUSA SILVA

**LIMITES À ENDOGENEIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NUMA
REGIÃO DE FRONTEIRA: o caso de Paragominas**

BELÉM
2007

LINDOMAR DE JESUS DE SOUSA SILVA

**LIMITES À ENDOGENEIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NUMA
REGIÃO DE FRONTEIRA: o caso de Paragominas**

Dissertação de mestrado apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PLADES/NAEA/UFPA).

Orientador: Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro

BELÉM
2007

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPa)

Silva, Lindomar de Jesus de Sousa

Limites à endogeneização do desenvolvimento numa região de fronteira: o caso de Paragominas/Lindomar de Jesus de Sousa; Orientador, Maurílio de Abreu Monteiro. – 2007.

... f. ; 29cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2007.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Capital social – Paragominas (PA). 3. Paragominas (PA) – Condições econômicas. 4. Paragominas (PA) – Fronteira. 5. Planejamento regional – Paragominas (PA). I. Monteiro, Maurílio de Abreu, orientador. II. Título.

CDD 21. ed. 338.9098115

**LIMITES À ENDOGENEIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NUMA
REGIÃO DE FRONTEIRA: o caso de Paragominas**

LINDOMAR DE JESUS DE SOUSA SILVA

Dissertação de mestrado apresentada para a obtenção do grau de Mestre em
Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da
Universidade Federal do Pará.

Data da defesa: 20 de dezembro de 2007.

Conceito: Aprovado.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro
Orientador, NAEA/UFPA

Prof. Dr. Armin Mathis
NAEA/UFPA

Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva
Examinador Externo

*A Maria Adriana de Sousa,
minha mãe e protetora de
sempre.*

AGRADECIMENTOS

A Ruth Heide Matos, amiga e companheira de todas as horas, a qual deve sinceras e eternas honrarias.

Ao Professor Dr. Maurílio de Abreu Monteiro, pela amizade, compreensão e pela sabedoria na orientação desta dissertação.

À todos e todas que fazem parte da Cáritas Brasileira, de modo especial, a Tânia Nazarena Miranda, Ádima Monteiro, Terezinha Rosa de Mescouto, Andréa do Socorro Borges, Lidenilson Silva, Emerson Zangalo, Eliana Santos

A todos os professores do Curso de Mestrado, pela competência, pelo o nível de qualidade do curso e por todo conhecimento propiciado.

Aos meus colegas de turma pela troca de conhecimento, experiências e pela amizade. Aos colegas de turma, participantes dos encontros (da cerveja), pela descontração e alegria proporcionado nos momentos que mais precisava.

Aos amigos de lutas e conquistas, de modo especial ao Betinho, Valdomiro Sousa, Jax Nildo(Birá) e Valdir Rodrigues, Nonato, Mauro e Selmo.

A Stephany, Edney e Zé Wilson pela paciência e carinho durante a construção e correção desta dissertação, os meus mais sinceros agradecimentos.

A minha família, pelo carinho, confiança e incentivos.

Ao “Seu” Carlos que teve paciência, acompanhando-me nas altas horas de estudo.

A santíssima trindade fonte de inspiração e conforto; a São Jorge presença de confiança e proteção e a São Francisco de Assis referência de paz e bem!

E finalmente, a todos os lutadores e as lutadoras do povo que de alguma maneira contribuíram com este trabalho.

O subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual tenham passado, necessariamente, as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. O Brasil, país marcado por profundas disparidades sociais superpostas à desigualdade regional em nível de desenvolvimento, tem, ao longo de sua História, tornado-se frágil em um mundo dominado por empresas transnacionais, que tiram partido dessa desigualdade. No passado, a concentração de renda fez-se em benefício da acumulação interna, o que, de alguma forma, modernizou o país. Agora, ela se faz em benefício da acumulação externa.

CELSO FURTADO

RESUMO

O presente trabalho analisou os limites ao desenvolvimento endógeno numa região de fronteira, tendo como objeto de estudo o território formado pelos municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu, Estado do Pará, Brasil. Para isso, o mesmo pretende, a partir dos dados secundários e pesquisa de campo, identificar e discutir os elementos que limitam a endogeneização do desenvolvimento. Nessa perspectiva, podemos compreender como a dinâmica capitalista constrói territórios marcados pela prevalência de fatores que limitam ou bloqueiam o desenvolvimento endógeno do território. Além disso, o trabalho busca identificar fatores do capital social que incluem elementos como a interação, a cooperação, as ações conjuntas etc., como fatores determinantes para a endogeneização do desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento endógeno. Território. Capital social. Fronteira.

ABSTRACT

The present work argued the limits of the endogenous development in a border region, taking as area studied the territory formed by municipalities of Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu, State of Pará, Brazil. For this, based on secondary data and field researches, the work intends to show the elements that limit the endogenous development of the territory. In this perspective, is possible to understand how capitalist dynamics builds territories marked by prevalence of factors that limit or block the endogenous development of the territory. In addition, the work identified the factors of the social capital that includes elements as the interaction, the corporation, the joint actions etc., as determiners factors to the endogenous development of the development.

Key words: Endogenous development. Territory. Social capital. Border.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização dos municípios em estudo.....	77
Mapa 2 - Microbacia do igarapé do Quilômetro Cinquenta e Quatro, Paragominas (PA), no contexto da bacia do rio Uraim.	94
Mapa 3 - Cartas-imagem e mapas de uso do solo na microbacia do igarapé Cinquenta e Quatro, Paragominas.....	95
Grafico 1 - Gráfico de evolução das categorias de uso do solo na microbacia do igarapé Cinquenta e Quatro, Paragominas.	96
Grafico 2 - Evolução do desmatamento provocado pela Empresa “Cia. Melhoramento da Ligação” em Paragominas, segundo Leal (2000).....	98
Grafico 3 - Pessoal ocupado e condição do produtor.	108
Grafico 4 - Títulos de propriedade de terras requeridas ao ITERPA.....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Total em 1991 e 2000 e população estimada em 2005.....	77
Tabela 2 - Estrutura etária de 1991 e 2000.....	79
Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano.	81
Tabela 4 - IDH por renda, longevidade e educação.....	82
Tabela 5 - Renda Per Capita.....	85
Tabela 6 - Informações Sobre Saúde - Postos de Saúde, leitos por habitantes, hospitais e taxa de mortalidade.	86
Tabela 7 - Morbidade no Território – doenças e faixa etária de maior ocorrência em 2004. .	87
Tabela 8 - Situação do Saneamento Básico nos municípios de Ulianópolis;Paragominas e Dom Eliseu – Abasteci mento água, esgoto Sanitário e Coleta de Lixo.....	88
Tabela 9 - Condições ambientais no território, nº de queimadas e desmatamentos.....	91
Tabela 10 - Demonstração das atividades da CIA. MELHORAMENTO DA LIGAÇÃO em Paragominas, adaptada de Leal (2000).	96
Tabela 11 - Indicadores Econômicos – Renda total, renda per capita, produção animal e vegetal, arrecadação de ICMS, Receita Pública.	99
Tabela 12 - Relação entre população rural e trabalhadores rurais.....	100
Tabela 13 - Condições da educação no território, nº analfabetos, matriculados e responsáveis por domicílios com menos de 4 anos freqüentados a escola.....	103
Tabela 14 - Número de Matrículas em 2004. Fonte: Ministério da Educação/INEP-2004. ..	103
Tabela 15 - Utilização da terra.	104
Tabela 16 - Comparativo do uso da terra.	104
Tabela 17 - Dados Econômicos - Lavouras Temporárias - Área Plantada.	104
Tabela 18 - Dados Econômicos - Lavouras Permanentes - Área Plantada.	105
Tabela 19 - Estabelecimentos rurais segundo grupo de atividade econômica.	106
Tabela 20 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais por categoria.....	109
Tabela 21 - Estabelecimentos rurais conforme condição do produtor.....	109
Tabela 22 - Número de Estabelecimento do território de Paragominas.	110
Tabela 23 - Valor anual da produção por tipo de atividade, no território e no Estado.....	110
Tabela 24 - Agricultura familiar no território, nº de estabelecimentos, área, pessoal ocupado e VABP.....	111
Tabela 25 - Estabelecimentos familiares conforme a renda obtida.	111
Tabela 26 - Créditos do PRONAF concedidos em 2004, por grupo e modalidade.....	112

Tabela 27 - Demanda qualificada por créditos do PRONAF- A, em 2005.....	114
Tabela 28 - Projetos de assentamento rural (PA's).	114
Tabela 29 - Participação coletiva na resolução de problemas (%).	116
Tabela 30 - Evolução da população urbana/rural do território (1991/2000).	119
Tabela 31 - Participação em reuniões políticas (%) – 2006/07.	120
Tabela 32 - Participação em partidos políticos (%) – 2006/07.	120
Tabela 33 - Participação em comícios (%) – 2006/07.	120
Tabela 34 - Evolução da participação eleitoral (2004/06).	121
Tabela 35 - Interesse por política (%) 2006/07.	122
Tabela 36 - Eleições de 1965 a 2000: Paragominas, Dom Eliseu e Ulianópolis.*.....	123
Tabela 37 - Produto interno bruto a preço de mercado e produto interno bruto per capita no território de Paragominas de 1999 a 2004.	127
Tabela 38 - Coeficiente ou Índice de Gini.	128
Tabela 39 - Renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos.....	128

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BR -	Brasil
CIA -	Companhia
EMBRAPA-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ha -	hectare
IBAMA -	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS -	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDH-	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMAZON -	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE -	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITERPA -	Instituto de Terras do Pará
Km -	Quilômetro
Km² -	Quilômetro quadrado
LEADER -	Liaison entie Action de Développement Rural.
MDA -	Ministério de Desenvolvimento Agrário
ONU-	Organização das Nações Unidas
OTAN -	Organização de Tratado do Atlântico Norte
P&D-	Pesquisa e Desenvolvimento
PAS -	Plano Amazônia Sustentável
PEA -	População Economicamente Ativa
PIB-	Produto Interno Bruto
PNUD-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT-	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PROTERRA -	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PTDRS -	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDT -	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SUDAM -	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UDR -	União Demográfica Ruralista
UFPA-	Universidade Federal do Pará
VABP	Valor Anual Bruto da Produção
VAP -	Valor Anual de Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	ASPECTOS CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	23
2.1	O ADVENTO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO.....	23
2.2	DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	27
2.2.1	As redes como fator fundamental para o desenvolvimento endógeno.....	34
2.2.2	Aprendizagem, inovação e território como fatores do desenvolvimento endógeno.....	36
2.2.3	Mercado de trabalho e acumulação de capital no processo do desenvolvimento endógeno.....	38
2.2.4	O conhecimento, o capital humano e o capital social como condições fundamentais para o desenvolvimento endógeno.....	39
3	DISCUSSÃO SOBRE O TERRITÓRIO COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	47
3.1	CONCEPÇÕES REFERENTES AO CONCEITO DE TERRITÓRIO.....	47
3.2	DIFERENTES LEITURAS SOBRE O TERRITÓRIO PARA SE ALCANÇAR O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	48
4	ASPECTOS DA FRONTEIRA E O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	66
4.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA NOS ÚLTIMOS 40 ANOS.....	67
4.2	CONFLITOS, VIOLÊNCIA E DESMATAMENTO NA FRONTEIRA COMO BLOQUEIO AO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	68
4.3	Mudanças na fronteira? A nova política para o desenvolvimento territorial formulado pelo governo federal a partir de 2003.....	72
5	FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO DE PARAGOMINAS, ULIANÓPOLIS E DOM ELISEU.....	74
5.1	FORMAÇÃO E PERFIL DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.....	75
5.2	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	80

5.2.1	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Indicadores de Pobreza.....	80
5.2.2	A evolução das dimensões do IDH-M nos municípios.....	81
5.2.3	Renda e desigualdades socioeconômicas.....	83
5.2.4	Saúde e saneamento.....	85
6	CONDIÇÕES AMBIENTAIS E O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	89
6.1	A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E AMBIENTE.....	93
6.2	ECONOMIA.....	98
6.3	EDUCAÇÃO COMO ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO.....	100
6.4	AGROPECUÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR COMO FATORES DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO.....	103
6.4.1	Utilização da terra.....	103
6.4.2	Pessoal ocupado e condição do produtor.....	107
6.4.3	Perfil fundiário do território.....	108
6.4.4	Rentabilidade da produção agropecuária.....	110
6.4.5	Agricultura familiar.....	111
6.4.6	Ações de desenvolvimento rural sustentável no território.....	112
6.4.6.1	Público beneficiário das políticas de crédito.....	112
6.4.6.2	Créditos do PRONAF concedidos em 2004.....	113
6.4.6.3	Demanda qualificada por crédito do PRONAF em 2005.....	113
7	ANÁLISE DA VARIAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	114
7.1	A VARIAÇÃO NEGATIVA DO CAPITAL SOCIAL DO TERRITÓRIO.....	115
7.2	INSEGURANÇA, INSATISFAÇÃO E FRUSTRAÇÃO.....	116
7.3	UMA SOCIEDADE ONDE IMPERA O FAMILISMO AMORAL DE BANFIELD.....	117
7.4	ÊXODO RURAL CRESCENTE E DISPERSÃO URBANA.....	118
7.5	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES PARTIDÁRIAS, PARTIDOS POLÍTICOS E COMÍCIOS.....	119
7.5.1	Participação eleitoral.....	120
7.5.2	Interesse por política.....	121
7.5.3	As mazelas da cultura tradicional.....	122
7.5.4	Desconfiança interpessoal e nas instituições políticas.....	126
7.6	CRESCIMENTO DO PIB E AUMENTO DA CONCENTRAÇÃO DE	126

	RENDA.....	
8	LIMITAÇÕES AO ENRAIZAMENTO ENDÓGENO DO DESENVOLVIMENTO NO TERRITORIO DE PARAGOMINAS: HERANÇAS PERVERSAS ASSOCIADAS AO UM MODELO EXÓGENO E HOMOGENEIZADOR.....	129
8.1	FATORES HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E O BLOQUEIO À CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	132
8.2	ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ACESSO À TERRA.....	138
8.3	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	139
8.4	RECURSOS FINANCEIROS PARA INVESTIMENTOS PÚBLICOS.....	140
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
	REFERÊNCIAS.....	145

1 INTRODUÇÃO

A década de 2000, com a ascensão dos governos democráticos e populares no âmbito das esferas federal e estadual, no caso do Estado do Pará, marca a construção de uma série de instrumentos e propostas para o enfrentamento do avanço do capital na Amazônia, que nos últimos trinta anos impôs por meio de diferentes atores uma estratégia de desenvolvimento alicerçada na criação de espaços pretensamente homogêneos, como alternativa de impulsionar o desenvolvimento da região. O governo Lula e o governo Ana Júlia passaram, neste sentido, à construção de estratégias voltadas para a valorização da diversidade da produção e das “potencialidades locais latentes” (MONTEIRO *et al.*, 2008).

Um dos novos instrumentos de pensar a região amazônica é o Plano Amazônia Sustentável – PAS (BRASIL, 2004, p. 61), que trás como objetivo:

implementar um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira, pautado na valorização das potencialidades de seu enorme patrimônio natural e sócio-cultural, voltado para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais, a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras com inserção em mercados regionais, nacionais e internacionais e o uso sustentável dos recursos naturais com a manutenção do equilíbrio ecológico.

O PAS estabelece quatro os objetivos específicos voltados para a implantação de um novo modelo de desenvolvimento na região. São estes:

- a) Viabilizar atividades de produção sustentável com inovação tecnológica, estimulando a geração de emprego e renda, o aumento da segurança alimentar e maior competitividade em mercados regionais, nacionais e internacionais, priorizando a melhor utilização de áreas já abertas e o uso múltiplo da floresta em bases sustentáveis.
- b) Fortalecer a inclusão social e a cidadania, por meio de processos participativos de gestão das políticas públicas, envolvendo parcerias entre órgãos governamentais, a sociedade civil e o setor privado, com transparência e controle social; acesso da população regional às políticas universais de educação, saúde, segurança pública, previdência social e ações prioritárias voltadas para o enfrentamento dos problemas urbanos e o fortalecimento do sistema de cidades.
- c) Implementar e manter obras de infra-estrutura nos setores de transporte, energia e comunicações na Amazônia, como elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável, de forma articulada com estratégias de ordenamento territorial, maximizando benefícios sócio-econômicos e minimizando eventuais impactos negativos.

d) Estabelecer um novo padrão de financiamento na Amazônia, voltado para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, o uso sustentável dos recursos naturais e a intensificação da incorporação de conhecimentos técnico-científicos à produção (BRASIL, 2004, p. 61).

No documento “Governo Democrático Popular na Amazônia Brasileira” (2008), no capítulo intitulado “O significado do Governo Ana Júlia”, é reforçada a idéia de que um novo modelo de desenvolvimento tem que “romper com os fundamentos autoritários daquelas políticas, qual seja, a negação dos agentes locais como entes sociais capazes de serem elementos centrais no desenvolvimento e na condução da Amazônia” (MONTEIRO *et al.*, 2008, p. 5).

O documento ainda enfatiza que é necessário mudar o foco da produção científica e tecnológica, que historicamente tem priorizado atores exógenos à região, e que atuam inspirados num modelo de desenvolvimento metal-mecânico que orienta a implantação de grandes mineradoras, guseiras, metalúrgicas, indústrias químicas, produção extensiva de gado e de grãos e as gigantescas estruturas industriais, que têm custos elevados para o meio ambiente e para a sociedade. A concepção do governo expressa no documento diz que dentre as alternativas a esse modelo insustentável

[...] encontram-se as pequenas e médias estruturas produtivas, que operam em pequenas escala, entre as quais, grande parte das unidades camponesas. Trata-se de um modelo baseado na diversificação da produção, cujos riscos ambientais são bem menores; trata-se de uma alternativa de desenvolvimento cujo sucesso necessita conjugar a exploração da base natural da região com paradigma de tecnologia de informação e bioquímica. Essa inovação além de impulsionar um ambiente cooperativo e inovador, facilitando a partilha e a difusão de informação, também causa mudanças nos fundamentos da agenda da produção de ciência e de tecnologia na região, que têm ignorado as demandas de um modelo de desenvolvimento que tenha por base a valorização da diversidade ecológica, social, cultural da região (MONTEIRO *et al.*, 2008, p. 9).

Portanto, há no âmbito dos governos federal e estadual um novo olhar sobre a Amazônia, e uma nova concepção para elaborar e implementar políticas capazes de impulsionar um modelo de desenvolvimento diferente, renovado, para a região. É neste contexto que se insere a presente dissertação, intitulada “Limites à endogeneização do desenvolvimento numa região de fronteira: o caso de Paragominas”. É importante ter em vista que na área aqui chamada de território de Paragominas há mais de três décadas vêm atuando diferentes atores, que buscam garantir o controle dos recursos naturais existentes. A construção de estradas, a abundância dos recursos madeireiros, o baixo preço da terra e

recentemente a mineração serviram como fatores de atração para investidores e colonos. Pecuáristas vieram da região Centro-oeste do Brasil em busca de terra barata ou, muitas vezes, até gratuita. Além disso, nas décadas de 1960 e 1970, incentivos fiscais atraíram empresas e indivíduos dispostos a investir na região. Madeiros com experiência e capital migraram para o território de Paragominas, por causa da exaustão das florestas do sul e sudeste do País. O processo de desenvolvimento do território de Paragominas, desde sua fundação aos dias de hoje, baseou-se na

[...] mercantilização dos recursos naturais, fundamentada em usos pouco qualificados das especificidades naturais, [que] é acompanhada da adoção de procedimentos produtivos padronizados, de forma que, por exemplo, o preparo do solo, a plantação, os tratos e a colheita da soja são processos que replicam outros existentes no mundo (MONTEIRO *et al.*, 2008, p. 8).

É esse processo de desenvolvimento que a dissertação busca analisar, apresentando elementos que possibilitem compreender que a dinâmica implantada valoriza os atores externos ao território. As conseqüências desse modo de conceber e agir na região estabelece imperativos que limitam ou dificultam a consolidação do processo de desenvolvimento endógeno, pois os mesmos partem de ações construídas e implementadas em outros contextos sociais, culturais, econômicos e ecológicos. Esse modelo exógeno, imposto de fora para dentro, tem dificuldade em interagir com a diversidade, as características socioculturais, ecológicas e, por que não dizer, econômicas locais como suporte no momento de se estabelecer relações.

O modelo de desenvolvimento exógeno também impõe uma defasagem entre as funções das grandes empresas, que são o latifúndio, mineradoras e metalúrgicas, dentre outros, e as pequenas unidades produtivas – pequenos empresários, camponeses etc. –, que estão por sua forma de constituição e organização mais próximas das necessidades cotidianas da ampla maioria da população. Essa defasagem impõe limites na partilha de informação ao não possibilitar a constituição de um sistema articulado em vista do desenvolvimento do território, pois o conhecimento, sobretudo o técnico-científico, está a serviço de uma dinâmica que busca atender a exigências externas. Nesse sentido, o conhecimento não partilhado é resultado de um ambiente marcado pela não-cooperação e não-inovação.

É importante frisar que, quando buscamos identificar os limites ao desenvolvimento endógeno, não estamos querendo dizer o que o mesmo é algo estático e fechado aos impulsos externos. Pelo contrário, os processos de desenvolvimento podem incorporar o externo mediante a assimilação da identidade local e, como parte dela, da auto-definição de qualidade

de vida. Somente quando o externo não agride as identidades locais é que se produz tal assimilação. A nosso ver, aí está outro limite ao desenvolvimento endógeno num território de fronteira, pois as dinâmicas externas que se instalam na região estão alicerçadas em contradições sociais que se traduzem em um vasto movimento de expulsão, expropriação e imposição de uma dinâmica socioeconômica e cultural. Ou seja, ocorre o contrário ao respeito à identidade local, com a agressão em diferentes formas ao que é original, ao que é local.

O território de Paragominas apresenta semelhanças com outras áreas do Estado, porém, sua análise ganha relevância por ter sido um dos primeiros espaços redesenhados pela dinâmica capitalista na fronteira, já no final dos anos 1950. Hoje, verifica-se a continuidade deste processo na “[...] elevadíssima padronização das bases produtivas” (MONTEIRO, *et al.*, 2008, p. 4), nas constantes alterações da natureza originária; este território vive, ainda, o “caos” fruto de um modelo desenvolvimento que não pensa localmente – social e ambientalmente falando – o território, e sim os lucros a qualquer custo.

Cabe ressaltar que a presente dissertação adota a denominação Território de Paragominas para uma área que abrange os municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu, localizados no sudeste do Estado do Pará. Adotamos o conceito de território de modo amplo, quer dizer, além das relações de poder ele também inclui aspectos ambientais, econômicos, sociais, culturais e políticos. O Território de Paragominas, neste sentido, não é uno: constitui-se de uma multiplicidade de territórios, de ambientes, e de estruturas político-econômico-culturais – um fenômeno que guarda paralelo com a idéia de sobreposição de territórios, defendida por Haesbaert (2002, 2004).

Portanto, a presente dissertação procura analisar como a dinâmica histórica de valorização do capital agiu em um determinado território por meio de dinâmicas e estruturas exógenas que produziram conseqüências (e fatores) que limitam a constituição de um modelo endógeno, o qual poderia ampliar a democracia e a cidadania. Buscou-se responder às seguintes questões:

- a) Por que no território de Paragominas a sociedade local tem limitada capacidade de liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento, não condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis e ao seu potencial endógeno?
- b) Quais os fatores que contribuem para esta realidade, em nível estrutural e local?
- c) O processo de crescimento econômico tem propiciado a melhoria na distribuição de renda e das condições de vida, assim como o aumento da participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e uso dos recursos?

1.1 METODOLOGIA

Para compreender os limites ao desenvolvimento endógeno numa região de fronteira, partiu-se de uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos relacionados ao tema da pesquisa, de uma análise de dados secundários, e de uma pesquisa de campo que visou identificar elementos da variação do capital social no território.

No âmbito dos conceitos relacionados ao tema, buscamos por meio da revisão bibliográfica mostrar diferentes concepções sobre desenvolvimento, bem como o surgimento da noção de desenvolvimento endógeno. Os diversos adjetivos qualificam o desenvolvimento, hoje, como territorial, regional, local, dentre outros. Tornou-se importante incluir a revisão bibliográfica de rede como fator fundamental para o desenvolvimento endógeno; e de aprendizagem, inovação e território como fatores do desenvolvimento endógeno. Foi feita, também, uma leitura sobre o processo de globalização, partido, principalmente, da concepção do geógrafo Milton Santos.

Outro conceito incluído na revisão bibliográfica foi o de fronteira, pois o território de Paragominas vive essa dinâmica de forma permanente nos últimos 40 anos, o que se evidencia nos conflitos, na violência e no processo de ocupação do espaço. O território serviu, também, como instrumento de leitura e concepção de constituição de políticas e articulação entre diversos autores sociais. O conceito fundamental para se compreender os limites impostos pela dinâmica capitalista na região é o de capital social.

Além da revisão bibliográfica do conceito, tornou-se necessária a realização de uma pesquisa de campo no intuito identificar *in locu* a variação do capital social no território. Outro procedimento adotado para discutir os limites ao desenvolvimento endógeno foi a utilização de dados secundários como instrumento para construção de um cenário do território. Para tal, foram sistematizados dados referentes ao índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M), indicadores de pobreza e distribuição da renda, e variáveis de saneamento, condições ambientais, econômicas e educacionais, de utilização da terra e de acesso a crédito.

Em campo, foi aplicado um questionário com o objetivo de identificar a variação do capital social, a partir de uma pesquisa feita nos três municípios que compõem o território estudado: Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu. Esse procedimento procurou apresentar o nível de informação e participação da sociedade do/no território. A escolha destes municípios

ocorreu pelo fato deles apresentarem processos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos semelhantes, além de terem profunda relação entre si, espacial e territorialmente.

A dissertação está organizada em seis capítulos. O capítulo 1 traz o debate acerca do conceito de desenvolvimento e suas diversas adjetivações construídas nos últimos anos, bem como sobre as concepções de rede, aprendizagem e inovação como instrumentos fundamentais para endogeneização do desenvolvimento.

O capítulo 2 apresenta o desenvolvimento endógeno no contexto da globalização, tendo como norte as formulações de Milton Santos, que apresenta uma formulação distinguindo a globalização como fábula, perversidade e a globalização solidária.

No terceiro capítulo, apresenta-se a conceituação de fronteira como um aspecto que conduz a evolução de um território, pois sua dinâmica impõe diversos elementos exógenos à região, e que agem como fatores limitadores ao desenvolvimento endógeno.

No quarto capítulo, o conceito de território é debatido com base em diferentes concepções das ciências humanas, bem como em sua relação com a dinâmica do capital na escala mundial. Aparecem as políticas federais destinadas a desenvolver o território como elemento de análise.

O quinto capítulo mostra o processo de formação do território de Paragominas a partir de dados secundários sobre o desenvolvimento humano e econômicos. Norteiam a discussão os dados sobre concentração (Coeficiente de Gini) da pobreza e da renda, e dados sociais como saneamento e educação. Outros dados são referentes à questão fundiária (concentração da terra), o uso da terra e o acesso a crédito e financiamento para agropecuária.

O sexto capítulo expõe a pesquisa de campo acerca do capital social, relacionamento entre estruturas sociais e econômicas, e a visão da população sobre eleição, política, partidos e organizações sociais.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTO E DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

O desenvolvimento da economia capitalista caminha em direção a uma integração cada vez mais forte e para a concentração do capital. Conglomerados transnacionais ditam padrões de produção e de consumo, estabelecem a divisão internacional do trabalho e a organização socioespacial dos territórios. Neste sentido, para pensarmos o desenvolvimento endógeno precisamos compreender as influências da economia global na esfera territorial, e com base nessa compreensão analisar até que ponto há autonomia na atuação dos agentes visando ao desenvolvimento endógeno. É para alcançar uma compreensão de processo que, neste capítulo, são discutidos os conceitos de desenvolvimento e os paradigmas de atuação que visam ao desenvolvimento dentro de um novo contexto na economia mundial.

2.1 O ADVENTO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento passou a ser construído nos debates pós-guerra e está inegavelmente ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). Os documentos que marcam o início desse processo são a Carta do Atlântico (1941) e a Carta das Nações Unidas (1945). No processo de construção do conceito, inicialmente o desenvolvimento foi atrelado ao crescimento econômico, numa concepção construída por autores como Echeverría (1964) e Sunkel e Paz (1970). Foi nesse contexto que o PIB e PIB per capita passaram a ser os indicadores que avaliam e medem o desenvolvimento.

Para Sachs (1998), o desenvolvimento é um tema central nas preocupações da ONU no período pós-segunda mundial, e tem sido enriquecido ao longo de 50 anos. Para melhor definir desenvolvimento a ONU acrescentou o *humano*, e para explicitá-lo passou a considerar que ele vai além de “multiplicações das coisas”.

A idéia simplista de que o crescimento econômico por si só bastaria para assegurar o desenvolvimento foi rapidamente abandonada em proveito de uma caracterização mais complexa do conceito, expressa pelas adições sucessivas de epítetos: *econômico*, *social*, *cultural*, naturalmente *político*, depois *viável* [*sustainable*], enfim, último e recente acréscimo, *humano*,

significando ter como objetivo o desenvolvimento dos homens e das mulheres em lugar da multiplicação das coisas (SACHS, 1998, p.150).

Para Oliveira (2002), o documento com maior importância da ONU é a Carta das Nações Unidas, divulgada na Conferência de São Francisco, em 1945, ano que marcou a criação do órgão, composto, inicialmente por 51 países. Esse documento definiu a finalidade e a concepção de desenvolvimento que seria adotada pelo organismo ao longo dos anos.

Desde sua criação, a ONU está empenhada em: promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural ou de caráter humanitário; e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor (OLIVEIRA, 2002, p.39).

No decorrer dos anos o conceito de desenvolvimento evoluiu no sentido de construir uma abordagem próxima a uma subjetivação do conceito, ou seja, uma definição em que também se leva em consideração fatores não ligados à esfera material. Nesse mesmo viés, a ONU buscou abranger mais determinantes ao redor do conceito de desenvolvimento e para isso foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele abarca três componentes: qualidade de vida, longevidade e nível de conhecimento.

Muitas vezes os termos crescimento e desenvolvimento são tratados como sinônimos. Entender o que é desenvolvimento e o que é crescimento constitui um dos grandes desafios teóricos atuais, já que essas duas noções são tão propaladas ultimamente. Esteva (2000, p. 61) diz que:

O desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar no comportamento humano. Ao mesmo tempo, poucas palavras são tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar substância e significado ao pensamento e ao comportamento.

Para Oliveira (2002), o debate acerca do conceito de desenvolvimento é muito rico nos meios acadêmicos, principalmente no que tange à divisão entre desenvolvimento e crescimento econômico.

O debate em relação ao crescimento não é de agora, pois constitui uma preocupação para os economistas há bastante tempo. Para Adam Smith, o crescimento econômico de uma nação é consequência da divisão do trabalho, progresso tecnológico e, também, da

acumulação física de capital. Em 1986, Paul Romer elaborou uma “nova teoria do crescimento”, a qual vai questionar a lei ricardiana dos rendimentos decrescentes.

Para Romer (1986), se cada parcela extra de capital não produzir, de fato, um retorno menor do que a sua predecessora, o crescimento poderá continuar de forma indefinida, mesmo sem progresso tecnológico. Isso somente é possível por meio do capital humano,¹⁷ representado pelo conhecimento e pelas habilidades incluídas na força de trabalho, que garantem um retorno crescente do investimento – contrariando Ricardo – complementarmente à ausência de progresso tecnológico.

O desenvolvimento vinculado apenas às variáveis fiscais se apresenta limitado. Isso ficou evidente no período pós-crise de 1929, quando se aprofundaram os problemas ligados à inflação e ao desemprego. Nesse sentido, diversos teóricos passaram a apontar o crescimento econômico como fator importante e não o único, passando-se a incluir a qualidade de vida como uma variável fundamental. Becker (2001, p. 95), ao caracterizar o desenvolvimento, diz que “o processo de desenvolvimento contemporâneo convive com uma dinâmica de transformações que extrapolam as transformações quantitativas.”

Para Sandroni (1994), o desenvolvimento como crescimento vem acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia, sendo que o desenvolvimento depende das características de cada país ou região. Quer dizer, o passado histórico, a posição e extensão geográficas, as condições demográficas, a cultura e os recursos naturais que os países ou as regiões possuem terão forte influência no processo de desenvolvimento.

Sendo assim, poderíamos dizer que crescimento e desenvolvimento econômico não são sinônimos. Para Souza (1993, p. 71) o “desenvolvimento econômico se define, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo [...], em ritmo superior ao crescimento demográfico [...], envolvendo mudanças nas estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais *per capita*”. Partindo desse conceito, podemos dizer que o crescimento é importante, porém, não representa uma condição *sine qua non* na medida em que não garante o desenvolvimento. Esse último é entendido como um processo que inclui uma gama de conquistas sociais, como justiça, saúde e segurança, onde o crescimento econômico é parte integrante do desenvolvimento geral, não podendo estar vinculado unicamente a fenômenos físicos. É o que diz Roman (1996). Segundo ele:

¹⁷ Ao capital humano está subjacente o papel do indivíduo enquanto elemento.

A diferença básica entre *crescimento* e *desenvolvimento* econômico [...] é que aquele depende apenas da elevação de variáveis quantitativas, tais como o Produto Nacional Bruto, e esse inclui também, ou principalmente, a melhoria de variáveis de bem-estar, tais como expectativa de vida, taxa de alfabetização, saneamento básico, saúde pública, entre outros (ROMAN, 1996, p.104).

Para Oliveira (2002, p. 40), o processo de desenvolvimento deve ser visto como um processo complexo de mudanças e transformações, nas dimensões humanas e sociais:

Desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Desta forma, Furtado (1984) nos diz que devemos pensar o desenvolvimento no visualizar dos fins a serem alcançados, e não pelos “óculos” das imposições externas. Ou seja, devemos pensar nas perspectivas da realização de nossas potencialidades culturais. Somente assim superaremos o impasse estrutural.

Cumpre-nos pensar em desenvolvimento a partir de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar, e não da lógica dos meios que nos é imposta do exterior. A superação do impasse estrutural que esta no fundo de nossa crise somente será lograda se o desenvolvimento futuro conduzir a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abrir espaço à realização das potencialidades de nossa cultura (FURTADO, 1984, p. 30).

Furtado (1984) propõe avanços no conceito de desenvolvimento além do que vem sendo apresentado. Ele diz que devemos falar em “desenvolvimento como reencontro com gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas” (FURTADO, 1984, p. 30). Mesmo correndo o risco que isso possa aparentar “simples fuga na utopia” (FURTADO, 1984, p. 30)

A ONU e diversos estudiosos, portanto, buscaram construir um conceito de desenvolvimento mais abrangente, não só vinculado a multiplicações de coisas materiais. Assim, descreve Boisier (1997, p. 17) que "*Entender el desarrollo requiere de enfoques holísticos, sistémicos y recursivos.*"

2.2 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Para Vázquez Barquero (2001), a década de 1980 marcou o surgimento do paradigma do desenvolvimento endógeno, isso devido à necessidade de se encontrar uma noção de desenvolvimento que levasse em conta os efeitos da atuação pública na evolução das localidades e regiões atrasadas e da necessidade de interpretar o desenvolvimento industrial em localidades e regiões do sul da Europa.

Conforme Amaral Filho (2001), as teorias de desenvolvimento regional passaram por grandes transformações nos últimos anos, em decorrência de um processo de crises e declínios das regiões industriais tradicionais e com o surgimento de regiões portando um novo paradigma industrial. Amaral Filho (2001) diz que essas transformações estão associadas a mudanças nas formas e modos de produção, na organização industrial, na globalização e na abertura das economias nacionais. Esse processo pode ser descrito, segundo Amaral Filho (2001, p. 1), em dois fenômenos:

Quanto ao primeiro fenômeno, deve-se considerar os aspectos da flexibilização e da descentralização, dentro e fora das organizações, ocasionando impactos importantes em termos de reestruturação funcional do espaço. Quanto ao segundo fenômeno, ele tem provocado impactos consideráveis sobre os custos e preços relativos das empresas, as quais têm levado cada vez mais em conta fatores locacionais em suas estratégias de competitividade.

Para Amaral Filho (1996, p. 36), a década de 1980 pode ser compreendida por meio de dois movimentos, o de extroversão por parte das empresas – subcontratações, alianças e fusões entre elas e dos países, por meio de abertura comercial, volume de capital e circulação mundial –, e um segundo, que é o forte processo de endogeneização no interior dos países, relacionado às decisões referentes ao destino e uso dos meios e recursos nos processos econômicos, o que mostra que “a organização territorial deixou de ter um papel passivo para ter um papel ativo diante da organização industrial.”

O conceito de desenvolvimento endógeno tenta articular três elementos: o conceito de desenvolvimento, os mecanismos que favorecem os processos de desenvolvimento, e as formas mais eficazes de atuação dos atores sociais.

Para Amaral Filho (1996, p. 37), o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como

[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo o desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedente proveniente de outras regiões.

Numa visão regional, podemos entender o conceito de desenvolvimento endógeno como um processo de crescimento econômico que amplia a capacidade de agregação de valor sobre a produção e a região, resultando em ampliação do emprego, do produto e da renda do local e, conseqüentemente, da própria região.

Segundo Amaral Filho (1996), o caráter endógeno não tem um sentido autocentrado na região ou no local, e seus fatores propulsores podem ser entendidos pelo lado da endogeneização da poupança, do excedente, da acumulação do conhecimento, das inovações e das competências tecnológicas, com repercussões sobre o crescimento da produtividade dos fatores.

Na concepção de Long e Van der Ploeg (1994), o desenvolvimento endógeno tem como alicerce principal, porém não exclusivo, os recursos disponíveis localmente, como as potencialidades naturais, a força de trabalho, conhecimentos e modelos locais para articular produção e consumo etc. Essa visão se diferencia da modernização,¹⁸ já que o desenvolvimento endógeno tem como ponto de partida características socioculturais, econômicas e políticas locais.

Para construir e estabelecer relações, é importante ressaltar que de maneira alguma essa concepção significa romper relações externas na esperança de evitar o desaparecimento de elementos socioculturais e naturais vinculados ao lugar, mas busca alcançar formas de integrar as identidades culturais e os processos globais num esforço de evitar a imposição de determinada concepção sobre uma realidade diversa e complexa. Tal concepção tem como objetivo evitar que certos locais se tornem “simples consumidores de modelos culturais elaborados pelos mercados” (TOURAINÉ, 1997, p. 45). É importante ressaltar que isso não significa a exacerbação fundamentalista das identidades culturais, nacionais ou locais, como forma de evitar intercâmbios externos na tentativa de evitar “ver-nos arrastados pelas mensagens ao mesmo tempo sedutoras e impessoais da sociedade de massas” (TOURAINÉ,

¹⁸ Para Brito (2001, p. 20) “o impulso desenvolvimentista, através do qual a sociedade brasileira entrou no percurso da modernização, processou-se maneira desequilibrada”. Esse processo de modernização descrito por Brito (2001) transforma as sociedades tradicionais em modernas, caracterizadas por avanços tecnológicos, prosperidade material e estabilidade política; e mais especificamente a modernização da agricultura como a implementação da racionalidade industrial na apropriação dos recursos naturais onde as intervenções humanas são legitimadas pelo conhecimento científico.

1997, p. 47). Portanto, o desenvolvimento endógeno não significa ausência de elementos externos, e sim *localização* do desenvolvimento.

Remmers (2000) trata o desenvolvimento endógeno como aquele que fomenta a capacidade localizadora dos atores locais. Para Remmers (1998, p. 11), “localização é” um processo que não significa só a produção e o consumo de recursos num contexto espacial reduzido, ainda que possa significá-lo, e sim um processo social em que as pessoas progressivamente percebem que tem um maior controle sobre a direção de suas vidas, num esforço para expressar e fazer valer, dentro de um contexto global e articulando-se com ele, a peculiar qualidade de seu lugar de vida, tanto na sua vertente de recursos naturais e humanos como na vertente de controle do processo de desenvolvimento (REMMERS, 1998, p. 12 - 13).

Nesse sentido, o desenvolvimento endógeno pode ser compreendido como um processo capaz de reverter e modificar o processo de globalização. É com essa perspectiva que Sevilla Guzmán (2001, p. 41) entende o endógeno como não estático, e que refaz o externo. O endógeno “digere” o que vem de fora, mediante a adaptação a sua lógica natural e sociocultural de funcionamento. Ou seja, o externo se incorpora ao endógeno, porém, o processo de incorporação ou assimilação tem que respeitar a identidade local e, como parte dela, incluir a auto-definição de qualidade de vida.

O desenvolvimento endógeno estaria, portanto, associado ao conjunto de recursos disponíveis localmente (naturais, culturais, econômicos), os quais podem ser potencializados para promover o desenvolvimento endógeno. Neste caso, as regiões onde os processos de modernização se encontram incompletos ou inacabados podem apresentar grandes vantagens para o desenho de modelos alternativos de desenvolvimento, já que as possibilidades de conservação de elementos naturais, culturais e econômicos podem proporcionar a geração de diversos produtos, como os agrícolas, artesanais e serviços de qualidade e etc., de forma diferenciada.

Sevilla Guzmán (2001) expõe duas dimensões essenciais do potencial endógeno. A social envolve todos os esforços dos grupos locais para resistir aos processos de modernização industrial. Neste caso, podemos considerar como elementos-chave a organização, os processos participativos, a autonomia, a identidade, a cooperação, a força e a organização social do trabalho e o conhecimento local. Já a dimensão ecológica é a preocupação com a sustentabilidade, de modo que ação humana não venha a comprometer as gerações futuras, e que haja a adequação da produção ao ecossistema natural. São exemplos disto uma agricultura de baixos *inputs*, a escala de produção, a base energética e o manejo dos agroecossistemas e de sua diversidade (SEVILLA; GUZMÁN, 1995, não paginado).

Na perspectiva das teorias da modernização, o desenvolvimento rural¹⁹ apresenta uma determinação estrutural. Nesta perspectiva as principais forças do moderno desenvolvimento são situadas fora do rural: é o desenvolvimento é exógeno. Vale ressaltar que essa concepção se revelou incapaz de promover o desenvolvimento de amplas zonas rurais, especialmente do chamado “Terceiro Mundo” (ainda que também dentro do mundo “desenvolvido”, ou “Primeiro Mundo”, extensas áreas foram marginadas), que hoje têm maiores possibilidades de um desenvolvimento endógeno.

O que difere o desenvolvimento endógeno de uma concepção mais modernizante é que esse se situa dentro de uma lógica que inclui a determinação local das opções, um controle local sobre o processo e a retenção dos benefícios do desenvolvimento. O modelo endógeno de desenvolvimento é baseado, principalmente, mas não exclusivamente, nos recursos localmente disponíveis. O desenvolvimento endógeno “pode revitalizar e dar uma nova dinâmica aos recursos locais, que de outra forma poderiam tornar-se supérfluos” (GUZMÁN CASADO *et al.*, 2000, p. 144). A íntima dependência entre o desenvolvimento endógeno e os recursos locais pode ter um impacto positivo sobre os interesses e perspectivas locais, afirmam van der Ploeg e Saccomandi (1995), ainda que estes autores recordem que tal potencial também depende de uma série de fatores, como os vínculos entre a localidade, o mercado e as políticas.

Van der Ploeg e Saccomandi (1995) afirmam que as formas empíricas de desenvolvimento endógeno não podem ser reduzidas a simples remanescentes do passado ou resíduos passíveis de rápido desaparecimento. Reconhecem, em primeiro lugar, que no desenvolvimento endógeno há tanto dinamismo e adaptação como nos modelos de desenvolvimento exógeno, ainda que a dinâmica específica de cada modelo difira significativamente. Por outro lado, afirmam que os modelos de desenvolvimento endógeno são tão caracterizados pelas tendências de desenvolvimento tecnológico e do mercado como os modelos exógenos. A diferença reside no fato de enquanto para o desenvolvimento exógeno a *internalização* de novas tecnologias e novas tendências de mercado são as características predominantes, no desenvolvimento endógeno o distanciamento e a ativa *reconstrução* são os comportamentos que caracterizam as relações com o mercado e o fornecimento de novas tecnologias.

¹⁹ A modernização da agricultura é concebida como um processo essencialmente *exógeno*, baseado em *desenvolvimento rural = transferência de tecnologia e maiores níveis de integração aos mercados*, que desconsideram sistematicamente as condições ecológicas e socioculturais do local onde intervém. É uma concepção *a priori* do desenvolvimento, gestada e controlada *desde fora*. A agricultura passa a ser definitivamente como um ramo da indústria, onde a apropriação e a produção só são concebidas a partir da mobilização de recursos desde o mercado (GUZMÁN CASADO *et al.*, 2000).

Outra distinção apontada por van der Ploeg e Saccomandi (1995) é que o desenvolvimento endógeno é capaz de responder aos novos desafios ecológicos. Como última, e talvez mais importante, diferença entre os enfoques estão as inter-relações que caracterizam os custos de transação, custos de transformação e custos de manejo. Isso quer dizer que os modelos exógenos têm maiores custos de transação, já que mobilizam a maior parte dos recursos a partir do mercado; e de transformação, já que o processo de conversão, neste caso, é predominantemente dependente de tecnologia. Para os autores isso explica o mistério porque as “agriculturas menos desenvolvidas” podem competir com tipos “mais desenvolvidos, altamente tecnológicos” (van der PLOEG; SACCOMANDI, 1995).

Para Picchi (1994, p. 120), o desenvolvimento endógeno é compreendido como “desenvolvimento local produzido principalmente por impulsos locais e fundado em grande parte sobre recursos locais”. O autor cita os seguintes elementos como críticos para o desenvolvimento “desde dentro” na região de Emilia-Romagna, na Itália: a importância do setor agrícola para a provisão de capital e trabalho necessários aos empreendimentos não-agrícolas; a habilidade deste trabalho para se envolver com novas atividades econômicas; a orientação cultural para o auto-emprego; uma extensa rede de pequenos e médios empreendimentos; e um denso sistema de interdependência entre setores econômicos e unidades. O autor supracitado identifica, ainda, um conjunto de arranjos político-institucionais que ajudaram a fortalecer os modelos de desenvolvimento endógeno, o que inclui uma rica rede de serviços provida pela administração local aos setores econômicos, mecanismos de planejamento dirigidos ao fortalecimento do modelo de desenvolvimento e um clima estável para o desenvolvimento industrial.

Lowe *et al.* (1995) diz que, apesar da possibilidade de identificar os elementos implicados na mobilização do potencial para o desenvolvimento endógeno, as ciências sociais não têm sido particularmente exitosas em prover modelos teóricos úteis para abordar o mesmo. Uma estratégia de desenvolvimento endógena é dirigida por realidades práticas, e não pela teoria. “O desenvolvimento endógeno não é tanto um conceito com raízes teóricas claramente definidas, é mais uma perspectiva do desenvolvimento rural, fortemente sustentada por julgamentos de valor sobre formas desejáveis de desenvolvimento” (SLEE, 1994, p. 2000).

Para Lowe *et al.* (1995) muitas agências de desenvolvimento têm simplesmente adaptado seu *modus operandi* sem alterar seus objetivos, por reconhecer que os ganhos de longo prazo do desenvolvimento serão assegurados mais efetivamente por meio do fortalecimento de iniciativas locais. Para Lowe *et al.* (1995), a análise de Slee pode bem

caracterizar a mudança de tática de algumas agências, mas não pode ser aceita como uma conceitualização do desenvolvimento endógeno. Para eles, se o desenvolvimento endógeno tem algum significado, ele necessita se referir ao potencial local para o desenvolvimento, o qual as agências do Estado podem ser capazes de estimular e direcionar, mas que existem independentes delas.

Mesmo com as críticas apresentadas, o desenvolvimento endógeno mantém marcadas diferenças quando confrontado com os modelos exógenos de desenvolvimento. O desenvolvimento endógeno é localmente determinado enquanto o exógeno é enxertado no local e é externamente determinado; o desenvolvimento endógeno tende a manter os benefícios do desenvolvimento na economia local, e o exógeno tende a exportar os produtos para fora das regiões; o desenvolvimento endógeno respeita os valores locais, e o exógeno tende a suplantá-los (SLEE, 1994).

O desenvolvimento endógeno serve de base para muitas estratégias e concepções, como é o caso da agroecologia, pois a sustentabilidade só adquire sentido pela clarificação teórica de tal conceito (GUZMÁN CASADO *et al.*, 2000). Desde a agroecologia o endógeno é um repertório cultural e ecológico próprio surgido da relação entre o homem e a natureza. O mais relevante das respostas socioculturais e ecológicas geradas desde o local constitui os mecanismos de reprodução e as relações sociais que delas surgem. É nos processos de trabalho, e nas instituições sociais geradas em torno a eles, que aparece a autêntica dimensão do endógeno. A agroecologia pretende ativar o potencial endógeno com o objetivo de produzir novas respostas e de fazer ressurgir as antigas (se estas são sustentáveis) (GUZMÁN CASADO *et al.*, 2000).

Desde essa perspectiva, o endógeno é algo dinâmico que “[...] digere o de fora mediante a adaptação a sua lógica etnoecológica de funcionamento” (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 41). Considerando que as forças sociais existentes na localidade são heterogêneas, de maneira que se geram diversos “estilos de manejo dos recursos naturais”, onde uns incorporam acriticamente os elementos da modernização e outros os rechaçam por ser agressivos e antiéticos, a agroecologia pretende potenciar os elementos de resistência específicos de cada local. Isso ocorre por meio da potencialização das formas de ação social coletiva que possuem um potencial endógeno transformador.

No campo do debate acerca do desenvolvimento endógeno, a década de 1990 foi o período que se fortaleceu o modelo de desenvolvimento endógeno. O nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo elas dispendo das mesmas condições na

busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia. A solução seria procurar encontrar, entre estes fatores, aqueles determinados dentro da região.

A contribuição da teoria endogenista foi identificar os fatores de produção atualmente decisivos: o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições. Tais elementos são determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Sendo assim, as regiões que possuem fatores ou estão estrategicamente direcionadas para desenvolvê-los internamente teriam as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

O desenvolvimento endógeno predominante na década de 1990 pôde então ser definido como

[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

Um aspecto fundamental a ser avaliado é a capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial endógeno. Isso se traduz na forma de desenvolvimento denominado endógeno.

Há fundamentalmente duas dimensões no desenvolvimento endógeno. A primeira é a econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais produtora possível, os fatores produtivos da região. A segunda é a sociocultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região (VÁZQUEZ BARQUERO, 1988).

As teorias do desenvolvimento endógeno não buscam o fechamento ou isolamento regional, nem mesmo o autocentrismo e a auto-suficiência. Elas se baseiam na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas visando sempre à consolidação de um desenvolvimento originalmente local, criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas, dentro da perspectiva de uma economia aberta (AMARAL FILHO, 1996).

Talvez o grande avanço da moderna teoria regional endógena foi considerar a importância da sociedade e das relações sociais no processo desenvolvimento da região. Mais do que isso, na visão de Boisier (1997), a sociedade civil – sendo nela compreendidas as

formas locais de solidariedade, de integração social e de cooperação – pode ser considerada o principal agente da modernização e da transformação socioeconômica em uma região. A sociedade civil e as relações sociais assumem fundamental importância, como pode ser observado por diversos atores e pesquisadores do desenvolvimento endógeno.

Uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores. Também é conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles, contanto que o objetivo seja o desenvolvimento local (GODARD *et al.*, 1987, p. 139).

Antonio Vázquez Barquero (1988) argumenta que o desenvolvimento regional endógeno, ao considerar e dar relevância à sociedade civil local e aos seus processos de organização e relação social, permite que a região atinja um crescimento equilibrado e sustentado a longo prazo, sem entrar em conflito direto com a base social e cultural da região. Em suas palavras:

Normalmente a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas e os novos esquemas de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local. Desta feita, tendem a integrar-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas viáveis aos problemas locais. As atividades industriais se integram na vida social e cultural local, incorporando novos valores que desenvolvem e potenciam os antigos, sem criar um certo conflito e contradições no processo de adaptação (VÁZQUEZ BARQUERO, 1988, p. 90).

É fundamental esclarecer que a importância da sociedade civil não está inserida no debate da relação entre a sociedade e o Estado, sua maior ou menor participação, ou entre a sociedade e o mercado. O enfoque trata da compreensão de que o desenvolvimento regional está diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas encontradas na região.

2.2.1 As redes como fator fundamental para o desenvolvimento endógeno

Para que ocorra o desenvolvimento endógeno são necessários diversos fatores, entre os quais se destaca a formação de redes, que é um conceito básico pela qual se analisa os mecanismos básicos dos processos de desenvolvimento.

Uma rede pode ser definida como o sistema de relação e/ou de contatos que vinculam as empresas e/ou os atores entre si e cujo conteúdo está relacionado a bens materiais, informações e tecnologia (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001, p. 98).

No caso dos sistemas produtivos locais, as redes têm uma característica marcada pelo enraizamento no território e assim se constitui como fortalecimento das relações comerciais baseadas, sobretudo, na confiança.

Qualquer que seja a definição adotada, as relações entre empresas e atores teriam os seguintes traços, dentre outros (Grabher, 1993):²⁰

- em primeiro lugar, uma rede refere-se a transações em um contexto de reciprocidade (não a trocas no mercado e nem a relações hierárquicas em uma empresa);
- em segundo lugar, seria formada por relações de interdependência entre atores ou empresas (e não de independência, como no mercado, ou de dependência, como nas empresas e organizações hierárquicas);
- além disso, a rede reporta-se a um sistema de interconexões múltiplas e de respostas e reações de empresas e atores;
- por outro lado, a rede caracteriza-se por um conjunto de vínculo fracos, cuja inter-relação atua no sentido de fortalecê-la com base no acesso à informação, na aprendizagem interativa e na difusão da inovação;
- por fim, as relações entre empresas e atores podem ser assimétricos, de caráter hierárquico, convertendo-se o poder em um elemento do funcionamento da rede (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001, p. 98).

É importante ressaltar que o funcionamento de uma rede está alicerçado no conhecimento que os atores tem uns com os outros na confiança mútua desenvolvida. Essa é uma importante variável para mensurar o desenvolvimento, porém ela não é econômica e sim fundamentalmente estratégica. As redes são importantes para o processo de desenvolvimento endógeno, pois permitem o surgimento e o crescimento das empresas, a difusão das inovações e, em última análise, o próprio processo de mudança estrutural. As redes ainda contribuem para o amadurecimento do projeto da empresa, a inclusão de pessoas de confiança e de outras. Com isso se reduz

[...] o grau de incerteza envolvido e fornece aos empresários e gestores a auto-estima de que necessitam para assumir os riscos decorrentes dos projetos empresariais. Por fim, o contexto econômico, social e institucional proporciona às empresas locais todos os elementos necessários para identificar e tirar proveito das oportunidades surgidas nos mercados (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001, p. 103).

²⁰ GRABHER, G. *Rediscovering the social in the economics of intertity relation*. In: GRABHER, G. (ed). *The embedded firm: on the socioeconomics of industrial networks*. London: Routledge. 1993.

Outro elemento importante é que as redes possibilitam através de um processo de difusão das inovações o aumento da produtividade e da competitividade das empresas de uma determinada região.

A rede de contatos e de relações das empresas, por outro lado, converteu-se na estratégia para fomentar o aumento de produtividade e competitividade de uma economia, uma vez que os processos de mudança tecnológica e de difusão das inovações são crescentemente interdependentes e interativos e, como assinala Malecki (1991),²¹ abrangem diferentes formas de aprendizagem e de geração de novos conhecimentos (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001, p.103)

Portanto, um processo de organização em rede permite em última instância a redução de custos e riscos.

A rede facilita a pesquisa e a seleção de informações acerca de tecnologias e mercados, mediante o intercâmbio informal mantido entre as empresas da rede. Isto leva também a um processo de aprendizagem de caráter coletivo – do qual participam os que tomam as decisões, os técnicos e os trabalhadores das diferentes empresas da rede – e dá origem a um processo informal de coordenação das decisões através dos vínculos de caráter pessoal (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001, p. 104).

2.2.2 Aprendizagem, inovação e território como fatores do desenvolvimento endógeno

Quando falamos de um sistema produtivo territorial, estamos nos referendo a muito mais do que uma rede de empresas, e sim a uma rede de atores sociais composta por uma série de relações econômicas, sociais, políticas e legais. Deste modo, o sistema produtivo territorial é um “ambiente” que integra e domina um conjunto de conhecimentos, regras, normas e valores, e um sistema de relações. Empresas, organizações e instituições territoriais fazem parte de diversos “ambientes” que têm a capacidade de conhecer, de aprender e de atuar, o que as converte em uma espécie de cérebro do dinamismo de uma economia territorial.

Neste sentido, o desenvolvimento econômico e a dinâmica produtiva dependem da introdução de inovações de produto, de processo e de organização que impulsionem a transformação e renovação do sistema produtivo territorial. Para que isso seja possível, é necessário que os atores que fazem o “ambiente” tomem as decisões de investimento,

²¹ MALECKI, E. J. *Tecnology and economic development: the dynamics of local, regional and national change*. London: Longman. 1991.

tecnológicas e organizativas adequadas. Quando isto ocorre, o “ambiente” adquire um caráter inovador.

Desse ponto de vista, a inovação consiste em um processo de aprendizagem que se dá em decorrência do exercício das capacidades produtivas e empresarias, em geral, e daquelas proporcionadas pelo uso dos bens e serviços produzidos. Sua dimensão social e territorial faz com que o aumento do conhecimento transcenda a individualidade das empresas e atores, transformando-se em um processo de aprendizagem coletiva, que se dá através das interações produzidas no entorno (VÁZQUES BARQUERO, 2001, p. 139).

Os “ambientes” inovadores têm a capacidade de introduzir e desenvolver novos paradigmas produtivos no sistema econômico territorial. Para que isso ocorra o “ambiente” tem que se comportar criativamente e liberar a capacidade de aprendizagem dos agentes territoriais; deve ser, em conseqüência, um “ambiente” que se transforma, orienta as decisões de investimento e, portanto, a resposta dos sistemas produtivos territoriais aos desafios da competição. Trata-se, portanto, de um processo de aprendizagem enraizado na sociedade e no território, pelo qual se intercambiam e se transferem conhecimentos codificados.

Nos sistemas produtivos dinâmicos em que os “ambientes” inovadores conduzem os processos de desenvolvimento econômico, a introdução de inovações é possível graças às relações formais e informais que se dão entre os atores, públicos e privados, comprometidos nas atividades produtivas, tecnológicas e comerciais.

A introdução de inovações pelas empresas é feita com base na posição concreta que as mesmas ocupam nos mercados e tendo em conta as características técnicas de seus métodos de produção e produtos, bem como de acordo com o contexto produtivo e institucional imperante. Mas a atividade inovadora exige que se conte com recursos humanos qualificados para cada tipo de inovação, bem como que exista capacidade de financiamento interna e/ou externa suficiente para realizar as tarefas necessárias nos laboratórios de P&D. Da mesma forma, as firmas precisam ser administradas por executivos que tomem suas decisões com a visão e o senso de oportunidade exigida em questões meramente produtivas, como também naquelas envolvendo aspectos de organização e de mercado (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001, p. 146).

Sendo assim, as redes de inovação formadas pelas empresas, os centros de pesquisa e os laboratórios tecnológicos participam na criação e adaptação de tecnologias. Sua capacidade para neutralizar os altos custos de transação a converte em um instrumento que explica a competitividade dos distritos mais dinâmicos.

2.2.3 Mercado de trabalho e acumulação de capital no processo do desenvolvimento endógeno

Podemos dizer que um dos pontos fortes dos sistemas produtivos territoriais foi, historicamente, sua capacidade para utilizar os recursos humanos disponíveis no território, com taxas elevadas de atividade e salários relativamente mais baixos que os vigentes nas áreas urbanas e metropolitanas, o que favoreceu os processos de acumulação de capital e mudança estrutural das economias territoriais.

Para ocorrer uma industrialização endógena, a mão-de-obra pode provir do setor agrário, das empresas artesanais e de todas aquelas atividades que, afetadas pelas crises, impulsionaram a mudança estrutural das economias territoriais. Nas fases posteriores, os movimentos migratórios para as localidades cujos sistemas produtivos têm êxito se convertem em um dos mecanismos decisivos na oferta de trabalho territorial. A abundante oferta de mão de obra conduz a uma elevada flexibilidade do mercado de trabalho, associada com as peculiaridades da oferta territorial e com o predomínio de relações trabalhistas pouco conflitivas.

Os sistemas produtivos territoriais que fomentam a estabilidade dos mercados de trabalho territoriais reduzem os conflitos sociais. Assim, quando as formas de gestão, tais como o cooperativismo, estão difundidas, os salários se arranjam de tal forma que os trabalhadores se encontram satisfeitos com o projeto empresarial e não oferecem pressão reivindicativa semelhante às formas convencionais da empresa capitalista.

As iniciativas de desenvolvimento territorial, o antagonismo entre capital e o trabalho parece apresentar menor intensidade, devido à existência de uma comunidade territorial articulada pela identidade que gera o pertencimento a um mesmo território, o que explica uma presença sindical mais reduzida e não somente limitada às questões reivindicatórias de classe.

Um último ponto é que os sindicatos locais parecem reconhecer que os sistemas produtivos territoriais são frágeis, devido à alta competição nos mercados, pelo que sabem que uma forte pressão social colocaria em risco o funcionamento das empresas territoriais, com o conseqüente efeito negativo sobre o emprego na região.

2.2.4 O conhecimento, o capital humano e o capital social como condições fundamentais para o desenvolvimento endógeno

Somente existe crescimento endógeno quando ocorre a endogeneização de alguns fatores como o progresso técnico, que é entendido quando há um aumento na utilização dos fatores convencionais com eficiência; entre outras palavras, quando há o crescimento do conhecimento como o propulsor essencial do aumento da renda per capita, isto se traduz na acumulação de capital físico e humano.

Nesse sentido, precisamos considerar o conhecimento como um bem público, ou seja, ele tem de estar disponível a todos sem exclusão e tempo determinado. O conhecimento criado por um produtor poderá ser multiplicado e utilizado por outros agentes da produção, proporcionando, assim, um efeito multiplicador na escala crescente da renda per capita.

Imagine-se que um dado produtor afeta uma dada quantidade de recursos à produção de conhecimento novo, tendo em vista a produção de um dado bem. Para produzir uma dada quantidade deste último, ele necessitará, para além dos recursos gastos a produzir o conhecimento novo, de dadas quantidades de outros *inputs* (trabalho, capital etc.). Se agora considera-se que, num momento subsequente, N produtores terão acesso gratuito ao conhecimento criado pelo produtor pioneiro, então a produção poderá ser multiplicada por N apenas multiplicando por esse mesmo fator N as quantidades utilizadas de capital, trabalho etc., mas sem necessidade de se afetar recursos adicionais a criar novos conhecimentos. Este resultado decorre potencialmente do caráter não rival do conhecimento, mas exige ainda que ele, conhecimento, apresente tendencialmente a característica da não exclusão, a fim de poder ser utilizado por outros produtores que não o pioneiro (SILVA; SILVA, 2002, p. 178).

Com base na citação acima, podemos argumentar que o aumento do conhecimento é um bem público que conduz à utilização por todos com um “caráter não rival” e produz um efeito multiplicador, possibilitando, assim, o desenvolvimento endógeno. Este ganha um caráter excludente quando as empresas privadas têm o acesso único, por meio de massivos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, aos benefícios que um novo conhecimento vai produzir para consumo exclusivo e para vencer a concorrência. Portanto, para que o conhecimento cumpra o seu papel e atue no desenvolvimento precisa ser difuso e disseminado no que se refere a seu domínio e uso.

Em um modelo de crescimento endógeno, o conhecimento tem que ser difundido por todos os agentes de um sistema econômico, e para isso não deve existir barreiras como

propriedade intelectual, patentes e jurídicas. Essa afirmativa é necessária, pois, mesmo sendo o conhecimento um fator fundamental para o aumento da eficiência de um desenvolvimento endógeno, numa sociedade dependente, periférica e subdesenvolvida, ele não é difundido democraticamente, ficando concentrado nas mãos de grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais. Sendo assim, se não existir mecanismos que possibilitem à maior parte dos agentes econômicos acessar o conhecimento, não haverá um crescimento homogêneo e sim um aprofundamento da desigualdade. Esse pode ser um dos elementos que explicam os desníveis econômicos entre países e/ou regiões.

Há, no entanto, dois desafios teóricos colocados na aceção de um modelo de crescimento endógeno. O primeiro diz respeito à compatibilização de retornos crescentes com concorrência perfeita, e o segundo é a formulação de modelos de crescimento endógeno com concorrência monopolística. Para Clemente e Higachi (2000, p. 197), existem pelo menos três tipos de modelos:

[...] de *spillovers*, que explicam o crescimento por meio das externalidades positivas da acumulação de capital humano e conhecimento. A Teoria do Crescimento Endógeno, que emergiu a partir dos artigos de P. Romer (1986) [*Increasing returns and lon-run growth*] e R. E. Lucas Jr. (1988) [*On the mechanics of economic development*], introduz incentivos para firmas ou indivíduos investirem não apenas em capital físico, mas também em inovações e na acumulação de capital humano; lineares, conhecidos como AK, que preservaram a importância do processo de acumulação de capital para o crescimento, mas introduziram novos fatores endógenos, acumulação de capital humano e conhecimento; os que consideram a inovação tecnológica como a fonte básica do crescimento, tratando a inovação como resultado deliberado da busca de poder de monopólio temporário ou permanente. [...] estes modelos buscam capturar algumas das fontes mais profundas do crescimento econômico: as inovações de processo e de produto.

O modelo de Romer (1994) tem como base as externalidades positivas, *spillovers*, ou seja, para ele o conhecimento tecnológico é a única forma de capital (capital de pesquisa). O capital de pesquisa se difencia do capital físico, já que o conhecimento tecnológico é um bem público, e não está submetido a um processo hostil e à exclusão no seu consumo. Com isso, um conhecimento novo criado por uma empresa tem um efeito externo sobre as possibilidades de produção de outras empresas. Portanto, o modelo de Romer parte de idéia que o crescimento econômico de longo prazo surge das externalidades positivas que são produzidas pela acumulação de conhecimento tecnológico.

Clemente e Higachi (2000) apresentam o modelo de Lucas com uma estrutura similar à do modelo de Romer, sendo que a diferença fundamental está no investimento em capital

humano, devido às externalidades positivas, por meio do crescimento do nível tecnológico. No modelo de Lucas o capital humano é um fator acumulável como uma fonte primária de crescimento. Sendo que o capital humano pode ser definido como a soma de habilidades dos indivíduos. “A acumulação de capital humano é uma atividade social envolvendo grupos de pessoas em uma forma que não tem contrapartida na acumulação de capital físico. Desde que se incorpore aos indivíduos, o capital humano é apropriado por eles” (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 200).

Para Clemente e Higachi (2000, p. 205) ambos modelos não conseguem

[...] capturar a idéia schumpeteriana de que a fonte do crescimento econômico é a inovação tecnológica endógena, endógena não por causa das externalidades positivas do capital de pesquisa ou humano, mas porque resulta da busca do lucro do monopólio [...].

Os neoclássicos-schumpeterianos apresentam outro modelo de crescimento endógeno, tendo com base as idéias de Schumpeter, que formulou que o crescimento econômico somente é possível com a introdução de um elemento inovador pela empresa, sendo que essa inovação é fruto de um intenso esforço e investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Sendo assim, o avanço tecnológico que produz um incremento nos ganhos de uma empresa vai gerar um incentivo e uma necessidade de inovar, o que, aliado a um processo de inovação e difusão, produziria um crescimento ilimitado. Para Clemente e Higachi (2000), há dois modelos de crescimento endógeno apoiados na inovação, um baseado na crescente variedade de produtos e outro no aumento da qualidade de produtos.

No primeiro tipo, novos produtos são agregados à função de produção ou de utilidade, ao mesmo tempo em que se supõe retornos crescentes dinâmicos de escala ou preferência pela variedade. [...] a fonte de crescimento se encontra em um aumento da divisão do trabalho na economia. [...] o aumento do estoque de capital usado na produção dos bens finais se manifesta por meio do crescimento do número de insumos intermediários, e não da quantidade ou da qualidade de cada insumo. Por sua vez, o aumento do número de bens intermediários é identificado com a maior divisão do trabalho em toda a economia e com o uso crescente de métodos de produção que aumentam a produtividade. [...] No segundo tipo [...], os novos bens são de qualidade superior e substituem os antigos. O modelo [...] se propõe a captar aspectos de destruição criadora [conceito de Schumpeter]. Em contraste com o modelo [anterior], a mudança técnica não se manifestaria como aumento do número de bens intermediários, mas como uma elevação da produtividade que os bens intermediários permitem na produção dos bens finais. Cada inovação seria, assim, um aperfeiçoamento do setor intermediário. Em suma, a fonte do crescimento econômico consiste na melhoria da qualidade dos bens intermediários (CLEMENTE; HIGACHI, 2000, p. 215).

Com base na abordagem evolucionária-schumpeteriana, os governos podem intervir na economia com o argumento de garantir à economia um caráter competitivo, e não somente para possibilitar a fluidez do mercado. Para garantir a competitividade, o governo promove uma estratégia de desenvolvimento regional.

As características dos processos de aprendizagem tecnológica, decorrentes da natureza parcialmente apropriável, cumulativa, tácita e específica em termos espaciais das inovações, são razões sólidas para a adoção de políticas que promovam processos evolucionários ao nível regional [...] (MELO, 2001, p. 70).²²

Para Tenani (2003), o país pode crescer numa perspectiva mais sustentável por meio de uma acumulação conjunta do capital físico, por meio de poupança e investimento, e de capital humano pela educação; em decorrência, afirma que capital humano e investimento em educação não estão ligados apenas ao campo social, mas também ao campo econômico.

Um crescimento fundado apenas no capital físico enfrentará um processo de restrição econômica, já que não será capaz de alocar recursos de maneira mais eficiente; em um processo longo, exauri-se o crescimento econômico, acontecendo uma depreciação do capital e um aumento da população. Tenani (2003) diz que se não existir acúmulo de capital humano, não existe crescimento econômico sustentado. Portanto, havendo uma interação entre poupança e educação ocorrerá uma influência mútua entre a produtividade do capital humano e a do capital físico. É por isso que países que articulam um sistema educacional mais produtivo, e com isso geram capital humano e mais qualificado, tendem a crescer mais rapidamente e numa perspectiva mais longa e duradoura.

Nos anos 1980, surgiu um novo paradigma relacionado ao campo do crescimento e do desenvolvimento. É a teoria do capital social, em que, segundo Kliksberg (1999), o Banco Mundial considera a existência de quatro formas básicas de capital:

- a) O **capital natural**, constituído pela dotação de recursos naturais de um país ou região;
- b) O **capital construído**, aquele gerado pelo ser humano, incluindo as infra-estruturas, os bens de capital, os capitais financeiro e comercial etc.;
- c) O **capital humano**, determinado pelos níveis de nutrição, saúde e educação da população;

²² MELO, R. L. Economias de escala, externalidade e desenvolvimento regional. In: SILVA, N. P.; HANSEN, D. L. (orgs.). **Economia Regional e outros ensaios**. Aracaju: Editora UFS, 2001.p.45-75.

- d) O **capital social**, recentemente “descoberto”, que pode vir a constituir-se em valiosa ferramenta de análise do crescimento e do desenvolvimento de base local ou regional. Neste sentido,

Alguns estudiosos atribuem às duas últimas formas de capital [humano e social] uma participação majoritária no desenvolvimento econômico das nações verificado em fins do século XX, indicando que nelas existem chaves decisivas para o progresso tecnológico, a competitividade, o crescimento sustentado, o bom governo e a estabilidade democrática (KLIKSBERG, 1999, p. 87, tradução nossa).

Segundo Kliksberg (1999), não há ainda um consenso sobre a definição de capital social, tratando-se de um conceito de discussão recente. Desta forma, pode-se definir “Por capital social se entende o conjunto de normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, nas comunidades e na sociedade em seu conjunto [...]” (DURSTON, 1999, p. 103, tradução nossa).

Segundo John Durston (2000, p. 27, tradução nossa), o paradigma do capital social, e o neoinstitucionalismo econômico no qual se baseia em parte, coloca que:

[...] as relações estáveis de confiança, reciprocidade e cooperação podem contribuir para três tipos de benefícios: reduzir os custos de transação, produzir bens públicos e facilitar a constituição de efetivas organizações de base local, de atores sociais e de sociedades civis saudáveis.

John Durston (2000) busca referências em P. Bourdieu e James Coleman para apresentar o conceito de capital social. Ele apresenta o capital social como um recurso que, quando somado a outros aspectos, permite o acesso a determinado benefício, sendo que essa forma de capital tem como base as relações sociais. Portanto, o capital social “[...] é o agregado dos recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de reconhecimento mútuo” (BOURDIEU, 1985²³ apud DURSTON, 2000, p. 8, tradução nossa). Sendo assim, a compreensão é que os

[...] recursos sócio-estruturais que constituem um ativo de capital para o indivíduo e facilitam certas ações de indivíduos que se encontram no interior dessa estrutura [...] [o capital social] é produtivo, possibilitando o alcance de certos fins que não seriam alcançáveis na sua ausência (COLEMAN, 1990²⁴ apud DURSTON, 2000, p. 8, tradução nossa).

²³ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Editora Ática, 1985.

²⁴ COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Cambridge, mass: Harvard University Press. 1990.

Durston (2000), e também Douglas North, é um dos principais inspiradores do conceito de capital social, mesmo que essa formulação não esteja presente de forma clara em sua obra. Para Durston, o marco teórico se faz presente, como na afirmação de que as instituições são “conjuntos de normas e valores que facilitam a confiança entre os atores” (NORTH, 1990²⁵ apud DURSTON, 2000, p. 8, tradução nossa).

Para North, as nações podem se desenvolver quando os governantes buscam garantir a competição entre as empresas e o fortalecimento das instituições. Quando isso não acontece, elas permanecem no atraso social e econômico.²⁶ Sendo assim, para North a competição e as instituições são fatores fundamentais para o desenvolvimento, sendo mais importantes que riquezas naturais, clima favorável ou agricultura. É o desenvolvimento sólido das instituições, onde há uma legislação clara que garanta os direitos de propriedade e impeça o não cumprimento dos contratos firmados, um sistema jurídico eficaz e agências regulatórias atuando plenamente.

Para North, o papel do governo deve se restringir a criar regras econômicas que garantam a estabilidade, e incentivar a competição para tornar a iniciativa privada mais eficiente. Outro fator trabalhado por ele é o custo que faz crescer o preço final do produto e serviço, que são os impostos, seguros e operações no sistema financeiro. North concebe que desses custos não se pode fugir, já que os mesmos são consequência do processo de profissionalização que faz parte da caracterização das trocas comerciais entre as nações modernas.

Para Durston (2000), na análise do desenvolvimento do conceito de capital social, é Mark Granovetter que trabalhou o tema numa ótica sociologia econômica. Assim Durston (2000, p. 8, tradução nossa) comenta Granovetter:

Os atores econômicos não são átomos isolados, suas interações econômicas estão *embedded* (incrustadas, enraizadas, imersas, imbricadas) nas relações, redes e estruturas sociais. O conceito de *embeddedness* e suas diversas implicações fazem parte atualmente do conceito de capital social, em relação à racionalidade dos objetivos não econômicos dos indivíduos e em relação à idéia central de que as relações sociais constituem ativos econômicos importantes dos indivíduos e dos grupos.

Buscando dialogar com todos os autores envolvidos no processo de construção do capital social, Durston (2000) aponta Roberto Putnam como o mais recorrente neste debate.

²⁵ NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic performance*. Cambridge. University Press, 1990.

²⁶ Em entrevista à revista Veja, de 26 de novembro de 2003.

Para Albagli e Maciel (2003), Robert Putnam foi o autor que popularizou o conceito de capital social. “Em seu estudo seminal sobre a Itália, Putnam procurou explicar as diferenças de engajamento cívico e de governos regionais efetivos entre o Centro-Norte e o Sul italianos, a partir de seus diferentes estoques de capital social” (ALBAGLI; MACIEL, 2003, p. 425). Para Putnam, a superação dos dilemas da ação coletiva e do oportunismo contraproducente daí resultante depende do contexto social mais amplo em que determinado jogo é disputado. Para ele,

a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. [...] Aqui o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (PUTNAM, 2002, p. 177).

Para Putnam há várias formas de capital social, como a confiança, à qual Albert Hirschman (1961) denominou de recursos morais, ou seja, aqueles recursos cuja oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir, e que, ao contrário, esgotam-se caso não sejam utilizados.

Dentre as diversas características específicas do capital social, entendido como confiança, normas e cadeias de relações sociais, é que ele geralmente se constitui em um bem público, ao contrário do capital convencional que é tipicamente privado. Portanto, o capital social normalmente deve ser gerado como um subproduto de atividades sociais. As normas, mesmo que não tenham força legal, constituem-se em regras que fortalecem a confiança social, sendo observadas e seguidas porque resultam na redução dos custos de transação, facilitando a cooperação (HIRSCHMAN, 1961).

Para Putnam, os sistemas de participação cívica representam uma intensa interação horizontal, que vai se revelando em uma forma essencial de capital social: “quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo [...]” (PUTNAM, 2002, p. 183).

Se os sistemas horizontais de participação cívica ajudam os participantes a solucionar os dilemas da ação coletiva, então quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização mais ela favorecerá o desempenho institucional na comunidade em geral. A afiliação a grupos horizontalmente organizados (como clubes desportivos, cooperativas, sociedades de mútua assistência, associações culturais e sindicatos) deve estar positivamente relacionada com o bom desempenho governamental. [...] [O capital social, portanto] corporificado em sistemas horizontais de participação cívica, favorece o desempenho do governo e da economia [e do turismo em

particular], e não o oposto: sociedade forte, economia forte; sociedade forte, Estado forte (PUTNAM, 2002, p. 185-186).

Segundo as idéias de Putnam (2002), o estoque de capital social se acumula e reforçar mutuamente, como resultado do equilíbrio social com elevados níveis de confiança, reciprocidade, participação, civismo e bem-estar coletivo, caracterizando a comunidade cívica. Além da comunidade, tanto o Estado quanto o mercado funcionam e interagem melhor em contextos cívicos. É evidente que esses contextos estão dentro de regiões cívicas, que têm como traços distintivos: densa rede de associações locais, ativa participação nos negócios comunitários, modelos de política igualitários, confiança e observância das leis.

O trabalho realizado por Putnam (2002) traz aspectos que precisam ser considerados, como o contexto social e a história, que condicionam o desempenho das instituições; neste sentido, ressalta-se que a história institucional costuma evoluir lentamente. Sendo que “para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano [...]” (PUTNAM, 2002, p. 192).

As concepções apresentadas por diversos autores permitem dizer que há uma forte relação entre capital social e a formação de aglomerações territoriais produtivamente inovadoras. Isso é bem visível nos chamados “arranjos produtivos locais”, que envolvem empresas, e outros tipos de atores, como organismos governamentais, associações, instituições de pesquisa, educação e treinamento etc.

Albagli e Maciel (2003), ao estabelecerem uma comparação entre as aglomerações produtivas italianas e brasileiras, demonstram que o capital social e os arranjos produtivos não se vinculam de forma automática.

A capacidade de gerar empreendimentos sistematicamente articulados não depende simplesmente de confiança e interação, mas de um conjunto de fatores: por isso distinguem-se três itálias e vários brasis [...] [Os] fatores mais relevantes são: nível educacional; densidade de relações de aprendizado interativo; sentimento de pertencimento; nível de inclusão ou de polarização social; identidade entre interesses individuais e coletivos; lideranças locais; relação Estado/sociedade (ALBAGLI; MACIEL, 2003, p. 431-432).

Nesse sentido, o capital social, segundo os dois autores, “[...] pode ser um fator de interação cooperativa para o desenvolvimento local e, portanto, deve ser considerado uma peça importante – mas não a única – na mobilização de arranjos produtivos locais” (ALBAGLI; MACIEL, 2003, p. 432).

Porém, é preciso levar em consideração a pertinência da intervenção governamental que estimule o capital social e o direcionamento dos rumos do desenvolvimento local, se com o predomínio de uma base endógena ou de uma base exógena.

No que diz respeito à intervenção governamental, o capital social pode criar as condições favoráveis ao desenvolvimento, caso haja uma intervenção de políticas públicas que visem à participação, atividades voluntárias e comunitárias, e impulse as condições para um desenvolvimento socioeconômico mais igualitário. Para muitos especialistas, uma intervenção pode ser caracterizada como uma imposição de “cima para baixo”, sendo, deste modo, contrário ao movimento de “baixo para cima”, que é um processo mais consistente de formação e consolidação do capital, como consequência de padrões históricos de construção da dinâmica sociocultural de um território e de uma comunidade.

No que se refere ao direcionamento dos rumos do desenvolvimento local, Albagli e Maciel (2003, p. 435) apresentam a concepção de Vázquez Barquero (2001, p. 147):

A densidade das relações e instituições locais, que ao final expressam a densidade do capital social, contribui [...] para a capacidade de a comunidade dispor de estratégias próprias e exercer controle sobre os caminhos do desenvolvimento local, não atuando como receptora passiva de interesses externos [o mesmo se aplica à escolha e utilização do modelo de inovações tecnológicas para o desenvolvimento].

Portanto, o desenvolvimento endógeno tem como um dos princípios fundamentais a formação de instituições como mecanismos de controle do desenvolvimento. E com um denso capital social se abre a possibilidade de um desenvolvimento enraizado na sociedade.

3 DISCUSSÃO SOBRE O TERRITÓRIO COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

3.1 CONCEPÇÕES REFERENTES AO CONCEITO DE TERRITÓRIO

O conceito de território foi discutido por diversos autores, que apresentam entre si diferentes concepções. Cada autor, dependendo da sua linha de trabalho e de suas concepções teórico-metodológicas, dará ênfase a alguns aspectos do território, seja o aspecto econômico,

seja o político ou ainda o cultural, ou buscará a conjugação destes aspectos, para melhor compreender e explicar o conceito e a dinâmica de um espaço em permanente processo de construção.

3.2 DIFERENTES LEITURAS SOBRE O TERRITÓRIO PARA SE ALCANÇAR O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

O interesse pela dimensão dos fenômenos econômicos e sociais vem crescendo nos últimos anos e se fortalecendo nas ciências sociais. Essa afirmativa é comprovada, sobretudo, pelas tentativas de diversos estudiosos em explicar o desenvolvimento (social e econômico), principalmente nos casos de “ascensão” de algumas regiões rurais e de “declínio” de outras; a análise é feita por meio da compreensão da configuração espacial regional. Isso tem feito a abordagem espacial ganhar grande ênfase e ser destacada por alguns estudiosos como de fundamental importância para a compreensão do dinamismo de determinadas regiões e suas relações com o desempenho dos atores e das instituições.

Esse dinamismo das regiões é explicado com base na idéia de que a maior proximidade dos atores que atuam em determinado espaço geraria ações coletivas e cooperadas (troca de experiências, redes de colaboração) ampliando a espessura e a densidade das relações sociais e, conseqüentemente, possibilitariam o aparecimento de oportunidades inovadoras de desenvolvimento.

Nesse contexto territorial, enquanto abordagem, surge um aparato conceitual capaz de explicar o papel do contexto e do espaço social como fatores de desenvolvimento. O enfoque territorial tem condicionado a implementação de propostas concretas de atuação do Estado. Podermos exemplificar o programa *Liaison entre Actions de Développement Rural* (LEADER), da União Européia,²⁷ o de empoderamento comunitário nos Estados Unidos, as mesas de concertação e os sistemas locais de produção agrícola no Peru, a produção agroecológica de frutas no Chile e, no Brasil, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esse programa aponta para uma clara preocupação instrumental e normativa, e indica

²⁷ O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER da União Européia para regiões rurais propõe a autonomia local na definição das estratégias e projetos positivos para os territórios locais, ou apenas favorece alguns atores destes territórios, por meio de práticas de inclusão dos grupos mais necessitados e “desorganizados”.

que o território – enquanto unidade de referência – passa a ser uma unidade de observação, atuação e gestão do planejamento do Estado.

Acerca do debate colocado pelo surgimento da abordagem de território, a Geografia, enquanto ciência, vem reivindicando um caráter analítico e conceitual, e vem apresentando uma nova discussão do uso do território.

Trata-se de um exercício útil e praticamente indispensável para se entender como tal conceito teve novos e importantes significados, que permitem a redefinição do objeto e do papel da geografia em relação aos problemas colocados pela evolução recente da sociedade humana (DEMATTEIS, 2007, p. 7).

É bom ressaltar que, na perspectiva geográfica, o território ganha uma conotação menos instrumental e se liga à discussão da projeção espacial do poder. Percebe-se, assim, que a forma como é tratado o território se diferencia substancialmente do debate sobre a abordagem territorial do desenvolvimento rural.

Raffestin (1993) foi um dos primeiros a abordar o território. Sua obra enfatiza o caráter político do território. Em sua compreensão do conceito de espaço geográfico, este é um substrato, um palco, que preexiste ao território.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Para Raffestin (1993), o território é concebido com uma acentuação no seu aspecto político-administrativa, ou seja, como o território nacional, que é espaço físico onde se localiza uma nação; que tem por sua vez uma delimitação de ordem jurídica e política; e, também, como um espaço construído e projetado por meio do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

O autor supracitado diz que no momento em que o ator se apropria do espaço – seja ele concreto ou abstrato –, o mesmo territorializa o espaço. Sendo assim, o mesmo apresenta o território como

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço.

Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Na concepção formulada por Raffestin (1993), o território é construído e se apresenta marcado por um campo de relações de poder. Deste modo, a compreensão do território pressupõe a apropriação da categoria poder. Poder que é exercido por pessoas ou grupos e sem o qual não se define o território. Portanto, para este autor poder e território, cada um com seu aspecto autônomo, apresentam-se como categorias fundamentais para a consolidação do conceito de território. Sendo assim, o poder é relacional, já que intrinsecamente está presente em todas as relações sociais.

Heidrich (2004), em sua formulação sobre a formação do território também ressalta as características essencialmente voltadas ao campo do poder, porém, destaca que o território “completo” envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação e separação como elementos da construção de territorialidades, onde apenas partes das características mencionadas estão presentes.

Para Haesbaert²⁸ (1999 apud SPOSITO 2004, p. 18), o território pode ser analisado por meio de diferentes enfoques, numa construção apoiada em três vertentes básicas:

- a) *jurídico-política*, que diz que “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”;
- b) *cultural(ista)*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”;
- c) *econômica*, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”.

Em face de um mundo que cada vez mais se apresenta como complexo em seus processos, na maioria das vezes socialmente excludentes, uma crescente globalização e a fragmentação a um nível micro ou local que serve de “refúgio” à globalização, Haesbaert (2002) busca identificar uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão.

Para Haesbaert (2002), nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios-rede a lógica econômica; e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão socioeconômica das pessoas. Este autor busca apresentar o conceito de território com uma

²⁸ HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *Geographia*, ano 1, n. 1, 1999, p. 15-39.

vertente cultural e político-econômica, ao analisar a des-territorialização e a identidade na rede gaúcha no nordeste brasileiro. Ele destaca que os atores e grupos sociais não agem mutuamente, apesar de estarem num mesmo quadro de relações socioespaciais, ou seja, em uma única territorialidade.

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõe efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede (HAESBAERT, 2002, p. 38).

Na concepção formulada por Souza (2001), o território é político e cultural. Sua abordagem vem da identificação, nas grandes metrópoles, de grupos sociais que constroem relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças culturais. Para ele, o território é um espaço estabelecido a partir da relações de poder, e este não se restringe ao Estado, tampouco se confunde com violência e dominação. Senda assim, na acepção de Sousa (2001) o conceito de território não deve em hipótese alguma ficar restrito ao território do Estado-Nação.

Na formulação de Sousa (2001, p. 11), “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”.

Com intuito de avançar na formulação acerca do território, Sousa (2001) constitui o conceito de conceito de território autônomo com o objetivo de apresentar uma alternativa de desenvolvimento. Para ele, a autonomia é a base do desenvolvimento, sendo evidente quando tratado como processo de auto-instituição da sociedade em vista de maior liberdade e menor desigualdade.

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade (SOUZA, 2001, p. 106).

Sousa (2001, p. 108) diz que “em qualquer circunstância, o território encarna a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo”. Contudo, não se trata de um território marcado pelo poder centralizador como o Estado-Nação, e sim um território autônomo, onde as pessoas têm

a liberdade de manifestar suas escolhas e potencialidades, gerando um espaço socialmente equitativo.

Desta forma, a abordagem de Souza (2001) acerca do território precisa ser encarada em suas múltiplas vertentes e funções. Apesar de fazer prevalecer as transformações vindas do poder no território, Sousa (2001) enfatiza a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como os territórios da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e de outros que podem ser temporários ou permanentes.

Saquet (2005), ao apresentar a sua discussão sobre território, faz como Raffestin uma constante relação com o poder. O território é, neste sentido, temporalmente produzido como pelas relações de poder estabelecidas por um determinado grupo social, que pode ser temporário ou permanente, e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado-Nação (SAQUET apud CANDIOTTO, 2004, p. 81).

Para chegar a essa conclusão, Saquet (2005) fez um resgate das diferentes interpretações do conceito de território, levando em consideração as três vertentes mencionadas por Haesbaert (jurídico política, econômica e cultural) como sendo essenciais para se fazer as interligações necessárias. Enfatiza mais os aspectos econômicos e políticos, além de fazer uma relação com o aspecto cultural:

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/ temporalidades/ territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (SAQUET, 2003, p. 28).

Saquet (2005, p. 144), em sua análise, busca relacionar as dimensões econômicas, políticas e culturais, e acrescenta a natureza, que na sua concepção estará sempre presente no território, pois é uma dimensão indissociável do mesmo; “[...] é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, idéia e matéria [...] é local e global e singular e universal concomitantemente, terra, formas espaciais e relações de poder [...]”.

O território, mesmo visto a partir da paisagem e do espaço físico natural de raízes e fortes identidades socioculturais, dentro da visão da geografia política tradicional, apresenta em si elementos econômicos essenciais.

Quando pensamos em território nacional, devemos ter claro que esse abrange um discurso ideológico e uma apropriação econômica que consiste nos objetivos da

territorialidade. Para Raffestin (1993, p. 58), “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”. Sendo assim, o poder exerceria uma ação, por meio dos trunfos: a população, o território ou os recursos. A articulação entre esse três fatores, o domínio, a apropriação ou influência do poder é concretizada na transformação territorial.

Para Saquet (2003, p. 126), uma das contribuições de Raffestin no debate sobre o conceito de território foi o de ressaltar os recursos naturais como instrumentos de poder. O que reforma a concepção de que “Toda e qualquer produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no quadro e por intermédio de uma forma de sociedade determinada” (MARX, 1983, p. 205).

Sendo assim, a produção, que é coletiva, está representada no processo econômico, e tem na base físico-territorial o ponto de partida para a efetivação das territorialidades, que se materializam em estruturas e formas espaciais distintas. Isso quer dizer que a exploração da natureza é um dos pilares da transformação econômica do território. A economia capitalista nos dá um ótimo exemplo, que é a divisão territorial do trabalho, assim como as especializações produtivas.

Na concepção de Haesbaert (2004, p. 57), a maior parte dos lugares, nos dias atuais, está distante de uma concepção de território como “fonte dos recursos” ou como simples “apropriação da natureza” em sentido pleno, mais isso não significa, contudo, que essas características estejam superadas. Isso depende das bases tecnológicas do grupo social; sua territorialidade ainda pode carregar marcas profundas de uma ligação com a terra, no sentido físico do termo.

Nesse sentido, é bom termos claro que a abordagem econômica do território envolve um jogo de forças no qual o poder, seja exercido pelo Estado ou por empresas, não ignora a natureza enquanto recurso. Raffestin (1993, p. 58) diz: “Assim, os conflitos de fronteira entre Marrocos e a Argélia não teriam apresentado um caráter violento se a posse do minério de ferro existente na zona contestada não houvesse sido o verdadeiro triunfo”.

A argumentação apresentada por Raffestin (1993) expõe uma concepção que parte da dimensão econômica do território, e que em última instância a formulação se dá numa perspectiva materialista. Para Haesbaert (2004, p. 58), isso muitas vezes faz que a economia regional não utilize o território, e termos como espaço, espacialidade e região; claro que existem exceções de alguns geógrafos que incorporam o território econômico nas suas análises espaciais.

Para Souza (2003, p. 100), o território é uma variável que está muito além das estratégias político-militares, como muitas vezes é concebido por tecnocratas e conservadores.

Outro problema que ocorreu com a concepção de território foi o tratamento que a abordagem economista de desenvolvimento fez ao discutir território, confundindo-o com um plano ou base de políticas, sendo os conceitos que mais conveniente seriam espaço ou área.

Para Haesbaert (2002, p. 129), o debate econômico do território proporciona um debate acerca da destruição dos territórios, regiões e lugares, em conjunto com a eliminação tanto das identidades culturais como do controle estatal sobre os espaços, numa época “globalizante” onde o aparente “desenraizamento” provocaria tal furor que alcançaria um nível conceitual amplo.

Devemos apontar que o tratamento da questão do território econômico não se apresenta como um debate fácil, pois muitas vezes nos deparamos com a ambigüidade presente e com a diversidade da temática. É comum nos debates nos deparemos com um paradoxo: processos globalizantes ou desterritorializantes, que ao mesmo tempo em que destroem e constroem outras formas de espacialização.

Essa complexidade nos leva a optarmos pela distinção dos termos e a fazermos opções, como a territorialidade em lugar de território ou de região. É evidente que, ao flexibilizar o termo, isto pode deixar margem para interpretações diversas.

Neste sentido, as relações de poder passam a ser um elemento fundamental e diferencial no debate. É importante termos claro que, num mundo globalizado, a informação possui um enorme poder, e, ao lado do poder econômico, seria o fator fundamental que age como motor na definição e re-definição dos territórios e das territorialidades. Assim, diz Santos (2002, p. 79): “A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas”.

Deste modo, o espaço ressurgiu de maneira mais fragmentada e compartimentada, por uma lógica global e geral, seletiva e determinante em que o poder técnico e intelectual estão intrinsecamente fundidos com o poder econômico. Para Becker (2003, p. 291-292), a geopolítica da inclusão/exclusão é resultado de uma nova racionalidade, caracterizada por campos de forças instáveis e pelo forte controle do setor privado. Este último controla e reorganiza o território de modo decisivo.

Na visão da territorialidade econômica, no momento em que as empresas buscam mercados e concorrem entre si, estão na verdade disputando território. Com a globalização essa competição se acirra.

A empresa controla não somente todo o aparelho da sua produção, que compreende seres e coisas, mas também controla, de uma forma mais

indireta, os seres e as coisas por intermédio de seu ou de seus mercados. Quando entra em concorrência com outras empresas, coloca na balança tudo ou parte de seus trunfos (RAFFESTIN, 1993, p. 59).

Na globalização, compartimentação e fragmentação do espaço fazem parte de uma lógica, sendo que esse processo contraditoriamente faz com que haja um choque e uma associação do movimento da sociedade planetária, com o movimento particular das frações regional e local da sociedade nacional (SANTOS, 2002, p. 79-80).

O grande questionamento é: essa materialidade econômica produz a estruturação do território? Num debate funcional, as relações de poder abrangem a esferas das decisões e definem a orientação das territorialidades, contudo, do ponto de visto dos agentes a questão cultural não pode ser deixada de lado no processo de combinação das variáveis territoriais e no campo político das ações.

Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia (SOUZA, 2003, p. 108).

O território é o palco dos acontecimentos e transformações em curso. Santos (1997b, p.150), ao analisar o território brasileiro dizem que o mesmo torna-se mais fluido com as redes de circulação e transporte expandido nas regiões desenvolvidas. Para ele São Paulo é um caso ilustrativo na economia globalizada. E evidente que esse processo de integração na economia globalizada produz; verifica-se “[...] a segmentação vertical do mercado enquanto território e uma segmentação vertical do território enquanto mercado na medida em que os diversos agentes sociais e econômicos não utilizam o território de forma igual” (SANTOS, 1997a, p. 157).

Haesbaert (2004, p. 60-61), ao debater a concepção de Milton Santos, que é a de um “território de todos”, retoma as idéias de François Perroux, nas quais esse território é correspondente ao “espaço banal”. Esse debate se torna importante no sentido de permitir uma maior compreensão do conceito construído por Milton Santos, que, equivalendo-se ao “território usado”, é quase um sinônimo de espaço geográfico. Nesse caso, o desenvolvimento econômico é produto de um processo de organização, re-organização e mesmo desorganização do espaço a partir de “pólos dinâmicos” (como em Perroux). Sob esta ótica as territorialidades e desterritorialidades podem ser vistos num aspecto de comparação, mesmo que esse termo não seja utilizado.

O fato de que a força nova das grandes firmas, neste período científico-técnico, traga como consequência uma segmentação vertical do território supõe que se redescubram mecanismos capazes de levar uma nova horizontalização das relações, que esteja não apenas a serviço do econômico, mas do social (SANTOS, 1997b, p. 157).

Podemos nesse caso dizer que o território econômico se apresenta como espaço das “horizontalidades”, em que os objetos, os fixos e os fluxos materializados na estrutura espacial conjugam também as transformações regionais. Sendo assim, a dimensão ultrapassa os aspectos econômicos, ao mesmo tempo em que os fatores de ordem política, cultural e social estão presentes na forma de agentes que dinamizam todo processo.

Para Santos (1997b, p. 50-55), o território é mais comumente compreendido como território nacional ou como a base física e espacial da produção, profundamente influenciado pela dinâmica global das transformações em curso. A mundialização do espaço geográfico, neste sentido, consolida e fortalece a divisão territorial e social do trabalho, onde as mesmas horizontalidades compartilham o cotidiano territorial.

Expresso na forma de território, o espaço geográfico torna-se um apêndice do desenvolvimento social. A idéia de que as coisas acontecem “num espaço” não é somente um hábito do pensamento, mas também um hábito da linguagem, e apesar de seu apelo ao absoluto, o espaço natural é anacrônico, até mesmo nostálgico e uma barreira a uma compreensão crítica do espaço. Por suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como receptáculo, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando (SMITH, 1988, p. 132).

Um território de um país, independente do seu estágio desenvolvimento, apresenta sempre uma configuração territorial composta pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades. Esse conjunto, num todo de coisas arranjadas em sistema, forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país (SANTOS, 1997a, p. 75-76).

Para Santos (1997a), em sua compreensão de território o espaço é a totalidade verdadeira, dinâmica. E é esse mesmo espaço, social, a base da divisão do trabalho no desenvolvimento capitalista, no qual a divisão territorial sempre esteve presente (SMITH, 1988, p. 152). A produção (que é sobretudo econômica) do espaço, concretamente, impõe certos ritmos de organização espacial e se expressa materialmente nos fixos e nos fluxos, nas

“categorias do método geográfico”: estrutura, processo, função e forma (SANTOS, 1985, p. 49).

Para Marx (1983, p.49), a produção, o consumo e a distribuição se articulam e se reproduzem, historicamente, no espaço, e a sua própria dinâmica de relações é materializada nos objetos concretos. Santos (1997a, p. 111), diz que “A cada momento histórico, varia o arranjo desses objetos sobre o território. O conjunto dos objetos criados forma o meio técnico, sobre o qual se baseia a produção e que evolui em função desta”.

Num processo contínuo de mudança e transformação, os conceitos precisam ser reconstruídos no intuito de servirem de instrumento para novas leituras e interpretações. Na época atual, onde as transformações se operam numa velocidade jamais vista, repensar os conceitos significa questionar velhas teorias. Vivemos em uma nova época, era de um novo capitalismo que precisa ser explicado por categorias e estruturas teóricas baseadas nas características e dinâmicas dessa nova fase. Assim, diz Martin (1996, p.36):

Querer que os mesmos conceitos e teorias se apliquem a diferentes épocas do desenvolvimento econômico é andar em círculo encantado de excessiva abstração, é agredir as próprias realidades que nossos conceitos e teorias deveriam ajudar-nos a entender. O novo capitalismo não pode ser adequadamente representado e explicado pelas categorias conceituais e estruturas teóricas ora existentes. No mínimo, as novas realidades expuseram sérias falhas e lacunas em nossas teorias e, portanto a necessidade de uma substancial reconsideração.

O conceito de território e seus derivados (territorial e territorialidade) possibilitam uma análise de cunho marxista e uma aproximação que atinge níveis de similaridade com certas abordagens da Economia e mesmo da Sociologia. A grande ênfase na dimensão econômica, presente nas relações de produção, redes de trocas, no valor do espaço-mercadoria etc., induz a um novo “determinismo” (PASSOS; MORO, 2003, p. 8-9). Nesse sentido, se desejamos uma visão mais abrangente de território devemos extrapolar as análises do território econômico pela visão unicamente marxista, a qual, como vimos, apresenta-se como limitada.

Na visão economicista muitas vezes se apresenta certo “fim” de um território econômico, ou seja, a “desterritorialização” em curso devido à dinâmica globalizante (HAESBAERT, 2002, p. 130). Essa mesma concepção apresenta o território como apenas uma localização num espaço físico-concreta. Sendo que, aqui, a empresa capitalista tem superado entraves e barreiras em função de questões de localização, e o próprio “local” e sua atividade econômica específica são enfraquecidos.

Um dos aspectos que explicam esse processo de dinâmica mundializada e que influencia diretamente a dinâmica do território é a dinâmica agrícola, assentada, sobretudo, por meio das relações intersetoriais estabelecidas na integração de capitais, com forte investimento tecnológico. No decorrer dos anos 1980 e início dos anos 1990 as restrições a novos investimentos atingem o setor rural de forma diferenciada. Os investimentos e as políticas públicas são seletivos e atuam no conjunto das cadeias produtivas, definindo setores e territórios e privilegiando espaços e regiões. A agricultura com a abertura econômica “neoliberal” passa a ser regida pela dinâmica do mercado global.

Podemos falar de uma agricultura científica globalizadora. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente da ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas, Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma ‘informação’ indispensável. (SANTOS, 2002, p. 88-89).

Para Souza (2003), o território, como base ou referencial do poder, não pode ser prescindido. Em uma economia globalizante com “agricultura científica” controlada por uma lógica geral externa, o território (mesmo do ponto de vista local) existe e persiste, ainda que na perspectiva da territorialidade. Para Haesbaert (2004, p. 61), a grande ênfase na “funcionalização” e no conteúdo técnico dos territórios é feita por Milton Santos, como manifestação da perspectiva econômica, a qual este prioriza.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é à base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2002, p. 96-97).

Nesse sentido, conforme apontado por Santos (2002), verifica-se o uso de uma única via de análise, como ocorre com algumas interpretações marxistas, que apresentam limitações ou equívocos.

Os esforços para estabelecer uma teoria geral sobre a “lógica do capital no espaço” conduzem a uma visão segundo a qual o fenômeno do “desenvolvimento desigual e combinado” seria uma espécie de “lei” do

capitalismo. O mais correto, dentro da ótica marxista, seria pensar esse fenômeno como um componente histórico do processo de mundialização do capitalismo, de modo que a análise deve centrar-se nos condicionantes do processo de desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial (DINIZ FILHO, 2002, p. 159).

Mesmo assim, é importante destacar que a divisão do trabalho, as especializações produtivas e a própria diferenciação do capital social permitem uma compreensão dos fenômenos característicos do processo de territorialidade econômica. Nessa visão, urbano ou rural (campo ou cidade) se apresentam no desenvolvimento econômico capitalista. Na época atual, de investimentos de *portfolio* (SMITH, 1988, p. 162), a diversidade de escalas coloca a sobreposição e mistura de diferentes atividades e também do controle exercido no espaço.

A composição técnica e a composição orgânica do território mudam graças à cibernética, biotecnologias, novas químicas, informática e eletrônica (SANTOS, 1997b, p. 140), e isso significa também novos movimentos, novos agentes e novos objetos.

Nesse sentido, o “novo” uso do território no período técnico-científico-informacional resulta de inovações técnicas e organizacionais, que vão desde “[...] o aproveitamento dos ciclos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, à velocidade da circulação de produtos e informações [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 118), e permitem identificar transformações espaciais que convergem na dimensão econômica da territorialidade mesmo quando vista como configuração territorial ou divisão territorial do trabalho numa visão mais totalitária, na qual os papéis e as funções é que diferenciam os espaços.

O espaço agrícola, como área de fornecimento de matérias-primas, alimentos etc. aos propósitos do desenvolvimento (MORO, 1992, p. 38-39), hoje em dia tem sido o objeto de um grande número de estudos devido à sua importância. O planejamento regional de políticas públicas acaba, na maioria das vezes, adotando uma concepção de território no mínimo confusa, pois a base física, que é recortada enquanto “região”, muitas vezes é subentendida como território. Nesse sentido, a saída seria que a análise regional passasse a utilizar o conceito de território, que permite uma melhor compreensão dos processos.

Podemos dizer que a territorialidade econômica é algo palpável, concreto e, sendo assim, não pode ficar limitada a análises que submetem a noção de território a uma condição hierárquica extremamente inferior a outras categorias analíticas.

Para Fernandez e Fiúza (2006), o antropólogo Maurice Godelier parte de uma concepção materialista de território, ou seja, seu ponto de partida para uma análise de território é o lugar onde existem as condições materiais de existência da sociedade. Sendo que

existem duas dimensões a ser percebida: a material (apropriação e uso dos recursos, meios de existência) e a simbólica (identidade, pertencimento).

[...] é uma porção da Natureza, e, portanto, do espaço, sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante, a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito a totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar” ou “é a porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente as condições materiais de sua existência (FERNANDEZ, FIÚZA, 2006, p. 8).

Já em Little (2002) encontramos a idéia da territorialidade como a consequência de um esforço conjunto de um grupo social, e da sua ação para utilizar e controlar o espaço físico. “A territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*” (SACK, 1986, p. 19).

Para Casimir (1992), a construção da territorialidade é uma vontade que está presente em todos os grupos, sendo que sua evidencia é consequência das contingências básicas. O território, nesse caso, é um processo social e político, já que é a territorialidade que o produz, meio da ação dos grupos sociais. Portanto, o território é um produto histórico.

Nesse sentido, uma eficaz análise de um território necessariamente pressupõe uma abordagem histórica. O que temos que ter claro é que, diferente dos animais, os seres humanos constroem níveis de territorialidade: local, regional, estadual, nacional. A definição dos territórios na sociedade é atravessada pelo poder, tal como as fronteiras dos Estados-Nação, reservas indígenas, comunidades quilombolas e também camponesas.

Para Marx e Engels (1982, p. 97), o “capital necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda parte”. Essa é, sem dúvida, a “lei fundamental” que expõe o caráter expansionista e incorporador do modo de produção capitalista, sendo que o mesmo, para atingir seus objetivos, busca acabar com as fronteiras; além disso, homogeneiza as relações como uma forma de tirar todos os entraves ao avanço do capital, numa dinâmica que cria novas condições para garantir a evolução e dominação do capitalismo.

Precisamos ter claro que a evolução do capital não ocorre no processo de evolução de sucessivas fases, em que atividades tidas como velhas vão sendo substituídas por modernas, numa espécie de movimento de equalização dos níveis de produtividade (ROSTOW, 1971), e muito menos pela disseminação de tecnologia oriunda da dinâmica competitiva das firmas

modernas (e das atividades de ponta) sobre os espaços protegidos e ineficientes (OHMAE, 1991).

O capital é guiado por um processo de busca constante de valorização. Essa busca faz com que o mesmo destrua, crie e recrie espaços numa lógica com marcas de avanços e recuos que são, na verdade, a própria essência do sistema, e a necessidade do capital se refazer num ambiente construído por si próprio.

Como resultado, temos a combinação de processos de relação/produção e de espaços em que há em comum o capital e a subordinação ao centro dominante. Podemos perceber isso na descrição de Marx sobre a forma e a força como o capital se apropria de áreas dominadas, tendo como exemplo o caso da expansão dos ingleses na Índia. Marx (1983) diz que a produção artesanal de tecidos pelos indianos estava baseada numa estrutura político-administrativa que possibilitava às aldeias elevada autonomia; isso deu condições para que o país (e a sua estrutura de produção) pudesse sobreviver à dominação dos diferentes povos que o invadiram antes dos ingleses.

Por mais importantes que tivessem sido as mudanças políticas experimentadas pela Índia, no passado, as suas condições sociais permaneceram intactas desde os tempos mais remotos até o primeiro decênio no século XIX. O tear manual e a roca de fiar, origem de um exército incontável de tecelões e fiandeiros, eram os eixos centrais da estrutura social da Índia (MARX, 1983, p. 30).

As relações de conflito presentes no sistema capitalista não estão circunscritas ao embate entre as atividades norteadas pela lógica do capital e os arranjos não-capitalistas. No interior do sistema, diferentes frações do capital vivem um embate permanente pela valorização de ativos e pela manutenção do processo de acumulação. Um dos estudiosos que tratam desse assunto é Harvey (1990). Ele mostra que o processo de acumulação requer a contínua inovação dos processos produtivos de forma a reduzir a taxa de salário e o tempo de realização do capital.

Para Harvey (1990), os capitalistas individualmente são compelidos pela acumulação a buscar novos processos tecnológicos e, com isso, alcançar o aumento dos lucros. Isso implica num crescimento assimétrico da economia, comprometendo o processo de acumulação e desestabilizando o sistema como um todo. Tal processo ocorre devido à diferenciação (ou desigualdade) do “tempo de realização” das atividades produtoras de bens e serviços que geram, desta forma, uma multiplicidade de taxas de lucro de acordo com o produto e com o conjunto das técnicas empregadas.

Em busca do barateamento dos componentes do capital, são produzidos desequilíbrios espaciais, já que ele busca sempre áreas que permitam uma máxima exploração do próprio capital e do trabalho. Ou seja, as mercadorias hoje passaram a ser produzidas em diversos espaços, com uma maior produção de mais-valia. Nesse sentido, o intercâmbio e a integração espacial são fundamentais. Esse movimento leva ao desenvolvimento capitalista, já que o produto busca novos mercados e também buscar se beneficiar da concentração geográfica dos capitais constantes e variáveis.

A busca pela reprodução configura regiões voltadas para as necessidades do capital, e o lucro é alcançado por meio da utilização de espaços privilegiados e pelo avanço tecnológico, e assim se faz a valorização de alguns espaços em detrimento de outros.

[...] aqui encontramos una versión aún más profunda de esa contradicción que acosa a la circulación del capital fijo. El capitalismo confía cada vez más en capital fijo (incluyendo el que está incrustado en un paisaje específico de producción) para revolucionar el valor de productividad del trabajo, y lo único que encuentra es que su calidad de fijo (la distribución geográfica específica) se convierte en la barrera que hay de superar. La tensión entre la inestabilidad generada por el capital recién formado y el estancamiento relacionado con las inversiones pasadas, siempre está presente dentro de la geografía de producción capitalista (HARVEY, 1990, p. 397).

Harvey (1990), em sua análise, buscou identificar a mobilidade da força de trabalho, pois, para ele, o trabalho – como objeto dominado do capital – é um fator fundamental na própria dinâmica capitalista. Portanto, as leis que governam o movimento do capital variável (trabalho) estão incrustadas naquelas que regulam o comportamento (espacial) da acumulação do capital em geral.

Portanto, podemos dizer, baseados na formulação de Harvey, que em busca do emprego e das condições de sobrevivência o trabalho se move de acordo com as necessidades do capital, e os movimentos dos trabalhadores ocorre em vista da demanda do capital; sendo assim, os salários diferenciais proporcionam os meios de coordenar os movimentos dos mesmos. “*La versatilidad y movilidad geográfica de la fuerza de trabajo, así como la ‘indiferencia’ de los trabajadores al contenido de su trabajo son esenciales para la ‘fluidéz del capital’*” (HARVEY, 1990, p. 384).

O processo de acumulação necessita de capital físico e do trabalho com circulação desimpedida e no menor tempo possível para viabilizar. Tal processo deve ocorrer com os valores monetários. Quanto mais livre for a circulação do dinheiro, melhores serão as relações de intercâmbio.

Ao lado da mobilidade de capital-físico (infra-estrutura), do trabalho e do dinheiro concorrem outros elementos que podem levar à rigidez do capital num espaço específico. Para Harvey (1990), trata-se da cristalização de “infra-estruturas sociais” e de “instituições” que asseguram o processo produtivo, além de desempenhar outras funções como a regulação de contratos, a circulação de crédito e de dinheiro, as condições de trabalho etc. Esse conjunto de elementos foi denominado pelo autor como “complexo de recursos humanos”, sendo formado pelo ambiente geográfico-humano (que é produzido pelo capital) para garantir o processo de acumulação: “*A producción y mantenimiento de los ambientes construidos, a menudo cristaliza en un sistema sumamente especializado que enlaza agentes económicos que realizan cada papel separadamente o en combinaciones limitadas*” (HARVEY, 1990, p. 399).

Na concepção formulada por Harvey (1990), a circulação de capital tem como resultado a transformação, a criação, a sustentação ou recriação de infra-estruturas sociais em lugares específicos em detrimento de outros, daí o caráter contraditório do processo. Sendo assim, a circulação de valores através das infra-estruturas sociais é apenas um momento da dinâmica de acumulação.

O capital, quando destinado para formação da infra-estrutura necessária, não se torna um fator perdido, e sim produz a ampliação do mercado para o sistema e, conseqüentemente, o rebaixamento dos processos produtivos e também ambientes favoráveis para a ampliação das taxas de mais-valia.

Essa movimentação poderá se usada para compreender os motivos da diferenciação entre os espaços. O capital produz e reproduz uma série de mediações que se materializam nos ambientes físicos e sociais.

Portanto, as idéias de unidade e de contradição estão presentes na produção e na realização do capital e constituem o cerne da análise marxista. Harvey (1990) buscou mostrar os mecanismos de criação e de superação das barreiras que restringem a mobilidade do capital em diferentes aspectos (infra-estrutura, trabalho, moeda, etc.) e, a partir disso, explicar como se processa o conflito inter-capitalista, concluindo que as forças que levam à crise são as mesmas que criam a materialidade exigida para sua superação.

Podemos dizer que Harvey (1990) permitiu uma maior compreensão das relações entre capital e espaço. Outros teóricos buscaram mostrar que a dimensão espacial ocupa posição ainda mais importante na dinâmica do sistema capitalista. Henri Lefebvre foi um destes. Em sua análise, parte da concepção de que o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais de posse da propriedade, posto que encerra no seu interior múltiplas propriedades num plano estrutural.

Na concepção de Lefebvre (1974), o *design* espacial deve ser considerado como força produtiva, ao lado do capital e do trabalho. Ele defende que o espaço pode atuar como agente controlador das contradições inerentes ao capitalismo, em benefício dos grupos dominantes. Os capitalistas utilizaram o espaço como instrumento de manutenção do processo de acumulação e das relações capital/trabalho. Diante de um posicionamento revolucionário, o controle sobre as relações e o *design* espacial teria importância estratégica no domínio dos meios de produção, “porque tanto as relações de posse quanto as de exteriorização material – isto é, a produção do espaço – está unida nas relações de propriedade que formam a essência do modo capitalista de produção” (GOTTDIENER, 1985, p. 129).

Nesse sentido, precisamos compreender que o espaço não é somente um elemento constitutivo das forças de produção, mas produto dessas mesmas relações. O “design espacial” pode ser entendido, também, como “objeto” a ser consumido. As relações socioespaciais estariam impregnadas das relações de produção capitalista a partir de um movimento no qual os papéis de produtor e de produto se fundem e extrapolam os limites do embate entre as classes ou os territórios (LEFEBVRE, 1974).

Assim, o Estado teria uma função estratégica como instrumento do capital ao utilizar seus poderes para garantir o controle dos lugares, suas hierarquias e a capacidade de segregação em prol dos interesses de acumulação. Esse poder é garantido por meio dos mecanismos de fiscalização, controle e repressão à disposição do governo. Segundo Lefebvre (1974), existe uma contradição fundamental do espaço capitalista derivada do contraponto entre a fragmentação das relações sociais da propriedade privada e a capacidade científica e técnica de tratar o espaço como abstração.

O Estado e a economia teriam transformado o espaço numa abstração, ainda que fragmentada. Sendo assim, a resposta a essa fragmentação fictícia do espaço reafirma as singularidades do espaço personalizado, e surgem conceitos orgânicos de integração espacial, como o espaço social, o residencial etc. Essa explosão de distinções espaciais “coladas” a grupos de interesses está no cerne dos conflitos socioespaciais, e é resultado das diferenças concretas entre pessoas que, por sua vez, refletem o poder de dominação dos espaços abstratos. Assim, esses antagonismos espaciais atravessariam as linhas de classe porque não resultam apenas das relações de produção.

A principal contradição espacial da sociedade é a confrontação entre espaço abstrato, ou a exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado, e espaço social, ou o espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as

classes na vivência diária (LEFEBVRE²⁹ apud GOTTDIENER, 1985, p. 131).

Partido dessa concepção podemos dizer que a hegemonia da classe capitalista é garantida pelo controle do espaço e de sua capacidade de segregação, cuja viabilidade depende da ação reguladora (e repressora) do Estado. LEFEBVRE diz que o conflito inter-classes ocorre devido ao antagonismo entre a produção de um espaço social de usos e a expropriação baseada num espaço abstrato. Mesmo partido de concepções com interpretações diferentes, como são as de HARVEY e de LEFEBVRE, é possível compreender a complexidade das mediações presentes em seus trabalhos na tentativa de estabelecer uma relação entre a dinâmica do modo de produção capitalista e a configuração do espaço. É evidente que suas formulações apresentam uma clara articulação com a concepção marxista, e assim expõem uma análise marcada por contradições, avanços e retrocessos que são inerentes à dinâmica capitalista, em contraposição à harmonia presente nos modelos conservadores de caráter liberal.

Nesse sentido, nota-se que o espaço está sujeito aos interesses do capital que se apropria do território, do trabalho e do dinheiro para transformá-los em mercadoria. Mas o movimento de homogeneização não pode ser confundido com a idéia de nivelamento de desigualdades, pois o que está em jogo é a difusão da lógica de multiplicação do valor, continuamente renovada, na busca da destruição de fronteiras e de quaisquer obstáculos que impeçam o desenvolvimento do capital, movimento esse que usualmente tem levado à reprodução ou à ampliação das desigualdades sociais e territoriais.

A homogeneização diz respeito, pois, a esse processo de construção dos “loci” e das regras das lutas concorrencias, que busca engendrar um espaço unificado de valorização do capital e que define os espaços de mercado nos quais se desenvolverá a “coerção imposta” do processo de integração (BRANDÃO, 2001, p. 122).

A ação capitalista promove um processo de homogeneização por meio da eliminação das barreiras que impedem a reprodução do valor; abre-se a oportunidade para que o movimento de integração possa incorporar e definir o papel desempenhado pelos espaços no movimento global da dinâmica do capital. A integração dos territórios ocorre por meio da concorrência, gerando rupturas, transformações, conquistas, avanços e retrocessos que delimitam o papel exercido pelas diferentes frações do capital. A integração leva as economias a adaptar suas estruturas produtivas aos interesses do capital em diferentes escalas.

²⁹ LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

Com o processo de integração, torna-se praticamente impossível a formação, no âmbito de uma região isolada, de uma matriz produtiva densa e integrada, ou seja, regionalmente “completa”. Integrado, resta aos espaços conquistados a inserção especializada e complementar às cadeias produtivas constitutivas da “matriz produtiva nacional” comandada pelo “pólo dinâmico” da acumulação, enquadrando-se à hierarquia e às decisões que definirão o papel e o ritmo de crescimento de cada espaço. Uma vez realizada a integração, a natureza e os limites do pólo dinâmico devem ser analisados (BRANDÃO, 2001, p. 124).

Segundo Brandão (2001), as relações entre as regiões dominantes e as subordinadas têm se transformado no período recente em razão do aperfeiçoamento dos instrumentos técnicos e organizacionais que permitiram o avanço da seletividade geográfica do capital. Este autor defende que a análise da matriz espacializada de investimentos ajuda a entender parte do processo, mas é insuficiente para avaliar a dominância exercida pelos controladores do grande capital sobre as áreas periféricas. Em outras palavras: “são a potência e a eficácia das forças centrípetas que permitem a ação das forças centrífugas” (BRANDÃO, 2001, p. 127).

Portanto, para maior compreensão do contexto atual é fundamental incluir um quarto elemento conceitual, que vem se somar aos de homogeneização, de integração e de polarização, que segundo Brandão (2001) seria fundamental para a definição dos padrões de desenvolvimento espacial, que é a “hegemonia”. Esse conceito, segundo o autor citado, busca apreender os processos assimétricos nos quais um agente privilegiado detém o poder de ditar, (re) desenhar, delimitar ou negar o domínio de ação e o raio de manobra de outrem.

Na concepção de Brandão (2001), o poder de hegemonia que sujeitos específicos detêm sobre o conjunto de áreas e em diferentes escalas ajudaria a iluminar questões como o esgarçamento dos pactos federativos, o uso de fundos públicos na reprodução de elites locais, a estrutura, as fissuras e as contradições nos blocos de poder, além de trazer novos elementos explicativos para as dificuldades de pactuação em países continentais e desiguais como o Brasil.

4 ASPECTOS DA FRONTEIRA E O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

O processo de ocupação da região Amazônica encontrou no conceito de fronteira um importante instrumento de análise. Nesse sentido, para pensarmos o desenvolvimento

endógeno na região Amazônica é de fundamental importância a compreensão da dinâmica imprimida no processo de expansão da fronteira.

4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA NOS ÚLTIMOS 40 ANOS

É a partir do século XVII que fica evidente o interesse internacional pela ocupação da Amazônia, em condições de subordinação e exploração. Deste então, o modelo de ocupação da região esteve orientado, essencialmente, por interesses externos. O processo acelerado de ocupação e integração física da região por via rodoviária modificou radicalmente o panorama sociocultural, político, econômico e ambiental da Amazônia, e se consolidou com a abertura de várias rodovias nas décadas de 60 e 70 do século XX, como a BR-010 (Belém-Brasília), a BR-364 (São Paulo-Acre), a BR-230 (Transamazônica), a BR-163 (Cuiabá-Santarém) e a BR-316 (Pará-Maranhão). Estas novas rodovias expandiram a fronteira de ocupação para novas áreas na Amazônia. “Foi a implantação concreta das rodovias que alterou profundamente o padrão de circulação e de povoamento regional” (BECKER, 2001, p. 5).

Para Becker (2001), o processo de ocupação acelerada da Amazônia resultou em duas consequências: a) ciclo de desmatamento/exploração da madeira/pecuária, associado a intensos conflitos sociais e ambientais; b) mobilidade intra-regional e fraco desempenho econômico.

Na análise de Castro (2004) fica evidente que a percepção das elites brasileiras sobre a Amazônia, nos anos 1950 e 1960, alinhava-se no contexto de um projeto nacional de desenvolvimento. “A Amazônia brasileira foi concebida, no seio das elites nacionais, enquanto fronteira de recursos com o qual o capital poderia fazer o seu ciclo de acumulação com base nos novos estoques disponibilizados” (CASTRO, 2004, p. 26).

Nos últimos quarenta anos, a Amazônia recebeu uma elevada carga de investimentos voltados para uma integração passiva da região aos mercados nacional e internacional. Sobre este aspecto assim descreve Ianni (1978, p. 45): “os anos setenta [do século XX] configuram um marco histórico na colonização da Amazônia. É o tempo em que se estabelece o regime de exceção, obras de infra-estrutura são instaladas, rodovias são abertas, e o estado motiva a ocupação da região com generosas taxas de incentivos fiscais”.

Destruição ambiental, exclusão social em larga escala, desestruturação dos meios de reprodução social e econômica das populações locais e a extremada concentração fundiária resultaram de um conjunto de políticas justificadas pelo mito do “vazio demográfico”. Os "Grandes Projetos" de exploração mineral, energética e florestal em escala industrial formaram enclaves de riqueza e modernidade cercados de pobreza e falta de oportunidades para as populações excluídas dos processos produtivos, seja da própria região ou que vieram para a Amazônia em busca de oportunidades.

Com poucos encadeamentos nas economias locais, esses projetos exportam matérias-primas não renováveis a elevados custos para os cofres públicos e energia gerada por rios que foram profundamente alterados, com impactos ambientais e sociais de grande escala. Como enclaves industriais, esses projetos não conseguiram fugir da matriz primário-exportadora, impondo uma economia extrativista de baixa agregação de valor e reduzida arrecadação, pois em seu entorno poucas atividades produtivas se desenvolvem.

Silva (2002) propõe três elementos fundamentais para a compreensão do avanço da frente de expansão. Primeiro, tratou-se de uma estratégia planejada de desenvolvimento, tal como ocorreu no final da década de 1950 e princípios da década de 1960, quando se abriu o ciclo de estradas, integrado com uma política de expansão do mercado interno para os produtos industrializados, em vista do descompasso entre agricultura e indústria. Segundo, como elemento de planejamento que visa aliviar tensões em áreas específicas, como no nordeste e sul do país. O terceiro elemento engloba os anteriores, diz respeito às alterações do aguçamento de conflitos na estrutura produtiva em áreas de economia já estruturada à base das relações sociais sob a dominância da quantidade e “disponibilidade” de terras.

4.2 CONFLITOS, VIOLÊNCIA E DESMATAMENTO NA FRONTEIRA COMO BLOQUEIO AO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

De acordo com um relatório publicado pelo IMAZON em 2002, cerca de 95% da extração madeireira na Amazônia ocorre de forma predatória. O Pará responde por 40% da atividade madeireira de toda a região e a maior parte de sua produção provém de extração irregular em terras públicas. E é justamente esta indústria madeireira, que atua de forma predatória e insustentável, que está à frente do desmatamento, da violência e de vários

conflitos, agindo contra o patrimônio público, usufruindo da incapacidade do Estado em planejar o processo de ocupação e definir a propriedade.

A quase totalidade da madeira proveniente de desmatamento no Pará é ilegal. Em 2001, por exemplo, o IBAMA concedeu autorizações de desmate para 5.342 ha, mas o total desmatado captado pelos satélites do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) identificou 523.700 ha. Em outras palavras, em 2001, apenas 1% da área total desmatada teve autorização – e os números dos anos anteriores são similares.

O resultado desse modelo de desenvolvimento adotado para a Amazônia é a expropriação, a grilagem das terras, a violência e conflitos agrários e a devastação da floresta. Evidentemente que a exploração de madeira, a grilagem, a implementação de fazendas e o cultivo de soja são atividades extremamente lucrativas, pois carregam em seu bojo a prática do trabalho escravo, o desmatamento e os conflitos pelo domínio das terras e da floresta.

Na verdade, a problemática do desmatamento se insere na discussão sobre a expansão da fronteira. Com a mesma lógica da pecuária, o desmatamento se insere em um contexto da expansão do capital, onde os recursos da floresta são retirados, na maioria dos casos, de forma ilícita, e apropriados pelos mesmos grupos que também atuam na atividade da pecuária. A retirada da madeira precede a instalação da fazenda, do pasto e do gado. As duas atividades se colocam como elementos marcantes da expansão da fronteira, trazendo em seu bojo o conflito e a violência, em um contexto de indefinição de propriedade e ausência do Estado como regulador das relações sociais (IANNI, 1978, p. 55).

O rápido processo de mudança que vem ocorrendo no mundo tem implicado em acontecimentos conjunturais e estruturais, produzindo efeitos que têm ressonância nas diversas escalas, sejam elas locais, regionais ou global. Em um ambiente de mudança abrupta, torna-se necessária a compreensão de diversas acepções, em vista de uma melhor interpretação da realidade em análise.

Entre as acepções fundamentais para explicar a dinâmica vigente, se encontra a de fronteira. A sua compreensão se faz necessária para absorver os desafios impostos a uma realidade, porém, cabe buscar um conceito de fronteira capaz de atingir os diversos meandros do real.

Cabe lembrar que queremos entender a dinâmica de ocupação da Amazônia partindo de um de território, que é o de Paragominas.

A Amazônia foi definitivamente incorporada à nação brasileira como fornecedora de matérias-primas. Para Gutberlet (2002), o modelo de desenvolvimento adotado na região está baseado na extração e na exploração insustentável dos recursos naturais, e tem como intuito a

garantia do lucro para os “seus protagonistas”. Nitsch (2002, p. 30) diz que “ao longo dos 500 anos, o Brasil viu expandirem-se suas fronteiras do litoral para o interior”. Portanto, tem lógica a idéia de que Amazônia tenha sido considerada a “última fronteira” a ser conquistada e submetida aos ditames da agricultura, pecuária, lavoura, e silvicultura – em suma, a ser transformada numa área “civilizadora” de povoados humanos à semelhança do resto do Brasil (NITSCH, 2002, p. 143).

Para Becker (2005), há um fundamento que o patrimônio natural seja essencial para o crescimento econômico. Nesse sentido, os países colonizados, como o Brasil e os demais países latino-americanos, têm construído uma relação sociedade-natureza numa lógica de economia de fronteira, que se caracteriza num processo de incorporação de terras e recursos naturais como meios inesgotáveis. Nitsch (2002), ao discorrer sobre o termo fronteira, sugere que o mesmo fique entre o “cosmo e o caos”; exemplifica dizendo que na experiência norte-americana o “fechamento da fronteira” expressava o desejo que nada de “ermo” ou “selvagem” poderia restar no território nacional. Nesse sentido, ao “integrar” a Amazônia ao resto da nação brasileira, com diversas formas de incentivos, tinha-se como objetivo superar os empecilhos, transformar o “inferno verde” em área de reprodução do capital.

Becker (2005, p.585) afirma que é visível o paradigma de fronteira no avanço da agropecuária e da mineração, principalmente voltado para a demanda do mercado externo:

Esse paradigma se expressa territorialmente pela expansão da fronteira móvel agropecuária, e/ou mineral, associada a várias características, dentre as quais o comando da demanda do mercado externo, o poder das elites baseado em extensa apropriação da terra, a exclusão social, a destruição do patrimônio natural, bem como as desigualdades regionais, originárias da concentração de investimentos em áreas sucessivas dotadas de recursos naturais valorizados no mercado internacional.

Para Becker (2005, p. 586), os agentes que atuam em “nível global, nacional e regional” transformaram a Amazônia em “fronteira do capital natural”, ou seja, em espaço que não está estruturado e que tem o potencial de gerar novas realidades.

Bourdieu (1989), ao analisar o aspecto da fronteira, enfatizou o aspecto social da realidade, apresentando o Estado, o movimento de capitais e a divisão dos grupos que exercem ação sobre a fronteira. Ao se referir sobre o conceito em questão, Bourdieu (1989, p.114) diz que “a fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribui maior ou menor fundamento na ‘realidade’ segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhança mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes”.

Barp (1997, p. 1) apresenta a fronteira como um lugar da “prática da violência para determinar o controle da terra e dos recursos naturais, durante o processo de ocupação da terra por novos grupos populacionais”. Nesse sentido, seria a fronteira um espaço social em que predomina a violência em função da necessidade de apropriação dos recursos, que geralmente se encontra limitada por normas jurídicas e por relações sociais concentradoras, sendo assim inevitável o conflito. O autor citado argumenta que esse lugar tem a presença de agentes envolvidos em relações de poder, dominação e legitimação, como é o caso da violência.

Para Martins (1997, p. 11), é preciso pensar a fronteira como uma “frente de expansão” e como “frente pioneira”, por se tratar de um “ponto de limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamado branco e civilizado, é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é”.

Dentre as muitas disputas que caracterizam a fronteira, a que domina sobre as outras e lhe dá sentido é a disputa pela definição da linha que separa a cultura da natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não é. A fronteira é “um dos raros lugares na sociedade contemporânea em que essa disputa ainda tem a visibilidade que em outros perdura apenas na discussão teórica e filosófica” (MARTINS, 1997, p. 12).

Na visão geográfica, a Amazônia é concebida como fronteira, a qual é tratada como uma região de expansão das relações capitalistas, que a transformam em uma verdadeira fronteira econômica, em que o capital age e estrutura a região. É o que nos diz Becker (1990, p. 11) na seguinte passagem:

Fronteira [...] não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas [...] É, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia.

As transformações ocorridas na Amazônia e o processo de penetração do capital permitem atribuir o conceito de fronteira no processo de sua análise; é evidente que a fronteira em que tratamos hoje difere de outras no tempo histórico. Para Becker (1990, p. 101), a fronteira é heterogênea e com rápida sucessão e superposição de várias frentes no que diz respeito às atividades e investimento, já nasce urbana e tem ritmo acelerado de urbanização e,

também, nasce com iniciativa do Governo Federal que toma decisão de planejar e construir infra-estrutura.

Portanto, para pensar as estratégias de construção de uma perspectiva calcada nos valores de elementos endógeno capaz de impulsionar o desenvolvimento, necessariamente se precisa partir da compreensão da dinâmica de fronteira, e das relações com o território que nem sempre apontam para essa perspectiva.

4.3 MUDANÇAS NA FRONTEIRA? A NOVA POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL FORMULADO PELO GOVERNO FEDERAL A PARTIR DE 2003

O governo brasileiro, a partir de um processo de acúmulo e de solicitações de setores públicos e da sociedade civil, formulou sua estratégia voltada ao desenvolvimento sustentável a partir dos territórios. Essa estratégia está definida no documento “Referências para uma Estratégia de desenvolvimento Rural no Brasil” (2005). Essa decisão traz como fundamental a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais.

Essa perspectiva resultou na criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e na formulação do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PRONAT) no âmbito do Plano Plurianual do Brasil 2004 2007. Este programa, a SDT, os demais órgãos da administração pública federal com ações confluentes no desenvolvimento sustentável, os governos estaduais e municipais e um vasto número de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, além das próprias populações dos territórios rurais, constituem a base política, institucional e humana da proposta de desenvolvimento a partir da utilização da abordagem territorial.

Essa concepção de desenvolvimento, diz que o foco das políticas é o **território**, já que o mesmo conjuga proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado, chegando até o compartilhamento de uma identidade própria, que favorece uma base para a coesão social e territorial, alicerces do capital social.

Nessa perspectiva, para que ocorra o desenvolvimento sustentável é de fundamental importância a integração dos espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, que tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social

no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social – metas fundamentais a serem conquistadas. Os resultados são fruto da conjugação de quatro dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, socioambiental, político-institucional e ambiental.

A SDT adota o conceito de território ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se sempre associar à idéia de território a relações de poder, quer seja público, estatal, quer da iniciativa privada que estendam seus interesses por grandes áreas territoriais, além das fronteiras políticas.

Na estratégia construída pelo MDA, o PRONAT tem um papel de buscar a integração das políticas públicas no território, já que o mesmo tem o papel de organizar a demanda social na perspectiva da gestão e construção de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e no processo que estimula o fortalecimento dos atores para a gestão social.

No âmbito do PRONAT, o território é visto como

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2004, p. 24)

Nesse sentido, o PRONAT promoverá e apoiará o processo de construção e implementação de planos territoriais de desenvolvimento sustentável, que estimulem o desenvolvimento harmônico de regiões onde predominem agricultores familiares e beneficiários da reforma e do ordenamento agrário, colaborando para a dinamização econômica, ampliação das capacidades humana, institucionais e da autogestão dos territórios, num período que varia de 3 a 5 anos. O processo inicia com a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); mobilização e capacitação dos atores sociais; investimentos em infra-estrutura pública; formação de institucionalidades para a gestão social; a formulação de programas ajustados às características do território; e a dinamização da sua economia e a formulação de projetos específicos.

A segunda fase se concentra no fortalecimento das institucionalidades e dos empreendimentos solidários, na consolidação da gestão social e na capacitação. A terceira fase enfatizará parcerias externas, participação em redes e cooperação interterritorial.

As diretrizes do PRONAT na ação nos territórios são:

- a) Adotar a abordagem territorial como referência conceitual nos processos de desenvolvimento rural.

- b) Foco na **percepção integral** do território, sua heterogeneidade única, potencialidades e fragilidades, promovendo **processos contínuos** de planejamento, que se traduzam na **elaboração e implementação de planos, programa e projetos específicos**, com características estratégicas, convergentes e complementares.
- c) Estimular a articulação entre demandas sociais e ofertas de políticas públicas.
- d) Promover o desenvolvimento de **capacidades, do capital social e a participação** das populações.
- e) Adotar **planejamento ascendente** como instrumento de descentralização de políticas públicas e de autogestão.
- f) Atuar de forma **descentralizada**, em sintonia com a sociedade civil, como os movimentos sociais e setor público.
- g) Priorizar a redução da desigualdade social e territorial
- h) A promoção do desenvolvimento sustentável a partir do fortalecimento de uma economia territorial fundada na valorização dos recursos locais, na inovação e na diversificação de iniciativas, capaz de garantir aumento da renda e da oferta de empregos (BRASIL, 2005, p. 21).

Com essas estratégias, o PRONAT construiu uma proposta voltada para promoção do desenvolvimento, da autonomia e da integração dos territórios rurais. Os atores, através da metodologia adotada poderão vivenciar o processo de gestão e de planejamento e estarão aptos e capacitados para continuar esse processo, enfrentando problemas, aproveitando as potencialidades e oportunidades na formulação de políticas públicas e no processo de monitoramento.

5 FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO DE PARAGOMINAS, ULIANÓPOLIS E DOM ELISEU

Esse capítulo discute o processo de formação e as principais características do território de Paragominas, propondo-se a apresentar um cenário deste. Desta forma, procuramos construir esse cenário com base em dados secundários do território fornecidos por instituições de pesquisa e órgãos oficiais. Por meio do levantamento de índices de desenvolvimento humano, econômicos e dados sociais como saneamento, educação, além de números referentes à questão fundiária, como concentração fundiária, uso da terra e acesso a

credito e financiamento para agropecuária, pretendemos traçar um perfil do território, e apresentar os principais desafios ao processo de desenvolvimento endógeno.

5.1 FORMAÇÃO E PERFIL DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

O território de Paragominas, formado pelos municípios de Paragominas, Dom Eliseu e Ulianópolis, está localizado na Microrregião geográfica de Paragominas, compondo, juntamente com outras microrregiões, a Mesorregião Geográfica do Nordeste Paraense (Figura 1).

O território de Paragominas se situa a uma média altitude de 90 metros acima do nível do mar. Está situado a uma distância de aproximadamente 215 km da capital do Estado do Pará. Segundo o IBGE, o território teve em 2004 um produto interno bruto de (PIB) R\$ 1.084.848, o que representa 3.18% na participação do PIB estadual, ficando abaixo de seis municípios: Belém, Barcarena, Tucuruí, Ananindeua, Marabá e Parauabepas, em seqüência do maior para o menor PIB (PARÁ, 2007).

Desde sua origem, o território tem uma forte presença da agropecuária, possuindo um dos maiores rebanhos de gado do Estado do Pará. O território formado pelos municípios de Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis compreende um espaço constituído no final da década de 1950, como parte do processo desenvolvimentista conduzido pelo governo de Juscelino Kubitschek. A ocupação desses municípios foi efetivada com a chegada dos pecuaristas oriundos dos estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia, além de trabalhadores vindos do Maranhão, Ceará e de outros municípios do Estado do Pará, atraídos pela possibilidade e esperança oferecidas com a construção da rodovia Belém-Brasília.

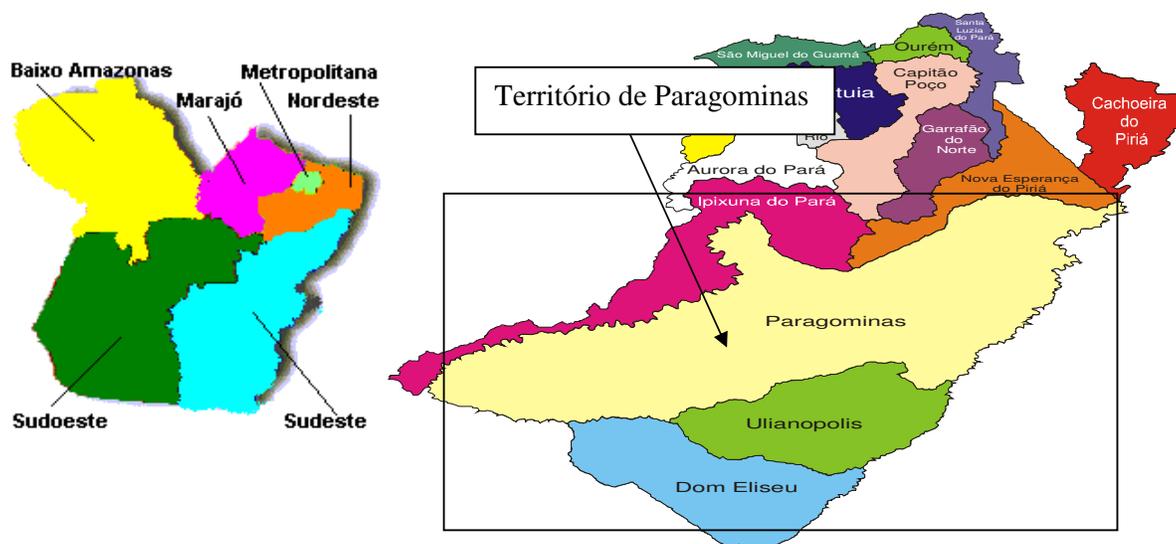
Esse processo de ocupação dotou o território formado pelos três municípios de características específicas. Podermos dizer que estes municípios constituem

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2004, p. 15).

A ocupação, ocorrida no contexto de formação da fronteira amazônica, foi marcada principalmente pela implantação de uma economia voltada a atender demandas externas, sem levar em consideração as potencialidades e a diversidade da região. Essa marca constituiu um território com forte concentração de propriedade e com clima de violência permanente.

O município de Paragomina foi criado no governo de Jarbas Gonçalves Passarinho, com a Lei nº 3.235, de 4 de janeiro, a partir de terras dos municípios de Viseu e São Domingos do Capim. Em 10 de maio de 1988, através da Lei nº 5.450, no Governo Hélio Mota Gueiros, Paragomins teve parte de sua área desmembrada para criação de Dom Eliseu. O município de Ulianópolis, por sua vez, criado pela lei nº 5.697, de 13 de dezembro de 1991 com publicação no Diário Oficial, durante a gestão do Governado Hélio Gueiros, atendendo ao um plebiscito ocorrido no dia 28 de abril do mesmo ano, onde 90,66% da população votou pela emancipação da vila de Gurupizinho, como era conhecida, e que depois foi chamada de Ulianópolis.

Os dados do IBGE mostram que o território formado pelos municípios de Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis tinha uma população de 135.233 em 2000 (Tabela 1), com uma população residente estimada para 2007 de 172.491 habitantes, sendo 88.547 homens e 83.944 mulheres. Na zona rural vivem, segundo estimativas, 53.659 pessoas, enquanto na zona urbana, 118.832 pessoas.



Mapa 1 - Localização dos municípios em estudo.
Fonte: FANEP (2005).

Tabela 1: População Total em 1991 e 2000 e população estimada em 2005.

Municípios	População Residente 1991	População Residente 2000	População Estimada 2005
Dom Eliseu	24.362	39.529	49.031
Paragominas	67.075	76.450	86.984
Ulianópolis	-	19.254	26.656
Total	91.437	135.233	162.671

Fonte: IBGE (1991-2000)

Com base na densidade demográfica, o território formado pelos municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu é geograficamente pouco povoado, com uma densidade demográfica de 5,7 hab/km², um pouco acima da estadual, que é de 5,0 hab/km². Comparando os três municípios, o que apresenta a maior densidade é o de Dom Eliseu, com 7,4 hab/km², seguindo de Paragominas, com 3,9 hab/km², e Ulianópolis com 3,7 hab/km². Porém, existe uma forte tendência de crescimento, principalmente na zona urbana. Os dados do Atlas do Desenvolvimento (2003) confirmam essa realidade. No município de Paragominas, dos 76.450 mil habitantes, 58,240 residem na cidade, e 21.585 vivem na zona rural, com uma taxa de urbanização de 76,18%. O município de Dom Eliseu, com uma população de 39.529 mil habitantes, tem 23.801 morando no centro urbano, e 15.728 na zona rural, sendo que a taxa de urbanização é de 60,21%. O município de Ulianópolis, por sua vez, apresenta uma população de 19.254 habitantes, com 11.909 residido na cidade e 7.345 na zona urbana, e uma taxa de urbanização de 61,85%.

Nos dados apresentados fica evidente que os municípios possuem um perfil urbano, com taxa de urbanização entre 1991 e 2000 superior a 60%, inferior ao ritmo estadual, que é de 66,55%. Na análise do período entre 1991 e 2000, percebemos que apenas Dom Eliseu tinha uma população rural um pouco maior que a urbana, com 12.556 habitantes na zona rural em 1991, e 11.806 no centro urbano. No ano de 2000, a população urbana cresceu aceleradamente, passando para 23.801 mil habitantes, mesmo assim a população rural passou de 12.556 em 1991 para 15.728 em 2000.

Na mesma direção, vai o município de Ulianópolis, que também teve um crescimento urbano alto, passando de 8.058 em 1991 para 11.909 em 2000. No período em questão, sempre teve a população urbana superior, contudo, mesmo assim teve um crescimento da população rural, que saltou de 5.436 para 7.346 mil habitantes, num crescimento de quase 50%.

Paragominas foi o único município que teve redução em sua população rural, passando de 21.585 em 1991 para 18.210 habitantes, o que demonstra uma possível migração campocidade de uma parcela da população.

O crescimento rural do município de Dom Eliseu e Ulianópolis, mesmo sendo inferior ao urbano, faz parte de um processo de ocupação da fronteira amazônica que não ocorre de forma clássica; as migrações não são mais predominantemente compostas de pessoas com origem e destino rural, conforme tinha acontecido em períodos anteriores no Paraná e num grupo de estados que podem ser caracterizados como a faixa central do país (MARTINE, 1992). Na realidade, a expansão da fronteira amazônica, mesmo durante seu auge na década de 1970 e no início dos anos 1980, teve um forte componente de destino urbano.

O processo de modernização tem sido responsável pela reestruturação da estrutura social no campo e especialmente no mercado de trabalho. À medida que se intensifica a utilização de tecnologias poupadoras de trabalho no campo ou que se modifica o perfil da demanda por trabalho no meio rural, altera-se a composição da ocupação e assim também a dinâmica demográfica e urbana no país e no Estado do Pará:

As estatísticas mais recentes do Brasil rural revelam um paradoxo que interessa a toda sociedade: o emprego de natureza agrícola definha em praticamente todo país, mas a população residente no campo voltou a crescer, ou pelo menos deixou de cair. Esses sinais trocados sugerem que a dinâmica agrícola, embora fundamental, já não determina sozinha os rumos da demografia no campo. O que explica esse novo cenário é o crescimento do emprego não-agrícola no campo, ao mesmo tempo em que aumentou a massa de desempregados, inativos e aposentados que mantém residência rural (SILVA, 2002, p. 157).

O resultado do processo de urbanização rápida dos três municípios acumulou população sem estender as condições da vida urbana moderna a todo o seu espaço e a todos que nele vivem. O crescimento rápido das cidades, em termos de população e de novas atividades, levou à abertura de novos espaços, o que nem sempre foi acompanhado pela implantação de infra-estrutura física e social. Esse fato, acrescido da valorização da terra urbana, fez surgir carências de infra-estrutura, de habitação, de saneamento básico, de moradia, de assistência médica etc. As áreas desvalorizadas e deficitárias em infra-estrutura tornaram-se local de moradia da população pobre. Criaram-se, assim, desigualdades internas no espaço das cidades. As soluções para as demandas insatisfeitas e para o atendimento das camadas pobres vieram da informalidade da habitação, do comércio e especialmente dos serviços. Surgiram, em função disto, assentamentos precários e empregos fora dos padrões da cidade moderna como solução para as contradições geradas pelo modelo urbano.

No perfil dos municípios estudados, há uma predominância do sexo masculino, que representa 51,73% da população, contra 48,26% do sexo feminino, fato esse que pode ser atribuído ao grande fluxo migratório vindo do nordeste desde a década de 1950, fator que possibilitou o surgimento de diversos núcleos urbanos, consequência das frentes agrícolas, extrativistas e pecuárias.

Outro fator que permite entender o território de Paragominas é a razão de dependência,³⁰ que nos três municípios é superior a 70%, o que indica que uma grande parcela da população tem menos de 15 anos ou mais de 65 anos, ou seja, uma parcela considerável não faz parte da população economicamente ativa (PEA) (Tabela 2). O elevado percentual da razão de dependência em todos os municípios nos remete a uma reflexão sobre suas possíveis causas, uma das quais pode ser o incremento populacional.

Tabela 2 - Estrutura etária de 1991 e 2000.

Estrutura etária	Dom Eliseu		Paragominas		Ulianópolis	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Menos de 15 anos	10.732	15.700	23.540	30.334	5.928	7.850
15 a 64 anos	13.236	22.950	29.396	44.729	7.403	11.203
65 anos e mais	394	879	645	1.387	163	201
Razão de Dependência	84,1%	72,20%	82,30%	70,90%	82,30%	71,90%

Fonte: SEPOF (2007).

³⁰ Razão de Dependência - é o resultado da soma da população jovem de 0 a 15 anos mais a população idosa de 65 anos e mais de idade, dividido pela população produtiva de 15 a 64 anos. Ela representa o dimensionamento da força de trabalho, ou seja, mostra a percentagem da população dependente em relação à população em idade ativa.

O perfil do território formado pelos três municípios indica uma dinâmica que permite a análise dos dispositivos institucionais que se constituem nas inter-relações entre o indivíduo, a comunidade e os sistemas produtivos locais/regionais nacionais e internacionais. O território é, assim, construído pelas estratégias dos múltiplos atores, é um produtor de normas e de ordens implícitas que constituem um quadro regulador, um espaço geográfico fundado na proximidade organizacional particular (COLLETIS; PECQUEUR, 1993; GILLY; PECQUEUR, 1995).

Partimos da premissa que existe uma dinâmica que rege o território formado pelos municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu, constituída no decorrer da história, da formação econômica, cultural e política, que imprimiu marcas presentes até os dias de hoje. É nesse contexto que, por meio dos índices sociais, econômicos e políticos, procuraremos identificar os fatores que limitam a constituição de um desenvolvimento endógeno.

Um dos mecanismos para conhecer o desenvolvimento de um determinado território é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Faremos um balanço desse índice no território, visando entender de que forma ele nos ajuda a identificar os fatores que contribuem ou limitam o desenvolvimento endógeno no município.

5.2 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

5.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Indicadores de Pobreza

O IDH³¹ foi criado com o objetivo de mensurar o grau de desenvolvimento humano. Para isso, o mesmo articula três indicadores, que são: os indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), de longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países, regiões e municípios com IDH até 0,499 são

³¹ Este conceito surge pela primeira vez no primeiro relatório do PNUD em 1990 e é pela primeira vez uma definição que considerou o desenvolvimento da pessoa humana em todas as suas dimensões. Se é aceitável que as pessoas aspirem à riqueza, é também importante pretenderem viver mais tempo e com mais qualidade de vida e segurança, participando ativamente na sua comunidade. A avaliação do desempenho das economias deixa então de ser feita apenas em termos de crescimento econômico, mas também quanto ao seu contributo para o desenvolvimento humano, devendo as estratégias de crescimento econômico inter relacionar-se com as estratégias do desenvolvimento das pessoas no seu aspecto multidimensional. Para medir o desenvolvimento humano foi criado um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio; e com índices maiores que 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto.

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano.

Indicadores	IDH	
	1991	2000
Dom Eliseu	0,547	0,665
Paragominas	0,574	0,69
Ulianópolis	0,561	0,688
Pará	0,65	0,723
Brasil	0,696	0,766

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2003).

Em relação ao Brasil, que possui um IDH de 0,766, e o Estado do Pará, que é de 0,723, Paragominas registra um IDH de 0,690, seguido de Ulianópolis com 0,688, e Dom Eliseu com 0,665 (Tabela 3). Os índices dos três municípios colocam-nos em uma situação intermediária em relação aos municípios brasileiros e paraenses. Com relação aos 143 municípios do Estado do Pará, Dom Eliseu ocupa a 78ª posição, sendo que 77 municípios (53,8%) estão em situação melhor e 65 municípios (46,2%) estão em situação pior ou igual. Ulianópolis ocupa a posição de 52º, sendo que 51 municípios (35,7%) estão em situação melhor e 91 municípios (64,3%) estão em situação pior ou igual, e Paragominas apresenta uma situação boa: ocupa a 47ª posição, sendo que 46 municípios (32,2%) estão em situação melhor e 96 municípios (67,8%) estão em situação pior ou igual.

5.2.2 A evolução das dimensões³² do IDH-M nos municípios

A evolução do IDM-M é estabelecido mediante a conjugação de três dimensões, que são: educação, longevidade e renda. Apresentaremos a evolução dessas três variáveis no período de 1991, ano que foi lançado o primeiro atlas do desenvolvimento, e 2000, ano de divulgação do último (Tabela 4).

³² Esperança média de vida à nascença – mostra a Longevidade. Taxa de alfabetização adulta (2/3) e taxa de escolarização (1/3) - mostra o Nível educacional. PIB per capita (dólares PPC) – mostra o Nível de vida.

A dimensão que mais contribuiu para o desenvolvimento do IDH-M dos municípios de Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis foi a educação. Em Dom Eliseu, essa dimensão cresceu 65,8%. No município de Paragominas o crescimento da dimensão de educação foi de 57,3% e em Ulianópolis a dimensão da educação teve um crescimento de 54,7%. Os três municípios apresentaram um crescimento maior que do Estado do Pará, que foi de 47,7%.

Tabela 4 - IDH por renda, longevidade e educação.

Indicadores	IDH	IDH renda	IDH longevidade	IDH educação
	Índice	Índice	Índice	Índice
Dom Eliseu	0,665	0,604	0,664	0,726
Paragominas	0,69	0,626	0,679	0,766
Ulianópolis	0,688	0,679	0,676	0,709
Pará	0,723	0,629	0,725	0,815
Brasil	0,766	0,723	0,727	0,849

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2003).

Das três dimensões, a segunda que mais contribuiu para a evolução do IDH-M foi a de longevidade, nos três municípios. Em Dom Eliseu, tal dimensão teve um crescimento de 26,8%, no município de Paragominas de 31,5%, e em Ulianópolis de 28,0%. Contudo, os três municípios apresentaram menor crescimento em relação ao do Estado, que foi de 38,6%.

Com relação à renda, percebe-se que entre das três dimensões ela foi a que menos cresceu, com 7,3% em Dom Eliseu, 11,2% em Paragominas e 17,3% em Ulianópolis. Quando a comparação é feita pela renda, observa-se que o Estado cresceu 13,6%, ficando acima dos municípios de Dom Eliseu e Paragominas e abaixo de Ulianópolis, que apresenta um crescimento muito superior, mesmo que abaixo de 20%.

A conjugação dessas dimensões nos três municípios em questão possibilitou verificar uma evolução no IDH-M de 22,64% em Ulianópolis; 21,57% em Dom Eliseu; e 20,21% em Paragominas. Esses números foram superiores ao do Estado, que cresceu 11,23% no mesmo período (1991 a 2002).

O IDH como parâmetro de avaliação das condições de vida da população de um expressivo número de países, e a credibilidade adquirida pela formulação deste índice ajustado à realidade população brasileira, nos leva a crer que este seja um instrumento adequado para avaliar o quanto a população tem, ou não tem, se apropriado de políticas essenciais ao seu desenvolvimento.

Desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem propondo a elaboração do IDH como uma alternativa à mensuração do desempenho das

políticas de desenvolvimento além do comportamento aferido pelo Produto Interno Bruto (PIB) (SEN, 1999). Como bem e criticamente assinala Sen (1999, p. 37), um dos seus idealizadores,

Dentro dos limites desses três componentes, o IDH tem contribuído para ampliar significativamente a atenção empírica dedicada à avaliação dos processos de desenvolvimento. Contudo, devido ao fato inevitável de não ser um índice refinado, o IDH deve ser visto apenas como um passo introdutório para chamar atenção das pessoas para a rica coleção de informações que integra o Relatório de Desenvolvimento Humano.

Essa observação de Sen (1999) sinaliza as críticas e os limites dos indicadores sintéticos e mesmo a validade de certas comparações. Do ponto de vista histórico, político, social, econômico e cultural, é válido comparar a França com o Haiti? Não estaria a grande maioria de países submetidos à experiência de colonização fadadas à categoria de baixo e/ou médio desenvolvimento humano? Sim. Essa afirmativa poderia desencadear um grande debate, o que não é nosso objetivo.

No que diz respeito ao IDH ajustado aos municípios como Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu, esse índice poderia melhor apresentar a realidade desses municípios se estivesse qualificado às abordagens sobre as raízes e características do quadro de pobreza e precarização da sociedade local; e permitisse avaliar, segundo essas abordagens e visões, o histórico, os limites e as possibilidades das políticas públicas voltadas a determinados setores da população.

5.2.3 Renda e desigualdades socioeconômicas

Quando se aborda a desigualdade no Brasil, precisamos compreender que ela possui algumas especificidades, ou seja, certas características que a distinguem dos padrões da desigualdade de renda observada em outros países, mesmo com relação àqueles em “processo de desenvolvimento”. A identificação dessas características singulares é importante para se determinar a dinâmica da distribuição ao longo do tempo, bem como seus fatores determinantes.

Um dos primeiros fatores é com relação a sua magnitude relativa, tanto com relação ao seu grau de riqueza interna, quanto a sua posição relativa para com países em condições socioeconômicas semelhantes.

O país possui uma renda total (PIB total) superior à quase a totalidade dos países em desenvolvimento, sendo assim, a renda per capita o coloca no grupo dos países de renda média, e como consequência essa distribuição desigual de renda cria um contingente substancial de pobres, seja em termos relativos, seja em termos absolutos. Dessa característica, que denota um vínculo direto entre desigualdade e pobreza no país, derivam três elementos indissociáveis, como apontados por Barros, Henriques e Mendonça (2000), e compartilhado por Rocha (2003).

Nesse caso, podemos dizer que o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, cuja origem da pobreza não reside na escassez de recursos. Ou seja, o país é capaz de gerar riqueza (renda) suficiente para eliminar o contingente de pobres da população. Segundo, a intensidade da pobreza brasileira está ligada à concentração de renda, uma vez que a renda média é bastante superior àquela que define a linha de pobreza, sendo uma distribuição equitativa um dos fatores que possibilitaria a eliminação da pobreza. A terceira característica a destacar da desigualdade brasileira é a sua persistência ao longo do tempo.

O resgate do processo de desigualdade na história do Brasil e sua persistência nos permite visualizar com maior clareza o processo de desigualdade que ocorre no território composto pelos municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu. Os dados apresentados pelo IDH permitem afirmar que nos últimos anos houve um aumento da desigualdade nos três municípios, isso comprovado pela renda per capita (Tabela 5).

Tabela 5 - Renda Per Capita.

Indicadores	Renda <i>per capita</i>	
	1991	2000
Dom Eliseu	124,2	145,7
Paragominas	131,3	166
Ulianópolis	153,7	228,5
Pará	141,5	168,6
Brasil	230,3	297,2

Fonte: PNUD (2003).

Observando os três municípios, percebemos que quando se trata de renda per capita média, houve um crescimento, sendo que Ulianópolis cresceu 48,6%, passando de R\$ 153,7, em 1991 para R\$ 228,54 em 2000; Dom Eliseu cresceu 17,33%, passando de R\$ 124,18 em 1991 para R\$ 145,70 em 2000; e Paragominas, que aumentou 26,49%, passando de R\$ 131,27, em 1991, para R\$ 166,04 em 2000. Enquanto o Estado do Pará teve um crescimento de 19,13%, passando de R\$ 141,27 em 1991 para R\$ 166,04 em 2000, ficando abaixo dos municípios de Ulianópolis e Paragominas.

Com base na renda per capita media, nota-se que a pobreza diminuiu, levando-se em consideração a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000. Em Ulianópolis, a redução foi de 4,22%, passando de 52,1% em 1991 para 49,9% em 2000; já em Dom Eliseu, aumentou 13,02%, passando de 51,8% em 1991 para 58,5% em 2000; e em Paragominas também houve uma redução de 8,10%, passando de 54,2% em 1991 para 49,8% em 2000.

Os três municípios possuem um percentual de pobres entre 49% a 51%, que mostra um índice muito elevado. Se compararmos ao índice estadual, que mesmo com a redução de 7.12% no período de 1991 a 2000, passando de 55,9% para 51,9% respectivamente, os três municípios em questão seguem a tendência estadual.

5.2.4 Saúde e saneamento

Os índices de saúde e saneamento são fundamentais para medir o acesso da população a serviços de atendimento público e os graus de políticas públicas nos municípios. No caso dos municípios de Ulianópolis, Dom Eliseu e Paragominas, esses serviços apresentam um perfil deficitário, tanto em termos de quantidade como de qualidade, sendo que o acesso aos

serviços básicos é limitado. A situação se agrava na medida em que os mesmos se tornam mais complexos, já que os municípios se limitam a atender, apenas, situações básicas, encaminhando os casos com maior complexidade para Castanhal e Belém.

Na área rural dos municípios estudados existe uma grande carência de serviços de atendimento, tanto no âmbito do saneamento como de saúde.

Para uma população de 172.491 habitantes (contando os três municípios), existem apenas 9 postos de saúde, nenhum centro de saúde, e somente 2 hospitais públicos (Tabela 6). Com relação ao acesso aos leitos, o município que apresenta melhor condição é Paragominas, com 3,64, seguido de Ulianópolis com 2,39, e Dom Eliseu com 2,27.

Quando a questão é o acesso a serviços básicos, percebemos que em Paragominas, somente 45,4% são ligados à rede geral de abastecimento de água; Ulianópolis, 24,6%; e Dom Eliseu, 18,8%. A grande maioria dos domicílios, acima de 50% nos três municípios, é servida por poços ou utiliza outras fontes de abastecimento, muitas vezes sem nenhum tipo de tratamento em serviço público ou privado. A rede geral de esgoto atende a 0,3% dos domicílios dos três municípios, sendo que 11,3% utilizam fossa séptica. O sistema de coleta de lixo atende em 88,9% dos domicílios em Paragominas; 18,1% em Ulianópolis, e 42,5% em Dom Eliseu, o que faz que uma grande parte de população adote a prática de queimar ou enterrar o lixo produzido, tendo como consequência o agravamento e/ou surgimento de problemas ambientais.

Tabela 6 - Informações Sobre Saúde - Postos de Saúde, leitos por habitantes, hospitais e taxa de mortalidade.

Nordeste Paraense	Posto de Saúde	Centro de Saúde	Ambulatório / Unidade hospitalar	Leitos/mil habitantes	Hospitais Públicos	Taxa de mortalidade (%)
Dom Eliseu	3	0	2	2,27	1	0,61
Paragominas	6	0	1	3,64	1	3,55
Ulianópolis	1	0	2	2,39	0	1,64
Total	9	0	3	-1,57	2	-1,59

Fonte: DATASUS (2003).

A ausência de uma estrutura adequada ao atendimento à saúde produz uma sensação de abandono e indignação da população, tendo como consequência o descrédito dos órgãos públicos.

Tabela 7 - Morbidade no Território – doenças e faixa etária de maior ocorrência em 2004.

Municípios	Doenças maior ocorrência	Faixa etária (maior ocorrência)	(%) Total
Dom Eliseu	Doenças respiratórias	1 a 4 anos	29,2
	Gravidez e parto	15 a 19 anos	22,8
	Doenças infecciosas e parasitárias	< 1 ano e 1 a 4 anos	7,8
Paragominas	Gravidez e parto	15 a 19 anos	33,2
	Doenças infecciosas e parasitárias	< 1 ano	13,8
Ulianópolis	Doenças respiratórias	5 a 9 anos	45,4
	Doenças infecciosas e parasitárias	< 1 ano	15,5

FONTE: DATASUS (2003).

Quando o assunto é morbidade, os dados de 2004 (Tabela 7) mostram a grande incidência de casos de morte por doenças infecciosas e parasitárias na faixa etária de menos de 1 ano de idade, e de 1 a 4 anos. Ulianópolis apresenta uma porcentagem de 15,5%; Paragominas de 13,8%; e Dom Eliseu de 7,8%, o que possibilita dizer que há nos três municípios uma situação precária de condições de saneamento, o que pode ser constatado quando verificamos a Tabela 8, que revela condições inadequadas de acesso a abastecimento d'água, esgotamento sanitário e coleta de lixo.

Outro fator que nos chama muita atenção é a significativa ocorrência de doenças respiratórias nos municípios de Dom Eliseu, com 29,2%, e Ulianópolis, com 45,4%, sendo que esses altos índices podem estar ligados diretamente ao grande número de queimadas e queima de madeira nas carvoarias existentes nos dois municípios.

A ausência de uma política pública universal, e de qualidade capaz de resolver problemas mais complexos da população carente possibilitou um grande percentual de óbitos tendo por causa gravidez e parto na faixa etária de 15 a 19 anos, que demonstram a fragilidade das condições do atendimento básico nos casos de maior complexidade. Essas condições são responsáveis por 22,9% dos óbitos em Dom Eliseu, e 33,2% no município de Paragominas.

As condições de saneamento apresentam um grande déficit no território, o que faz aumento os índices de doenças da população. Em outras partes do mundo, uma das formas de garantir qualidade de vida aos é pela universalização do acesso a serviços de saneamento. Os dados mostram que há no território estudado um grande desafio a ser superado, qual seja, o da universalização dos serviços de saneamento básico.

Tabela 8 - Situação do Saneamento Básico nos municípios de Ulianópolis;Paragominas e Dom Eliseu - Abastecimento água, esgoto Sanitário e Coleta de Lixo.

Abast. D'agua				Esgoto sanitário			Coleta de lixo				
Muncípios	Total domicílios	Rede geral %	Poço Nasc. %	Outros %	Rede geral %	Fossa Septica %	Outras Formas Esgoto %	Coletado %	Queimado %	Enterrado %	Outras formas %
Dom Eliseu	8.870	69,39	13,49	17,11	0,07	3,25	2,00	34,94	24,43	1,59	0,70
Paragominas	16.773	34,10	54,50	11,39	1,17	27,91	0,79	71,48	11,29	1,52	1,08
Ulianópolis	4.147	3,62	76,54	19,85	0,05	1,79	0,12	13,26	34,65	2,36	0,14
Total	29.790	40,36	45,36	14,27	0,65	16,10	1,02	52,49	18,45	1,65	0,83

Fonte: IBGE (2000).

6 CONDIÇÕES AMBIENTAIS E O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Para Monteiro (1998), as reflexões que relacionam desenvolvimento e meio ambiente revelam a preocupação com os recursos naturais e passam a fazer parte da lista de preocupação mundial a partir do Relatório Clube de Roma, intitulado de “Os limites do crescimento” (MEADOWS *et al.*, 1972). Esse documento enfatizava a interdependência global e a não-sustentabilidade do crescimento econômico sem limites, tendo em vista o esgotamento dos recursos naturais, as dificuldades na produção de alimentos e os distúrbios irreversíveis no meio ambiente.

Porém, o termo "desenvolvimento sustentável", presente no documento “Nosso futuro comum” e também conhecido como “Relatório Brundtland”, elaborado pela Comissão Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente (WCED, 1987), é que veio definitivamente incorporar essa preocupação nas ações desenvolvimentistas. Com essa definição, ficou evidente a orientação futura de longo prazo e a obrigação ética de satisfação das necessidades humanas inter-gerações.

Segundo Monteiro (1998, p. 17), foi a partir desse relatório que o termo desenvolvimento sustentável passa a ser recorrentemente utilizado pelos os organismos internacionais e multilaterais. Este autor argumenta ainda que

O “outro tipo de desenvolvimento” propugna a viabilidade de uma prática capaz de combinar três aspectos do desenvolvimento entre si: crescimento econômico, equidade social e prudência ecológica. O relatório tem um tom otimista e aposta, centralmente, na possibilidade de uma era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais (MONTEIRO, 1998, p. 17).

Porém, há várias dúvidas, como por exemplo, na diferença entre o que é sustentável e o que não o é; na definição dos limites biológicos; na avaliação dos efeitos de ações implementadas a médio e longo prazo; no estabelecimento de prioridades; no gerenciamento das incertezas; na administração dos conflitos; e nos sistemas a serem monitorados, entre outras. Além disso, esta definição é incompleta, uma vez que qualquer caracterização de sustentabilidade deveria envolver as suas diferentes modalidades: econômica, social, ecológica e principalmente, política (SILVA, 1999).

Para Banerjee (2003), não existe um processo de redefinição do mercado em relação à natureza, e sim, ao mercado e à utilização capitalista que tem definido a relação com a natureza.

Em vez de reformar os mercados e os processos produtivos para que se ajustem à lógica da natureza, o Desenvolvimento Sustentável usa a lógica de mercado e da acumulação capitalista para determinar o futuro da natureza (SHIVA, 1991).³³ A linguagem do capital é mais do que aparente nos discursos do desenvolvimento sustentável (BANERJEE, 2003, p. 84).

Para Brooks (1992), os meios e os fins da sustentabilidade estão diretamente relacionados às condições ecológicas, econômicas, sociais e culturais, tanto no âmbito regional como no local. São essas características que determinam as limitações e as oportunidades disponíveis para as atividades humanas. Huetting e Reijnders (1998) argumentam que os limites ambientais refletem a capacidade de suporte ecológico e a capacidade regenerativa dos sistemas e dos recursos naturais, ou seja, o que é sustentável em um país, ou local, em um determinado período de tempo e em certo estágio de desenvolvimento, não necessariamente será sustentável em outros planos. Portanto, o contexto deve ser caracterizado e as iniciativas de sustentabilidade devem ser adaptadas às necessidades e capacidades particulares, além da necessidade de considerar as interações com os sistemas externos, pois o que é sustentável isoladamente pode não ser quando está sujeito a fortes interferências externas.

Nesse sentido, a busca de um desenvolvimento sustentável deveria adotar um processo de informações ecológicas e sociais que balizasse a construção de estratégias de planejamento e manejo do espaço e dos recursos naturais. Existem muitos métodos desenvolvidos que buscam incorporar as diferentes variáveis na prática de planejamento e manejo ambientais, mas todos eles apresentam limitações. Alguns exemplos são: critério do ecossistema; modelo de Savory para o manejo holístico dos recursos (SAVORY, 1988); critério de análise do agroecossistema; e planejamento integrado de bacias hidrográficas (ARMITAGE, 1995).

Os municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu têm uma história de quase 50 anos de ocupação, porém apresentam uma elevada demanda por atividades de recuperação das áreas degradadas. Nos últimos vinte anos, esses municípios sofreram um processo acelerado de degradação ambiental, o que pode ser constatado, por exemplo, a partir da exploração madeireira do município de Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis, onde existia

³³ SHIVA, V. *Biodiversity: Social and Ecological Perspectives*. London; Zed Books, 1991.

uma grande concentração de serrarias do Estado, e hoje um grande número de fornos de produção de carvão vegetal.

Os dados fornecidos pelo IBAMA, ente 2000 e 2001, aponta 8 focos de queimada nos municípios de Paragominas território (Tabela 9). Não foram registradas ocorrências em Dom Eliseu e Ulianópolis. No entanto, Dom Eliseu foi o município com maior extensão de desmatamento no mesmo período, com 100 ocorrências, seguidos de Paragominas e Ulianópolis.

O uso e a ocupação do solo são caracterizados pelo extrativismo vegetal e animal – incluindo a extração da madeira –, pela pecuária, por madeireiras e pela agricultura mecanizada, bem como pela produção de grãos, que recobre parcelas expressivas. A mineração e outras atividades pontuais também respondem pela alteração dos ecossistemas naturais.

Tabela 9 - Condições ambientais no território, nº de queimadas e desmatamentos.

Território/ Municípios do Nordeste do Pará	Número de queimadas	Número de desmatamento	Total área (ha)	Percentual do desmatamento (%)
Dom Eliseu	0	100	17.484	3,3
Paragominas	8	40	6.989	0,36
Ulianópolis	0	15	3.197	0,63
Total	8	155	27.670	0,56

Fonte: IBAMA (2000/2001).

A indústria madeireira nos três municípios tem forte presença no processo de degradação ambiental e no desaparecimento da floresta. Por isso, institutos de pesquisa buscaram desenvolver ações que pudessem garantir o uso racional dos recursos florestais madeiros nos municípios em questão.

No caso de Paragominas, o IMAZON desenvolveu diversos trabalhos buscando implantar a indústria madeireira baseada no manejo florestal, evitando a destruição e garantindo a reprodução da floresta, já que no município 50% da população dependia diretamente da atividade madeireira para sobreviver:

Em geral, foi estimado que 50% da população urbana de Paragominas depende diretamente da indústria madeireira para sua subsistência. Considerando-se que estas 112 indústrias reunidas exploram aproximadamente 32.000 hectares de floresta por ano, cada trabalhador do setor madeireiro depende de aproximadamente 5 hectares de floresta por ano para sua subsistência (VERÍSSIMO, 1996, p 62).

Sendo assim, para a formulação de uma proposta de manejo capaz de garantir a relação da atividade produtiva e da floresta fez que o instituto adotasse diversos procedimentos que permitisse a um manejo adaptado a contexto local do município:

As medidas de manejo fundamentais que poderiam ser adotadas em Paragominas para aumentar a produção de madeira são: 1) um levantamento pré-exploratório da área para determinar a localização das árvores desejáveis e o planejamento da queda das árvores e do caminho do trator para minimizar os danos da exploração; 2) corte dos cipós um ano antes da exploração para diminuir os danos na derrubada e diminuir a competição por luz; e 3) anelamento e desbaste das espécies sem valor econômico, juntamente com o corte de cipós para abrir espaço de crescimento para espécies desejáveis após um, dez e vinte anos de exploração. Os custos dessas medidas de manejo são estimados, em termos bem gerais, em US\$ 180/ha e divididos em: 1) inventários pré-exploratórios (US\$ 20/ha); 2) corte de cipós pré-exploratório (US\$ 25/ha) e 3) desbaste pós-exploratórios (US\$ 45/ha) (Barreto *et al.*, 1993; veja também Graaf, 1986, Jonkers, 1988 e Hendrison, 1990) (VERÍSSIMO, 1996, p 67-68).

A prática do manejo seria uma opção de um ator que depende da região para sobreviver e que pensa em longo prazo. Somente isso justificaria a prática de manejo e a tornaria uma ação comum de todas as empresas envolvidas em extração florestal na região. Isso também permitiria pensar o local e não somente a própria atividade, pois o desenvolvimento local requer um planejamento territorial e não estritamente setorial dos processos econômicos e sociais de desenvolvimento.

Uma estratégia de longo prazo requer pensar o local como a instância mais apropriada para avaliar a competitividade, as mudanças com o tempo e o delineamento de políticas (SARACENO, 1998).

Isso se faz quando os atores locais passam a adotar princípios como a participação da comunidade local no encaminhamento das decisões, a introdução de mecanismos públicos que possibilitem a igualdade de acesso aos benefícios gerados, e o compromisso com a conservação dos recursos naturais e recreativos e da qualidade ambiental.

No caso de Paragominas, e também em Ulianópolis e Dom Eliseu, observamos que os atores locais possuem pouco compromisso com os recursos naturais e com a população; isso é visível na relação predatória que é estabelecida com os recursos naturais.

6.1 A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E AMBIENTE

Do ponto de vista da relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente percebemos que os municípios de Ulianópolis, Dom Eliseu e Paragominas possui uma historia que segue o mesmo trilho. Os desenvolvimentos dos mesmos seguiram o mesmo caminho, pecuária, madeira e produção de grãos mecanizados.

Para Almeida e Uhl (1998, p. 4), o município de Paragominas “constitui-se num microcosmo da Amazônia, contendo, nas suas fronteiras, áreas dedicadas à exploração madeireira, à pecuária e à agricultura”. No levantamento de Watrin e Rocha (1992), existia em 1988 no município de Paragominas 1.600.000 ha cobertos de floresta nativa; 242.000 ha eram florestas exploradas pela atividade madeireira; 263.000 ha estavam cobertos por capoeira; enquanto 352.000 ha eram áreas abertas, dedicadas à atividade agropecuária. Essa dinâmica fez que no ano de 1988, em Paragominas, 34% da cobertura vegetal estivesse alterada como resultado dessas atividades.

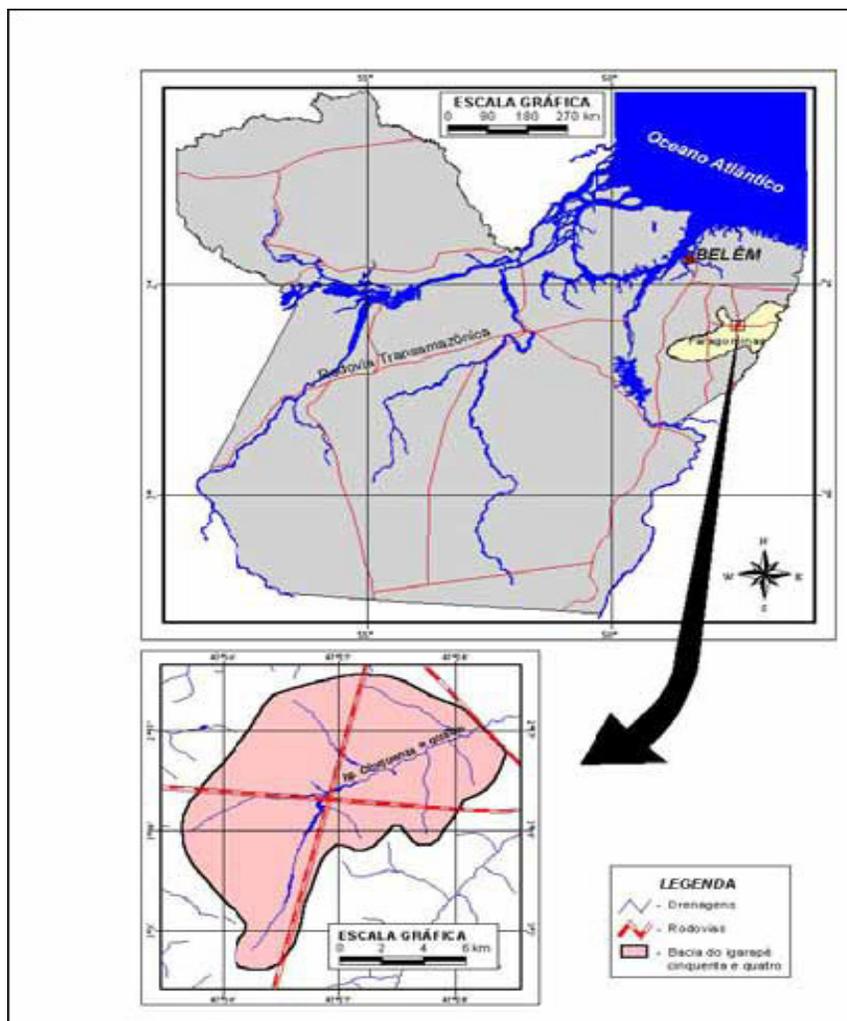
Como podemos perceber, a pecuária extensiva, a indústria madeireira e a produção mecanizada de grãos causaram impactos econômicos sociais e ecológicos no território de Paragominas, pois influenciam diretamente no desenvolvimento, enquanto um processo de crescimento econômico que amplia a capacidade de agregação de valor sobre a produção e o espaço, resultando em ampliação do emprego, do produto e da renda.

Isso fica claro na relação com o meio ambiente, como podemos perceber num estudo feito em uma da microbacias dos municípios de Paragominas, a do igarapé do Quilômetro Cinquenta e Quatro, afluente do rio Uraim (Figura 2), mas que pode servir de parâmetro para observamos toda a região formada pelo os três municípios. No estudo realizado por Venturieri *et al.* (2007, p. 4) na microbacia do rio Uraim, ele afirma:

As microbacias hidrográficas representam unidades sistêmicas que permitem o conhecimento das interações dos fluxos de energia, matéria e de informações dos diversos fatores envolvidos no processo produtivo, com vistas a compatibilizar as atividades humanas com a preservação ambiental.(VENTURIERI³⁴, 2007).

³⁴ VENTURIERI, A; FIGUEIREDO, R.; WATRIN, O.; MARKEWITZ, D. Utilização de imagens Landsat e CBERS na avaliação da mudança do uso e cobertura da terra e seus reflexos na qualidade da água em microbacia hidrográfica do município de Paragominas, Pará. 2007.

Segundo Venturieri *et al.* (2007), essa microbacia se encontra fortemente antropizada devido às atividades econômicas introduzidas em Paragominas a partir da década de 1970, como pastagem, o cultivo de grãos e a extração madeireira.

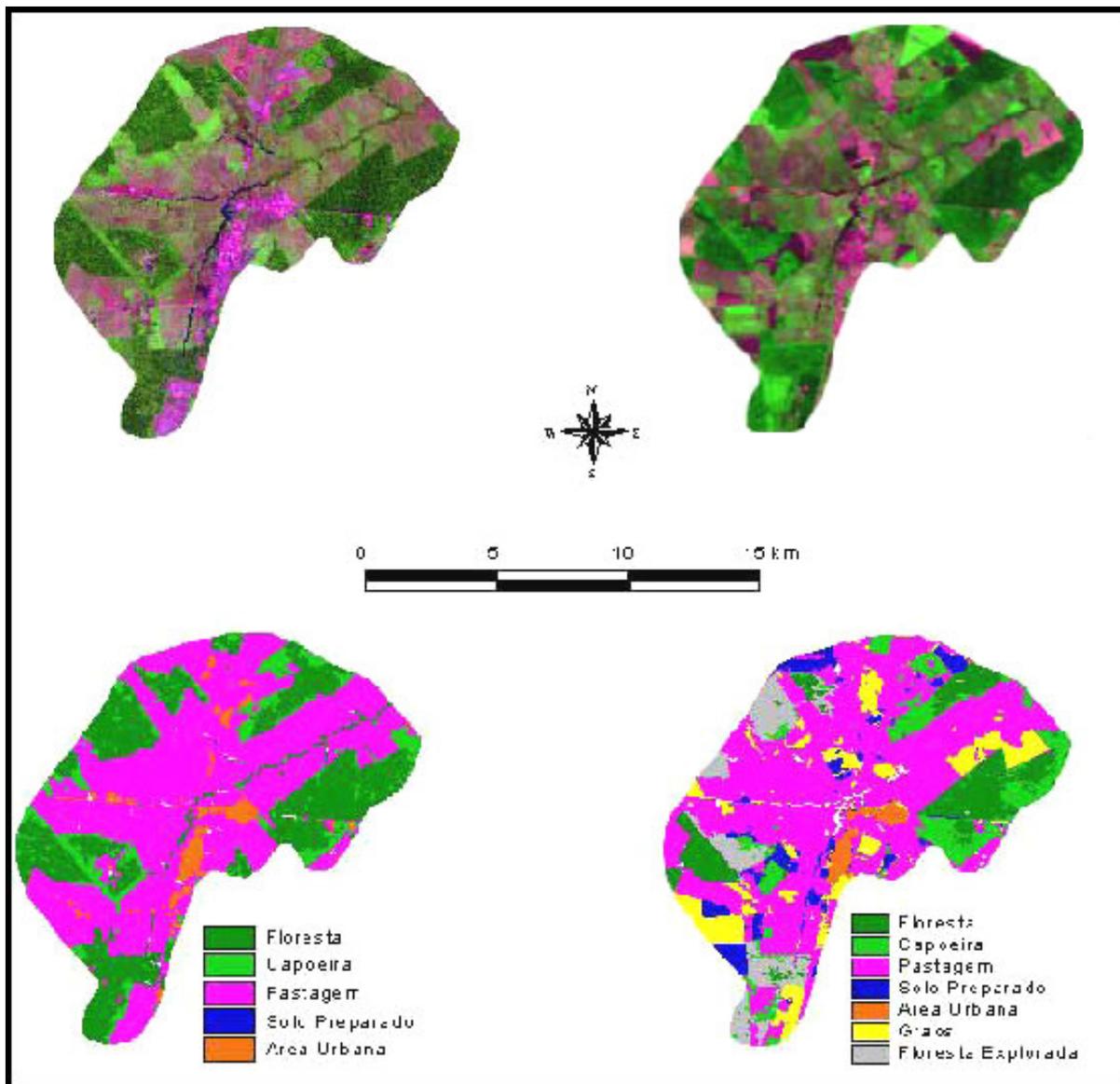


Mapa 2 - Microbacia do igarapé do Quilômetro Cinquenta e Quatro, Paragominas (PA), no contexto da bacia do rio Uraim.

Fonte: Venturieri *et al.* (2007).

Venturieri *et al.* (2007) buscaram identificar o período anterior à implantação da produção de grãos através da mecanização, implantada em 1996, com o primeiro plantio, e assim identificar seus efeitos sobre a microbacia. Os resultados mostraram que houve, no município de Paragominas, no período a partir de 1996, perda da floresta, uma redução na área ocupada por pastagem e surgimento de “solos preparados” sobre grãos e o de florestas exploradas (Figura 3). Isto vai contra o discurso que os grãos têm sido introduzidos em áreas

já degradadas, uma vez que a redução da floresta evidencia a substituição da floresta da região por atividade produtiva, a exemplo do que está ocorrendo em outras áreas da Amazônia. As mudanças podem ser acompanhadas na Figura 4.



Mapa 3 - Cartas-imagem e mapas de uso do solo na microbacia do igarapé Cinquenta e Quatro, Paragominas.

Fonte: Venturieri *et al.* (2007).

Outro fator importante apresentado por Venturieri *et al.* (2007) é que houve um processo de redução das matas ciliares, isso tem como consequência o aumento da erosão e do processo de escoamento superficial e sub-superficial pela ação das águas.

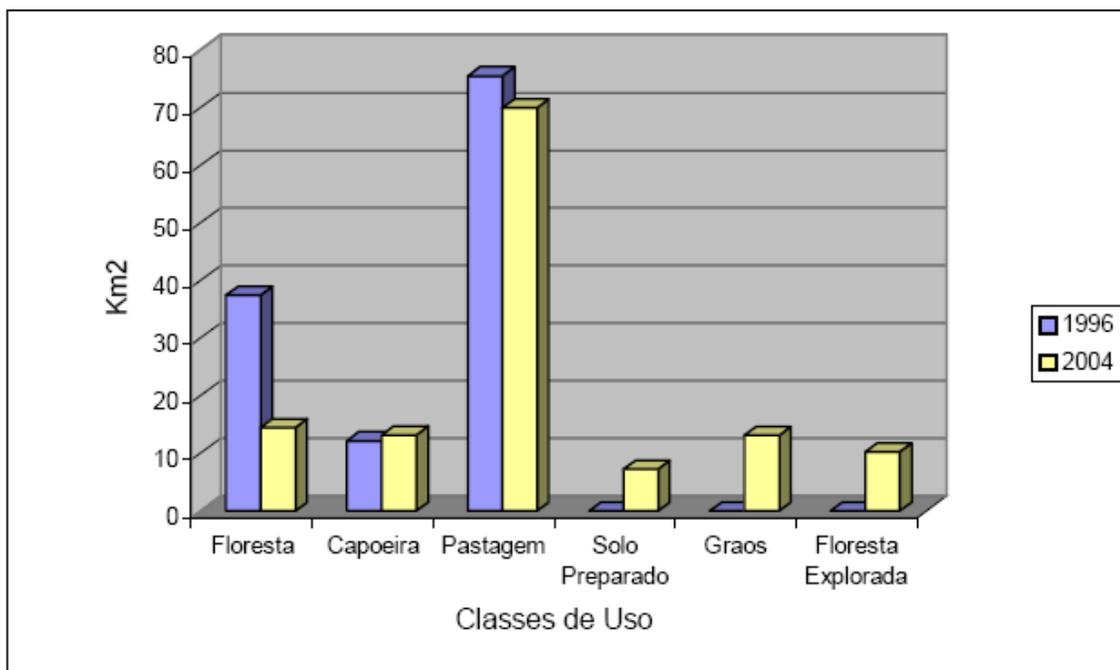


Gráfico 1 - Gráfico de evolução das categorias de uso do solo na microbacia do igarapé Cinquenta e Quatro, Paragominas.

Fonte: Venturieri *et al.* (2007).

Portanto, as atividades produtivas em Paragominas, desde a pecuária aos grãos, são atividades que têm um forte impacto antrópico sobre os recursos, e não existe nenhum poder regulador efetivo por parte das autoridades. O caso da contaminação da água evidencia isso. No período de 1996 a 2004, ocorreu um aumento médio mensal da condutividade, chegando em janeiro a 30%, período esse em que a carga dos igarapés estão mais elevadas devido às chuvas mais abundantes. Para Venturieri *et al.* (2007, p. 6), o aumento da condutividade tem profunda relação com o aumento da produção de grãos nesse município:

Procedimentos analíticos e tratamento dos dados dos íons dissolvidos (cátions e ânions) encontram-se em curso no momento, e deverão evidenciar quais são os principais nutrientes responsáveis pelo aumento de condutividade observado nesta bacia. Comparando este aumento de condutividade com o aumento de áreas de plantio de grãos e a diminuição das áreas de florestas primárias (ainda que exploradas) e secundárias (as capoeiras), fica clara que estas mudanças de uso da terra estão provocando este aumento das concentrações de nutrientes, e a conseqüente diminuição na qualidade das águas do igarapé Cinquenta e Quatro.

Nesse sentido, os avanços da pecuária, da extração madeireira e da produção mecanizada de grãos são dinâmicos e claramente avançam em detrimento dos recursos naturais. Uma explicação para esse processo está no fato de que a estratégia de desenvolvimento para a região tem sido a de garantir uma estrutura homogênea.

As tentativas estratégicas de desenvolvimento na Amazônia foram, pelo menos em quase toda a segunda metade do século passado, associadas à idéia de que era necessário criar estruturas e espaços homogêneos como vetores capazes de impulsionar o desenvolvimento na Amazônia (MONTEIRO, 2005).³⁵ Quando se fala em estruturas homogêneas, deseja-se fazer referência, por exemplo, à plantação de centenas de milhares de árvores de pinus ou de eucalipto destinadas à produção de celulose, como é o caso dos empreendimentos da região do Jarí, à pecuária de corte e às grandes empresas e fazendas nas quais se pratica a monocultura, em áreas muitas vezes superiores a 30 mil hectares, e às gigantescas empresas mineradoras, metalúrgicas e químicas (MONTEIRO, 2006, p. 1).

No caso do território de Paragominas, essas estratégias se tornam bem visíveis no decorrer do processo de desenvolvimento. Leal (2000, p. 275), ao narrar à evolução da empresa Cia Melhoramento da Ligação, diz que “em 4 anos a mesma derrubou uma área de 5.450,80 ha, ou seja, 2,81% - 5450,80 ha - do total da área do município, em números atuais que é de 19.395 km², o que equivale 1.939.500 ha”. Os dados são mostrados na Tabela 10 e na Figura 5.

Tabela 10 - Demonstração das atividades da CIA. MELHORAMENTO DA LIGAÇÃO em Paragominas, adaptada de Leal (2000).

Anos de derrubadas	Área em Alqueires	Área em ha
1967	300	817,65
1968	500	1362,75
1069	500	1362,75
1970	700	1907,85
TOTAL	2000	5450,8

Fonte: Leal, (2000)

A forma como as empresas e os pecuaristas concebiam e traçam sua atuação em Paragominas, foi no sentido de proceder na construção de “sistemas homogêneos e padronizados voltadas a garantir de um lucro cada vez mais elevado” (MONTEIRO, 2005, p. 2). Assim, os recursos naturais existentes configuram um entrave ao desenvolvimento das

³⁵ MONTEIRO, Maurílio de Abreu. O arranjo produtivo minero-metalúrgico em Barcarena (PA): gênese e desenvolvimento. **Papers do NAEA**, Belém – PA, v. 181, p. 1 -38, 2005.

atividades produtivas, apresentadas como sinal de processo e desenvolvimento. A diversidade *e a variedade têm que ser destruídas, para que possa ser construída a condição necessária para* o avanço dos grãos e da pecuária. Nessa lógica a diversidade, não é sinal de oportunidade e sim de atraso.

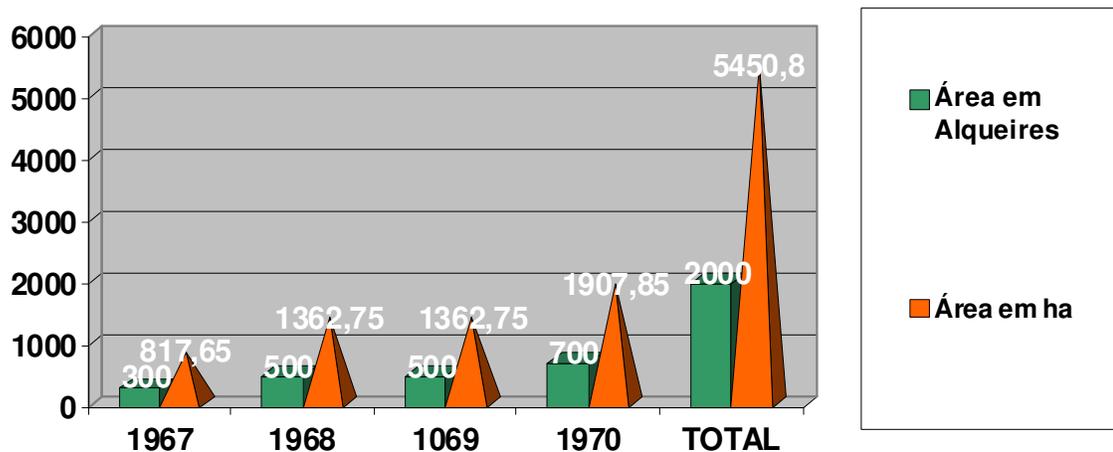


Gráfico 2 - Evolução do desmatamento provocado pela Empresa “Cia. Melhoramento da Ligação” em Paragominas, segundo Leal (2000).

Fonte: Leal (2000).

Percebemos, portanto, que a lógica que orienta o desenvolvimento segue uma concepção homogênea, na qual a diversidade, ao invés de transformasse em “trampolim” para uma proposta viável de relação com o meio ambiente, passa a representar um obstáculo a ser superado pela ação capitalista.

6.2 ECONOMIA

O território formado pelos municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu, em 2004, contribuiu com 3,18% do PIB do Estado do Pará, um valor de R\$ 1.084.848 a preço de mercado corrente.

Na produção animal e vegetal, os três municípios respondem por apenas 19.060 mil/ano do total produzido pelo Estado, que é de 1.026,711 mil/ano. O maior valor da produção animal e vegetal é do município de Dom Eliseu, com 7.518, seguindo de Paragominas com 6.097 e Ulianópolis com 228,54 mil/ano, contudo, a maior renda per capita

está em Ulianópolis e a maior arrecadação de ICMS está em Paragominas, com um valor de R\$ 4.23.472,39 (Tabela 11).

Tabela 11 - Indicadores Econômicos – Renda total, renda per capita, produção animal e vegetal, arrecadação de ICMS, Receita Pública.

Municípios	Valores absolutos							
	Renda Total (1)	Renda Per Capita (2)	Produção Animal e Vegetal (3)	Arrecadação de ICMS* (R\$ 1000)	Trab. nos estab. Rurais	Trab. nas Empresas com CNPJ	Receita Pública (R\$ Mil)	
							Total R\$ Mil	de Transf. R\$ Mil**
Dom Eliseu	5.759,37	145,7	7.518	1.334.613,31	1.523	2.215	7.594.549,76	
Paragominas	1.259,64	64,93	6.097	4.230.472,39	4.566	63	11.645.088,38	
Ulianópolis	4.400,30	228,54	5.445	1.032.436,71	1.313	1.327	2.958.576,80	
a) Total do Estado	1.046.500,00	169	1.026.711		883.925			
c) % de a/b	4,9	78,2	10,8		9,6			

Fonte: SEFA/TCU/SEDUC/STN. (2004)

Obs: Não foi fornecido o valor da receita municipal total.

(1) Em R\$ mil/mês

(2) Em R\$/mês

(3) Em R\$ mil/ano

* Para o ano de 2000

**Para o ano de 2000

Nota: Valores Nominais(1) Menos 15% do FUND.

A primeira atividade econômica significativa dos três municípios foi a pecuária, seguida da exploração madeireira e da agricultura mecanizada, que apresenta grande importância econômica, apesar dos sistemas de cultivo predatórios que vêm resultando no empobrecimento de seus solos. Essa história econômica da região articulou uma economia fortemente alicerçada no latifúndio, não permitindo o florescimento de uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, como será visto mais à frente.

Um dos pontos que facilitam o desenvolvimento desse modelo alicerçado na grande propriedade é a comercialização, pois os três municípios estão numa região que possui a melhor rede rodoviária do Estado, com cerca de 100% das suas sedes municipais interligadas por rodovias, e com possibilidade de acessar vias fluviais que servem à navegação, principalmente o rio Capim.

Observando o potencial agropecuário dos três municípios, percebemos que a tradição produtiva dos mesmos os relaciona a uma cultura agrícola e pecuária voltada para atender à demanda externa. Já a agricultura familiar possui muito pouco espaço nos municípios em questão, tanto é que culturas “tradicionalistas” como a mandioca (e seus derivados), feijão e, em certos casos, também o milho, bem como a atividade extrativista, têm uma participação muito pequena na economia da região. Além disso, há poucos investimentos para garantir a produção e o escoamento.

Tabela 12 - Relação entre população rural e trabalhadores rurais.

Municípios	População Rural	Trabalhadores Rurais	Trab. nas Empresas com CNPJ	Relação entre população rural e trabalhadores rurais
Dom Eliseu	15.728	1.523	2.215	9,68
Paragominas	18.210	4.566	63	25,07
Ulianópolis	7.345	1.313	1.327	17,87
Total	34.031	7.402	3.605	21,75

Fonte: Adaptado IBGE (2000).

Se observarmos os dados que mostra a relação entre a população rural e o número de trabalhos rurais (Tabela 12), podemos perceber que em Dom Eliseu esse número chega a 10,32 hab/trabalhador rural, em Paragominas 2,39, e em Ulianópolis 5,59. Isso indica que nos três municípios há uma tendência dos habitantes do campo deixarem de trabalhar nas atividades rurais.

6.3 EDUCAÇÃO COMO ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Dos diversos fatores necessários à implementação de um desenvolvimento endógeno, sem dúvida a educação é um dos principais. Em muitos países, para medir o acesso à educação, a taxa de matrícula nos diversos níveis do sistema educacional é um indicador suficientemente preciso, porém, quando o foco recai sobre recortes espaciais menores, como os municípios, esse indicador é menos eficaz, pois os estudantes podem morar em uma cidade e estudar em outra, distorcendo as taxas de matrícula. O outro critério utilizado para a avaliação da educação de uma população é o percentual de alfabetizados com idade superior aos 15 anos. Os dados educacionais da área estudada são mostrados nas Tabelas 13 e 14.

Nos municípios de Ulianópolis, Paragominas e Dom Eliseu o percentual de alunos alfabetizados maiores de 15 anos em 2000 foram, respectivamente de 25,4%, 21,7% e 28,9%. A taxa de analfabetismo em Ulianópolis caiu de 49,2% em 1991 para 30,6% em 2000; em Dom Eliseu, passou de 52,3% para 36,2% no mesmo período; e em Paragominas de 42,7% em 1991 para 25,4% em 2000. Apesar da redução nos três municípios, os mesmos apresentam índices muito elevados de analfabetos, ficando acima do índice estadual, que é de 20,6%, e do índice nacional, que em 2000 foi de 13,6%.

Outro fator importante é que a porcentagem de pessoas com menos de 8 anos de estudo, isto é, que não completaram o ensino fundamental. Em Ulianópolis, esta porcentagem é de 89,7%; em Dom Eliseu, de 87,0%; e de Paragominas, 81,0%. É importante lembrar que oito anos de Estudo e considerado o tempo razoável para que o indivíduo possa participar de modo mais ativo na sociedade em constante transformação

Uma das questões que merece atenção diz respeito á estruturação do ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública. Esta é uma conquista anterior oriunda da Lei nº 5.692/71, que foi mantida pela atual constituição. Sabe-se que esse oito anos não se configuram como realidade para a maioria dos brasileiros, que precocemente são levados a afasta-se dos bancos escolares, face a fatores exógenos e endógenos ao sistema educacional, amplamente conhecidos. Mas é inegável, hoje, a necessidade desde tempo de escolarização obrigatória, até mesmo insuficiente para apropriação e construção de um conhecimento básico que possibilite ao indivíduo viver e conviver numa sociedade que atinge, com rapidez, níveis crescentes de complexidade (PEREIRA; TEIXEIRA, 2000, p.102)

Esse alto índice de indivíduos que não permaneceram os oito anos necessários e obrigatórios na escola se reflete no baixo nível da média de anos de estudo, como apresenta os dados do PNUD: 3,1 em Ulianópolis; 3 em Dom Eliseu; e 3,9 em Paragominas. Deste modo, observa-se que a média de anos de estudo nos três municípios está abaixo de 4 anos letivos, muito inferior ao estadual que é de 5,0, e ao nacional, de 6,2.

A educação nos três municípios é um serviço ofertado à população basicamente pela rede pública estadual e municipal, além da privada, nas modalidades normal (uma série a cada ano) e supletiva (duas séries a cada ano), sendo que na área rural funciona com os mesmos conteúdos e metodologia que na área urbana. O que ocorre na área educacional é a preparação do jovem agricultor para uma vida na cidade e não no meio rural, o que contribui para a continuidade do êxodo rural.

A ausência de uma política voltada para a realidade do campo, somada ao grande número de pessoas com o mínimo de 4 anos de estudo, mostra que o território ainda não traçou uma política de desenvolvimento que leve em consideração a preparação da sociedade local. A estrutura hoje que predomina não considera a educação como elemento prioritário desse processo.

Tabela 13 - Condições da educação no território, nº analfabetos, matriculados e responsáveis por domicílios com menos de 4 anos freqüentados a escola.

Municípios	Analfabetismo			Escolarização de 7 a 14 anos			Escolarização dos resp. p/domicílios		
	Pop. Com 15 anos e mais			Pop. De 7 a 14 anos			Resp. por domicílios		
	Total	Analfabetos		Total	Matric. nas escolas		Total	Menos de 4 anos de freq à escola	
		Nº	%		Nº	%		Nº	%
Dom Eliseu	23.829	6.895	28,9	8.070	7.435	92,1	8.870	5.711	64,4
Paragominas	46.116	9.991	21,7	15.449	13.649	88,3	16.773	9.087	54,2
Ulianópolis	11.404	2.894	25,4	3.978	3.277	82,4	4.147	2.671	64,4
a) Totais do território	261.723	77.067	29,4	96.068	84.342	87,8	91.737	62.283	67,9
b) Totais do Estado	3.895.651	653.177	16,8	1.204.041	1.090.863	90,6	1.309.033	604.686	46,2
c) % (a/b)	6,7	11,8	-	8	7,7	-	7	10,3	-

Fonte: IBGE (2000).

Tabela 14 - Número de Matrículas em 2004. Fonte: Ministério da Educação/INEP-2004.

Municípios	Rede	Ensino Fundamental (Regular)				Ensino Médio (Regular)	Educação Profissional - Nível técnico	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo)			Educação de Jovens e Adultos (Supletivo semi-presencial)			
		Educação Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série			Total	Fundamental	Total	Fundamental	Médio	Total	Fundamental	Médio	
																DOM ELISEU
DOM ELISEU	Estadual	0	0	0	0	1.372	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DOM ELISEU	Municipal	7	10.478	6.998	3.480	0	0	32	32	2.001	2.001	0	0	0	0	0
DOM ELISEU	Privada	0	513	266	247	86	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARAGOMINAS		22	20.461	13.007	7.454	3.381	0	222	191	3.073	3.024	49	0	0	0	0
PARAGOMINAS	Estadual	0	0	0	0	3.084	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARAGOMINAS	Municipal	20	18.979	12.321	6.658	0	0	222	191	2.892	2.892	0	0	0	0	0
PARAGOMINAS	Privada	2	1.482	686	796	297	0	0	0	181	132	49	0	0	0	0
ULIANOPOLIS		0	5.503	3.887	1.616	543	0	0	0	1.283	1.283	0	0	0	0	0
ULIANOPOLIS	Estadual	0	0	0	0	543	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ULIANOPOLIS	Municipal	0	5.503	3.887	1.616	0	0	0	0	1.283	1.283	0	0	0	0	0

Fonte: IBGE (2000).

6.4 AGROPECUÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR COMO FATORES DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

6.4.1 Utilização da terra

Uma melhor compreensão da dinâmica econômica da região fica evidente quando analisamos os dados referentes a à utilização da terra nos municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu revelam que as terras destinadas às pastagens (naturais e plantadas) ocupam uma área significativa, 311.868 ha, o que representa 95% do total de áreas utilizadas, que é de 327.964 ha. O Estado utiliza 53, % para essa atividade, ou seja, há uma forte presença da pecuária como fator de organização social, econômico, política e cultura do território. Já as áreas destinadas ao cultivo (temporário e permanente) ocupam uma área de 16.096 ha, o que representa 4,89 % do total territorial, percentual inferior ao do Estado, que é de 21,86 %, como podemos observar nas Tabelas 15 e 16.

Tabela 15 - Utilização da terra.

Categoria	Destinação da área			
	Território		Estado	
	ha	%	ha	%
1. Lavoura Temporária	12.822	3,9	3.690.518	16,4
2. Lavoura permanente	3.274	0,99	1.234.300	5,48
3. Pecuária	311.868	95,0	11.936.162	53
Total	327.964	100	22.520.228	100

Fonte: IBGE (1995/96).

Os dados referentes à utilização da terra (Tabela 15) mostram que as áreas de pastagem e de cultivo temporário predominam no território, o que comprava a atividade econômica de maior destaque (agropecuária), a qual traz sérias conseqüências para o desenvolvimento e para a população.

Tabela 16 - Comparativo do uso da terra.

Tipo de uso da terra	Destinação %	
	Território	Estado
1. Culturas		
1.1 - Permanentes	0,99	5,48
1.2 - Temporárias	3,9	16,38
1.3 - Temporárias em descanso	1,65	2,3
Subtotal	6,54	24,16
2. Pastagens	82,51	53
Subtotal	82,51	53
3. Matas e Florestas		
3.1 - Naturais	3,15	51,5
3.2 - Plantadas	5,63	0,5
Subtotal	8,8	52
4. Terras produtivas não utilizadas	2,15	6,3
Total	100	97,3

Fonte: IBGE (1995/96).

Os dados das lavouras permanentes e temporárias (Tabelas 17 e 18), quando analisados, deixam perceber uma tendência à concentração fundiária, assim como de recursos e da renda no negócio agropecuário no meio rural brasileiro. A maior posse de terras (e a utilização destas para certas culturas) determinava seu maior acesso ao crédito subsidiado; este, por sua vez permitia saltos de produtividade pela utilização do pacote tecnológico (ROSA 1998). As vantagens destes setores se reforçavam, uma vez que os investimentos em infra-estrutura e pesquisa feitos pelo governo tendiam a se concentrar no setor das determinadas culturas “dinâmicas”.

Tabela 17 - Dados Econômicos - Lavouras Temporárias - Área Plantada.

	Dom Eliseu				Paragominas				Ulianópolis			
	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003
Abacaxi	70	230	50	150	6	58	48	25	30	52	45	--
Arroz	4.500	4.600	5.550	6.000	6.100	11.200	12.500	6.475	6.200	7.657	6.800	7.590
Cana-de-açúcar	--	--	--	--	--	--	--	--	3.500	6.000	4.000	4.000
Feijão	70	65	80	360	370	150	150	150	150	165	1.180	1.640
Mandioca	7.000	3.500	2.000	4.000	2.000	3.600	3.600	3.800	1.140	1.600	1.600	2.412
Melancia	--	--	35	30	--	--	--	--	--	--	--	--
Milho	4.500	4.400	5.100	8.200	11.000	12.800	8.800	10.655	4.800	--	5.160	7.444
Soja	--	--	150	1.250	1.540	280	1.120	3.000	100	--	600	2.180

Fonte: IBGE (1995/96).

Tabela 18 - Dados Econômicos - Lavouras Permanentes - Área Plantada.

	Dom Eliseu				Paragominas				Ulianópolis			
Banana	90	45	30	30	50	40	40	40	20	15	10	10
Borracha	20	20	--	--	68	68	--	42	7	8	188	188
Café	10	10	15	15	--	--	--	0	--	30	30	30
Castanha de Caju	30	120	120	120	700	480	460	460	140	140	120	120
Coco-da-baia	--	--	--	--	40	30	30	30	20	40	45	45
Goiaba	208	60	80	100	--	--	--	--	22	25	19	--
Laranja	40	45	65	30	--	--	--	--	5	5	5	5
Manga	--	--	--	--	--	--	--	--	5	10	--	--
Maracujá	10	10	10	10	--	--	5	5	--	--	--	--
Pimenta do Reino	850	900	1.050	1.100	1.260	1.320	1.500	1.500	30	50	50	50
Urucum	350	100	150	150	--	--	--	--	65	60	64	64

Fonte: IBGE (1995/96).

Em relação ao território em estudo, propõe-se a separação de algumas das principais culturas do cenário agrícola brasileiro de acordo com sua vinculação ao processo de modernização e expansão. As culturas produzidas foram classificadas em:

- culturas tropicais de origem colonial: café, cana-de-açúcar e, em menor intensidade, algodão;
- culturas oriundas de países temperados: soja;
- culturas com amplo consumo mundial: milho e arroz;
- culturas consideradas de consumo popular: feijão e mandioca.

O primeiro grupo vem de uma longa tradição na produção brasileira, e, neste sentido, recebeu sempre uma atenção especial de investimentos do setor privado e, particularmente, do governo, sendo, portanto, dotado de insumos e métodos de produção bastante modernos, elaborados no próprio país. O segundo é composto de culturas geralmente *importadas*, que vieram na maioria das vezes acompanhadas de pacotes tecnológicos fechados ou apenas adaptáveis à realidade local.

O terceiro grupo se caracteriza por produtos de amplo consumo mundial, e, por isso mesmo, “tiveram especial atenção na estratégia da Revolução Verde, elaborada por grandes empresas e pelo governo dos Estados Unidos” (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 55).

Por último, temos os produtos tropicais de consumo popular estrito. A demanda por estes se forma internamente, sobretudo em função da população de mais baixa renda. Nem ao menos no âmbito internacional haveria investimentos em pesquisa para melhorias específicas destas culturas, típicas de países subdesenvolvidos, já que seu potencial de movimentação de grandes capitais é por demais pequeno ou custoso.

Com base na divisão apresentada, podemos dizer que no território em estudo as três culturas agrícolas experimentam razoáveis ou mesmo ótimas condições de expansão no mercado capitalista moderno. O último grupo tende a se tornar, de outro modo, marginal, sendo marcado pelo acesso incompleto, restrito ou nulo à modernização tecnológica. A produtividade destas culturas permanece dependente da fertilidade do solo e da quantidade e qualidade de trabalhadores familiares empregados, o permite a compreensão da queda da produção elas sofrem nos municípios estudados.

No campo da agricultura, percebemos que a área destinada ao plantio de culturas temporárias (Tabela 17) é maior em dois municípios, com exceção de Dom Eliseu, que apresenta uma área de culturas permanentes (Tabela 18) levemente maior que a de temporárias, sendo que a ampliação da atividade agrícola é possível devido ao percentual de áreas produtivas não utilizadas, que chega a 0,3%.

Outro fator que comprova a opção pela pecuária e agricultura temporária é o número de estabelecimentos rurais, pois, dos 625 que estão presentes no território, 119 trabalham com a cultura temporária, e 302 com a pecuária, e somente 73 com a cultura permanente (Tabela 19). Os 302 estabelecimentos que têm a pecuária como principal atividade ocupam 95% do território, uma média superior a do Estado que é de 53% (Tabela 15).

Tabela 19 - Estabelecimentos rurais segundo grupo de atividade econômica.

Municípios	Total de Estabelecimentos Rurais	Estabelecimentos rurais por grupos de atividade econômica							
		Lavoura Temp.	Hort. e Produtos de Viveiro	Lavoura Permanente	Pecuária	Prod. Mista (Lavoura e Pecuária)	Silvic. Expl. Flor.	Pesca e Aqüicultura	Carvão Vegetal
Dom Eliseu	163	11	-	18	104	6	17	-	7
Paragominas	325	90	8	55	96	45	7	17	7
Ulianópolis	137	18	-	-	102	7	8	2	-
Total	625	119	8	73	302	58	32	19	14

Fonte: IBGE (1995/96).

Os dados apresentados não traduzem a verdade da produção, principalmente no que se refere à exploração florestal e ao fabrico de carvão vegetal, já que muitas vezes essas atividades são exercidas de forma ilegal e não entram nas estatísticas oficiais, tornando obscuro o número real de estabelecimentos que exercem essas atividades.

Os dados referentes à atividades dos estabelecimentos rurais (Tabela 19) demonstram a predominância de uma cultura de produção onde prevalece a grande propriedade. Por detrás desta realidade, há uma concepção de desenvolvimento que não produz agregação de valor e

qualificação de mão-de-obra, e traz como consequência um acelerado processo de concentração de terra e da renda, assim como a urbanização acelerada.

6.4.2 Pessoal ocupado e condição do produtor

Quando analisamos os dados do censo agropecuário de 1996/97, percebemos que a grande maioria dos trabalhadores rurais do território pode ser enquadrada nos grupos dos “Responsáveis e Membros da Família Não Remunerados”,³⁶, os quais representam um universo de 1984 pessoas, que compreendem 86,7 % total de trabalhadores do território; em segundo lugar estão os empregados temporários, que são 1526 pessoas, representando 8,1% do universo total.

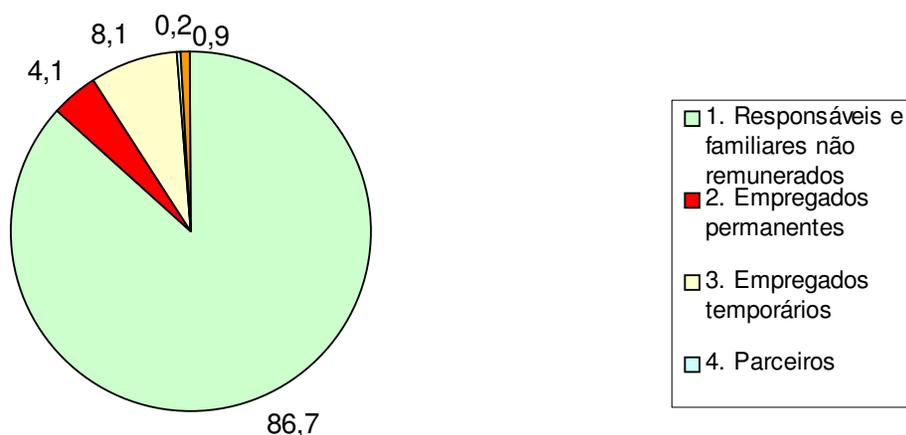


Gráfico 3 - Pessoal ocupado e condição do produtor.
Fonte: IBGE (1995/1996).

Outro dado importante é o grande contingente de trabalhadores e responsáveis pertencente à categoria de “Responsáveis e Membros da Família Não Remunerados” de estabelecimentos rurais (86,7%), o que nos leva a concluir que, no território analisado, grande parte dos trabalhadores são proprietários de seus lotes e residem em seus estabelecimentos trabalhando junto com sua família.

³⁶ São os membros da família que atuam na produção (cultivo e criação), mas não recebem remuneração.

Analisando-se o número de estabelecimentos rurais segundo as diferentes atividades econômicas, percebe-se que a grande maioria dos estabelecimentos está voltada para a pecuária e para a produção de lavoura temporária, sendo que a pecuária é a atividade predominante na região (Tabela 19).

6.4.3 Perfil fundiário do território

A estrutura fundiária do território revela um perfil desequilibrado no que diz respeito ao número de estabelecimentos relacionados à área ocupada. Como mostra a tabela 22 o território é composto por 150 de estabelecimentos com mais 500 a 2000 ha., Sendo que a maioria concentra-se no município de Paragominas, são 302 (Tabela 19) estabelecimentos que tem a pecuária como atividade econômica principal, e 119 com agricultura temporária, com destaque para o milho e a soja, principalmente no período de 2000 a 2003 (Tabela 17).

É importante ressaltar que a pecuária, e algumas culturas temporárias exigem uma grande extensão de terra, e absorve pouca mão-de-obra.

Portanto, percebemos um problema estrutural que não permite a evolução do desenvolvimento endógeno, pois esse padrão fundiário concentrado não permite o acesso aos meios de produção, favorecendo a criação e reprodução de pequenos grupos que dominam o poder econômico e político.

Tabela 20 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais por categoria.

Municípios	Pessoal Ocupado por Categoria					Total do Pessoal	Residentes nos Est. Rurais	
	Resp. e Familiares não Remun.	Empregados permanentes	Empregados Temporários	Parceiros (empregados)	Outra Condição		Nº	% do Total
Dom Eliseu	311	616	533	60	3	1.523	610	40,1
Paragominas	1.364	493	673	-	55	2.585	1.766	68,3
Ulianópolis	309	292	320	3	50	974	837	85,9
a) Total do Território	1.984	1.401	1.526	63	108	5.082	3.213	80,9
b) Total do Estado	761.245	36.981	64.204	5.013	16.482	883.925	754.871	85,4
c) % de a/b	0,2	0,1	2,3	1,2	0,6	0,5	0,4	

Fonte: IBGE (1995/1996).

Tabela 21 - Estabelecimentos rurais conforme condição do produtor.

Municípios	Total dos Estabelec. Rurais		Condição do Produtor							
			Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Nº	Área	Estabel.	Área	Estabel.	Área	Estabel.	Área	Estabel.	Área
Dom Eliseu	163	240.112	158	239.855	1	73	-	-	4	184
Paragominas	325	331.495	322	331.369	2	102	-	-	1	24
Ulianópolis	137	189.707	137	189.707	-	-	-	-	-	-
Total do Território	625	761.314	617	760.931	3	175			5	208
b) Total do Estado	206.404	22.520.430	171.406	21.472.911	980	34.526	1.188	117.189	32.830	895.804

Fonte: IBGE (1995/1996).

Tabela 22 - Número de Estabelecimento do território de Paragominas.

Grupos de área dos estabelecimentos rurais	Numero de estabelecimento do território de Paragominas
1. Menos 10 hectares	99
2. 10 a menos de 100 hectares	138
3. Sub - Total (1+2)	237
4. 100 a menos de 200 hectares	40
5. 200 a menos de 500 hectares	64
6. Sub - Total (4+5)	101
7. 500 a menos de 2000 hectares	76
8. Mais de 2000 hectares	74
9. Sub - Total (7+8)	140

Fonte: IBGE (1995/1996).

6.4.4 Rentabilidade da produção agropecuária

A produção vegetal é a atividade econômica que concentra o maior valor anual bruto da produção, com 68,25% do total do território, seguindo a tendência do Estado. As lavouras temporárias são as que possuem maior índice de participação dentro da produção vegetal do território (41,8%), seguido da produção animal de grande porte, que participa com 28,4% do Valor Anual da Produção (VAP), das lavouras permanentes (13,1%), e das atividades de exploração florestal e silvicultura (12,9%).

Paragominas é o município com maior VAP do território (R\$ 21.437), concentrado principalmente na produção animal de grande porte. Os dados estão sistematizados na Tabela 23, abaixo.

Tabela 23 - Valor anual da produção por tipo de atividade, no território e no Estado.

Tipo de atividade econômica	Território		Estado	
	VAP	%	VAP	%
1. Produção animal	34.478	31,75	437.215	42,58
1.1 - Grande Porte	30.883	28,44	326.077	31,76
1.2 - Médio Porte	770	0,71	15.551	1,51
1.3 - Aves e pequenos animais	2.825	2,6	95.587	9,31
2. Produção Vegetal	74.100	68,25	589.496	57,42
2.1 - Lavouras Permanentes	14.272	13,14	120.748	11,76

2.2 - Lavouras Temporárias	45.395	41,81	235.560	22,94
2.3 - Fruticultura e Horticultura	391	0,36	16.916	1,65
2.4 - Silvicultura e exploração florestal	14.042	12,93	216.272	21,06
Total	108.578	100	1.026.711	100

Fonte: IBGE (1995/1996).

6.4.5 Agricultura familiar

No território, a agricultura familiar possui 284 estabelecimentos, numa área de 21.425 ha, ocupando 1568 do pessoal; possui um VABP (Valor Anual Bruto da Produção) de R\$ 2.373 (Tabela 24). O baixo número de estabelecimentos e ocupação da área e de mão-de-obra são justificados pela presença de grandes áreas de pastagens, como podemos observar na (Tabela 25)

No que diz respeito ao índice de desempenho, Dom Eliseu possui também a maior área média por estabelecimento (167,22ha/est.), o maior VABP por estabelecimento do território, e o menor percentual de trabalhadores por hectare (0,02).

Do total de estabelecimentos familiares do território, 79 possuem renda média e 98 se apresentam quase sem renda. O município de Ulianópolis é o que apresenta o maior percentual de estabelecimentos familiares com renda mínima (56,3%) (Tabela 25)

Tabela 24 - Agricultura familiar no território, nº de estabelecimentos, área, pessoal ocupado e VABP.

Municípios	Estabelecimentos Familiares								
	Nº	Número		Área (ha)		Pessoal		VABP	
		Abs	%	Abs	%	Trab.	%	R\$ Mil	%
Dom Eliseu	163	46	28,2	7.692	3,2	192	12,6	466	6,2
Paragominas	325	190	58,5	7.369	2,2	1.130	43,7	1.774	8,3
Ulianópolis	137	48	35,0	6.364	3,4	246	18,7	132	2,4
a) Total do Território	625	284	(0,15)	21.425	(27,5)	1568	(80,9)	2372	(51,3)
b) Total do Estado	206.404	183.596	88,9	8.727.343	38,8	757.423	85,7	602.132	58,6

Fonte: Censo agropecuário 1995/96.

Tabela 25 - Estabelecimentos familiares conforme a renda obtida.

Municípios	Nº de Estab. Familiares	Destino dos Estabelecimentos Familiares Conforme a Renda							
		Quase Sem Renda		Renda Baixa		Renda Média		Maiores Rendas	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%

Dom Eliseu	46	7	15,2	6	13,0	20	43,5	13	28,3
Paragominas	190	64	33,7	29	15,3	46	24,2	51	26,8
Ulianópolis	48	27	56,3	7	14,6	13	27,1	1	2,1
a) Território	284	98	34,5	42	14,8	79	27,8	65	22,9
b) Total do Estado	183.596	47.781	26,0	46.361	25,3	68.717	37,4	20.737	11,3
c) % (a/b)	0,2	0,2		0,1		0,1		0,3	

Fonte: INCRA (2001).

6.4.6 Ações de desenvolvimento rural sustentável no território

6.4.6.1 Público beneficiário das políticas de crédito

De acordo com dados da Tabela 26, a maior demanda do território se concentra no grupo A do Pronaf. A concentração neste grupo talvez seja justificada pela quantidade de produtores disposta a investir em sua propriedade, mesmo sendo um número ainda muito pequeno diante da necessidade que existe hoje da geração de emprego e renda, assim como da produção de alimento no Estado.

Tabela 26 - Créditos do PRONAF concedidos em 2004, por grupo e modalidade.

MUNICÍPIOS	METAS ATINGIDAS em 2004			
	POR GRUPO			POR MODALIDADE
	Grupos	Contratos	R\$	Modalidade
Paragominas	A	106	1.557.095,32	Investimento
	subtotal	106	1.557.095,32	
Ulianópolis	A	40	588.660,81	Investimento
	C	5	3.371,92	Custeio
	D	14	210.268,88	Custeio
	subtotal	59	802.301,61	
TOTAL		165	4.718.793,86	

Fonte: SAF/MDA (2004).

6.4.6.2 Créditos do PRONAF concedidos em 2004³⁷

Foram aplicados em 2004 um total de R\$ 4.718.793,86 no território analisado, da parte do PRONAF, sendo que o único município não beneficiado foi Dom Eliseu. O total de contratos apresentados foi de 165, sendo que o município com maior número de contratos foi Paragominas (106), destinados em sua maior parte ao grupo A.

Essa diferença no número de contratos e recursos por município revela um desequilíbrio da distribuição destes valores. Este fato pode estar relacionado à falta de documentação necessária, à inadimplência ou à desarticulação entre os produtores.

A observação dos dados da Tabela 26 revela também uma maior concentração nos contratos referentes aos grupos A na modalidade investimento.

6.4.6.3 Demanda qualificada por crédito do PRONAF em 2005

Segundo dados da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SAGRI), existe uma demanda para os créditos do PRONAF A em 2005 de 500 famílias, distribuídas em 10 projetos de assentamento, nos 3 municípios estudados.

Se olharmos o valor de créditos a serem concedidos, que são de R\$ 3.500.000,00 (Tabela 27), e comparamos com o número de famílias assentadas, percebemos que esse número é ínfimo perto da demanda da região (tabela 28). Os motivos do baixo acesso podem ser creditados ao pouco número de famílias qualificadas, além da não prioridade a uma política territorial de valorização da agricultura familiar.

³⁷ De forma mais específica, os beneficiários do PRONAF podem ser classificados como integrantes de quatro grupos especiais: A, B, C e D. O grupo A é constituído por agricultores familiares assentados via projetos de reforma agrária; o B é integrado por agricultores familiares, de renda mínima, que são assalariados rurais com estabelecimento rural, ou por famílias com estabelecimento rural, cujas atividades não são, porém, agropecuárias; o grupo C é constituído por agricultores familiares descapitalizados, ou por trabalhadores rurais descapitalizados, os quais exercem atividades não agropecuárias em estabelecimento rural; e o D é formado por agricultores familiares com maior nível de capitalização, os quais exercem atividades não agropecuárias em estabelecimento rural.

Tabela 27 - Demanda qualificada por créditos do PRONAF- A, em 2005.

Nº ORDEM	MUNICÍPIOS	DEMANDA QUALIFICADA		
		PAS	FAMÍLIAS	VALOR (R\$)
1	Dom Eliseu			
2	Paragominas	1	150	2.250.000,00
3	Ulianópolis	4	100	1.300.000,00
TOTAL		5	250	3.500.000,00
PARTICIPAÇÃO NO ESTADO %			500	7.050.000,00

Fonte: SAF/MDA (2004).

* Os municípios onde não constam demanda qualificada apesar, da presença de Projetos de assentamento (PA's), não tiveram essa informação fornecida.

Tabela 28 - Projetos de assentamento rural (PA's).

Projetos de Assentamentos	Área (ha)	Capacidade de Famílias	Nº de famílias assentadas			Famílias assentadas em 2004.
			Tituladas	Não tituladas	Total	
Dom Eliseu						
Concrein	4.162,9230	63	9	51	60	-
Rio		80	-	-	-	-
Acampamento Agroecológico/ D Eliseu	8.098,4600	36	-	36	36	36
	42,9190					
Paragominas						
Colônia Reunidas	4.512,0000	103	8	21	29	-
Camapuã	6.951,0000	110	45	32	118	5
Del Rey	7.922,0000	156	-	118	77	82
Paragonorte	32.095,0000	1.2	353	829	1.182	4
Rio das Cruzes	3.921,5970	05	-	44	44	
		75				
Ulianópolis						
Paragominas/ Faiscão	13.068,0000	170	1	153	168	11
Surubiju	4.120,0000	40	5	72	7	-
Floresta Gurupi I	41.897,0000	521	-	24	224	8
Águia	8.740,0000	150	-	122	122	
			-			
Total	135.530,899	1510,2	422	1502	2067	149

Fonte: FANEP (elaborada com dados do INCRA/ PARÁ). Adaptado (2004.).

7 ANÁLISE DA VARIAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Este capítulo analisa a variação dos níveis de participação político-social e do capital social do território formado pelos municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu nos últimos anos, sendo que, para isso, utilizamos um estudo comparativo entre os resultados de pesquisa de campo realizada nos anos de 2006 e 2007. Além dos dados quantitativos, a pesquisa apresenta alguns depoimentos de lideranças locais, bem como a análise dos bancos

de dados dos institutos de estatísticas do PNUD e do IBGE, que comprovam mudanças nos níveis de participação político-social e no capital social do território.

Putnam (2002) entende que os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a se reforçarem mutuamente. Os círculos virtuosos geram, conseqüentemente, elevados índices de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem estar coletivo. Estas são as características que definem a comunidade cívica. Por outro lado, numa comunidade não cívica imperam a deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação, que se intensificam reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos (PUTNAM, 2002). Esta tese de Putnam (2002) pode ser aplicada Ao comportamento político local? Acredita-se que sim. Averiguar isto é exatamente o objetivo deste capítulo.

7.1 A VARIAÇÃO NEGATIVA DO CAPITAL SOCIAL DO TERRITÓRIO

No que se refere à criação de capital social, o território nunca foi referência nas experiências de participação político-social empreendidas na estruturação de movimentos sociais e participação política. Fundado na década de 1960, o mesmo se configurou como um espaço controlado pela UDR (União Democrática Ruralista), e marcado pela violência. Essa dinâmica de centralidade político-econômica acompanha a história do território até os dias atuais e produz o distanciamento de uma ampla parcela da população em relação à tomada de decisões efetivas na solução dos problemas locais.

As conseqüências desse processo levam à estagnação do associativismo, da cooperação e da participação político-social. Depoimentos de lideranças locais apontam para um certo declínio do caráter comunitário da sociedade, além da massificação, competição, desemprego e individualismo, que atingem a todos indistintamente, como conseqüência da supremacia do mercado. Este é o enfoque do depoimento do agente de pastoral José Wilson:

Os municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu “possui” as mesmas características, que são: não possui perfil comunitário e nos últimos anos tem se transformado numa sociedade de massas. Vivem também um momento de hegemonia do mercado no sentido de que as questões sociais e demandas individuais se resolvem segundo a iniciativa de cada um nesse espaço essencialmente competitivo. A economia tem avançado para destruição de empregos com reflexos bastante significativos nas cidades.

Também se deve considerar a crise dos sindicatos, que “foi” um significativo espaço de discussão e mobilização sobre questões da agricultura regional, na década de 80. Talvez se deva considerar que neste novo tempo as formas de manifestações, mobilizações e organizações sejam outras.³⁸

Do mesmo modo, a participação na resolução dos problemas locais tem diminuído nos últimos anos. Uma análise dos resultados da pesquisa de campo aponta para uma diminuição da tentativa de resolução dos problemas locais (bairro, comunidade) junto com outras pessoas. Dos entrevistados, apenas 32,8% responderam que tentaram resolver de alguma forma os problemas locais de modo coletivo (Tabela 29).

Tabela 29 - Participação coletiva na resolução de problemas (%).

	2006/07
Sim	32,8
Não	65,7
NS/NR	1,5
Total N=	300

Fonte: Pesquisas de campo (2006-2007).

7.2 INSEGURANÇA, INSATISFAÇÃO E FRUSTRAÇÃO

A pesquisa de campo apresentou a segurança pública como a área que encontra o maior percentual de desaprovação entre os moradores do território, apenas 24,8% acham o serviço “bom”, contra 73,3% que avaliam o serviço como “ruim” ou “péssimo”. Este percentual negativo acaba afetando a qualidade de vida dos habitantes, pois, quando as pessoas não se sentem seguras, tendem a desconfiar mais umas das outras ou até mesmo deixam de ir a lugares que estavam acostumados a frequentar.

Isso porque a violência difusa pode estar associada à redução na qualidade de vida de uma determinada região ou município, podendo significar, igualmente, uma redução da variação do capital social (FERREIRA, 1992). Outros estudos apontam, de maneira semelhante, para a mudança dos hábitos cotidianos das pessoas com o objetivo de reduzir o risco a que estariam submetidas. As pessoas limitam os locais onde transitam, deixam de ir aos locais de que gostam, evitam usar meios de transporte coletivo, evitam sair de casa à

³⁸ WILSON, José. Entrevista concedida no dia 13 de outubro de 2006.

noite, gastam altas somas de recursos na proteção de suas residências, passam a adquirir armas e, muitas vezes, a andar armadas (FERREIRA, 1992).

Dos entrevistados da pesquisa de campo, 50% se sentem inseguras ao andar nas ruas. 11% dos entrevistados já sofreram algum tipo de violência (assalto) nos últimos tempos, e cerca de 66% deles conhecem alguma pessoa que já sofreu alguma violência física. Quando a pergunta é quais os possíveis meios de evitar tais situações, a maioria dos entrevistados respondeu que devem sair em companhia de outras pessoas (72,8%), evitar sair depois que anoitece (62,8%), ou até mesmo pedir proteção da polícia (62,3%), ainda que esta seja pouco eficiente.

7.3 UMA SOCIEDADE ONDE IMPERA O FAMILISMO AMORAL DE BANFIELD

Além da variação negativa do capital social nos últimos anos, percebe-se que a sociedade pouco avançou no aspecto associativo, na cooperação e na participação. A comunidade não consegue mais aglutinar forças para resolver os problemas comuns. As instituições sociais e políticas (poder público e partidos políticos), Universidade e Associação comercial não trabalham de forma integrada. As resoluções dos problemas ocorrem de modo individualizado.

A sociedade do território de Paragominas parece estar vivendo o familismo amoral, aquela característica social descrita por Banfield (1958) como uma sociedade onde impera a ausência da virtude cívica, sendo o isolamento e a desconfiança em relação ao outro a característica fundamental. No familismo amoral, a pessoa parece estar unicamente interessada no seu próprio bem-estar e no de sua família, isto é, busca-se “maximizar a vantagem material e imediata da família nuclear; supor que todos os outros agirão da mesma forma” (BANFIELD, 1958). Como explicita uma liderança local em entrevista: “Geralmente você não encontra parceiros e sim concorrentes [...]. O território trabalha em grupos familiares fechados e, particularmente, tive muita dificuldade de entrar neste grupo quando cheguei aqui anos atrás”.³⁹

Do mesmo modo, as instituições que foram importantes referências de associativismo, cooperação e participação social nos anos 1980 passam por sérias crises. Segundo o

³⁹ LIMA, Elonir. Entrevista concedida no dia 23 de maio de 2006.

Fazendeiro Elonir Lima (produtor de soja), esta crise está ligada à apropriação de algumas pessoas ou famílias que se perpetuam no poder sem nenhum tipo de alternância:

Penso que possam estar atravessando um processo de crise de identidade, uma vez que a renovação pessoal nestas entidades se dá de maneira muito tímida. A meu ver, a apropriação pessoal das entidades não dá a possibilidade de oxigenação necessária. Pois vejamos os exemplos: dirigentes na Igreja, nos Sindicatos (transporte, rural, patronal e empregados), e na prefeitura. Ao mesmo tempo que não forma novas lideranças, aniquila qualquer movimento de reação a este processo. Pode-se jogar esta mesma avaliação para outros segmentos da sociedade, como pastorais, Lions, Clubes Religiosos e de serviços.⁴⁰ (Informação verbal).

7.4 ÊXODO RURAL CRESCENTE E DISPERSÃO URBANA

Os dados explicitados nesta pesquisa indicam um crescente êxodo rural nos municípios do território em questão nas últimas décadas, conforme discutido no item 5.1. Uma das causas deste fenômeno foi o processo de modernização da agricultura (arroz, milho e soja), em detrimento da agricultura familiar, que priorizou a produção de larga escala em propriedades maiores, expulsando os pequenos agricultores de seus estabelecimentos. A passagem dos anos 1990 para os 2000 foi emblemática, pois, em menos de 10 anos, a população acelerou seu processo de urbanização. Em 1991, 43,2% da população do território morava na área rural, e 56,7% na urbana; em 2000, 67,0% passou a viver nas cidades, contra apenas 32,9 % que permaneceram na área rural (Tabela 30).

Com a urbanização, o território cresceu de maneira pouco planejada, pelo menos no que diz respeito à ação do poder público. Surgiram sérios problemas de habitação, saneamento básico, desemprego e violência. Os novos moradores viram, ao mesmo tempo, sucumbir suas origens interioranas e um maior sentimento de incerteza e dispersão urbana fez deles seres anônimos. Este problema é comentado por Zé Wilson:

A sociedade dos três municípios – Paragominas, Dom Eliseu e Ulianópolis - complexificou-se nos últimos 10 anos e acabou perdendo o que restava das suas características camponesas como solidariedade, controle social e vizinhança. A experiência associativa esteve fundada nestes valores tradicionais (é marcante a influência da Igreja na animação de todas essas experiências). A base social foi se alterando por conta de um certo cosmopolitismo que reforça o individualismo; da presença de novos contingentes populacionais deslocados do campo, desenraizados, que

⁴⁰ WILSON, José. Entrevista concedida no dia 22 de maio de 2006.

produzem um Estado de anomia social (se fosse usar o termo).⁴¹ (Informação verbal).

Tabela 30 - Evolução da população urbana/rural do território (1991/2000).

	1991	Taxa de urbanização %	2000	Taxa de urbanização %
População urbana	51.860		83.950	
Rural	39.577	56.7	41.283	67.0
Total	91.437		125.233	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

Do mesmo modo, para Cleciana Silva o problema do empobrecimento da população rural favoreceu a migração para as cidades. Além disso, estas populações ficaram reféns de políticos tradicionais com seus velhos vícios:

O desmonte de parcelas da população que se “fizeram” economicamente no período da modernização fora da região. Ou então pelo fechamento de empresas tradicionais; a grande migração para a cidade de Paragominas, Dom Eliseu e Ulianópolis de parcelas da população empobrecida, o que reitera os esquemas políticos tradicionais – clientelismo, assistencialismo.⁴²

Esse contexto produz um grande déficit organizativo, cooptação e a ausência da participação ativa da sociedade ou um não exercício da cidadania numa perspectiva de proteção dos interesses coletivos.

7.5 PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES PARTIDÁRIAS, PARTIDOS POLÍTICOS E COMÍCIOS

Na pesquisa de campo, constatou-se que a participação em reuniões junto aos partidos políticos não é uma prática constante dos moradores. Somente 24,3% responderam que participavam em reuniões políticas (Tabela 31). Considerando que, nos dias de hoje, o número de partidos políticos é bem maior comparado à época do bipartidarismo do regime militar, e que estamos em um regime democrático, esperava-se uma maior participação em reuniões políticas, o que na realidade não acontece.

⁴¹ WILSON, Zé. Entrevista concedida no dia 28 de outubro de 2007.

⁴² SILVA, Cleciana. Entrevista concedida no dia 14 de outubro de 2007.

Tabela 31 - Participação em reuniões políticas (%) – 2006/07.

Sim/Já participou	24,3
Não	75,7
Total N=	300

Fonte: Pesquisa de campo (2006-2007).

Ocorreu também uma diminuição na participação em partidos políticos. Dos entrevistados, 18,3% responderam que participavam de partidos (Tabela 32).

Tabela 32 - Participação em partidos políticos (%) – 2006/07.

Sim/Já participou	18,3
Não	81,7
Total N=	300

Fonte: Pesquisa de campo (2006-2007).

A diminuição na participação em campanhas eleitorais (comícios) também se evidenciou na pesquisa de campo. Em 2006 e 2007, 40,1% afirmaram que participavam ou já haviam participado, enquanto que 59,9% não (Tabela 33). A participação em comícios ficou bem maior, portanto, que a participação em reuniões políticas e partidos políticos.

Tabela 33 - Participação em comícios (%) – 2006/07.

Sim/Já participou	40,1
Não	59,9
Total N=	300

Fonte: Pesquisa de campo (2006-2007).

7.5.1 Participação eleitoral

Os dados referentes à participação eleitoral no território mostram que no período de 2004 a 2006 houve uma diminuição da participação dos votantes nos pleitos eleitorais. Isto reflete, a nosso ver, uma manifestação de perda de espírito cívico de uma sociedade, pois os eleitores têm, aos poucos, afastando-se das urnas.

Um levantamento de dados da participação eleitoral nas eleições no território de Paragominas (Tabela 34) demonstra que, mesmo tendo aumentado o percentual dos votos válidos (excluindo os brancos e nulos), está ocorrendo uma diminuição sistemática do número de votantes. O comparecimento dos eleitores às urnas passou de 85,5% em 2004 para 75,42% em 2006. As abstenções aumentaram no mesmo período, passando de 19,4% para 24,58%. É nítida, portanto, a redução da participação no processo eleitoral.

Tabela 34 - Evolução da participação eleitoral (2004/06).

	2004	2006
Comparecimento	85,50%	75,42%
abstenções	19,40%	24,58%

Fonte: TRE/PA (2004/2006).

A participação social é um dos principais fatores para a constituição de um desenvolvimento endógeno em âmbito municipal. O território formado pelos municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu, no período de 2004 a 2006, apresentou uma queda no comparecimento e um aumento das abstenções. Esse processo pode estar relacionado com um descrédito dos atores políticos, à ausência de uma ampla mobilização da sociedade civil e à permanência de uma elite política cujos membros se revezam na esfera do poder.

7.5.2 Interesse por política

Os dados da pesquisa assemelham o comportamento do território analisado ao de outras regiões ou até mesmo de países que têm uma tradição democrática e um melhor desenvolvimento econômico, no sentido que a motivação em acompanhar a política é pouco significativa.

Segundo a pesquisa de campo, percebe-se que o interesse por assuntos ligados à política tem diminuído nos últimos anos, demonstrando o declínio da virtude cívica dos moradores do território, isto é, a ausência de interesse por questões políticas pode ser um primeiro indicativo de ausência ou fraqueza de capital social. Revelou-se, no universo entrevistado, um percentual pequeno: 26% responderam que se interessam por política; 36,5% se interessam mais ou menos, e 37,3% afirmaram não se interessar (Tabela 25).

Considerando, conforme já dito, que vivemos em um tempo de democracia, teoricamente (ou idealmente) o interesse pela política deveria ser maior.

Tabela 35 - Interesse por política (%) 2006/07.

Sim	26
Mais ou menos	36,5
Não	37,5
Total N=	300

Fonte: Pesquisa de campo (2006-2007).

7.5.3 As mazelas da cultura tradicional

O território apresenta uma realidade constante nas chamadas “mazelas” da cultura política tradicional. Isso fica evidente em alguns traços muito presentes na cultura política do território dos três municípios, como a prática do clientelismo, paternalismo, patrimonialismo e personalismo.

Esse personalismo pode ser comprovado na pouca alternância das lideranças políticas à frente da poder público municipal, e pela constância dos mesmos partidos no poder durante a história, seja na esfera legislativa, seja na executiva. Tal afirmação pode ser comprovada pela verificação dos nomes que constam na Tabela 36.

Tabela 36 - Eleições de 1965 a 2000: Paragominas, Dom Eliseu e Ulianópolis.***a) Paragominas: (1965 – 2000)**

Período	Prefeito	Partido	Presidente da Câmara	Partido	Governador do estado	Partido	Presidente da república	Partido
1965 – 1968	*Amilcar Tocantins	–	–	–	Jarbas Passarinho/Alacid Nunes	Arena/Militar	Mal. Castelo Branco/Mal. Costa e Silva	- / ARENA
1967 – 1968	José Cardoso	Arena	–	–	Alacid Nunes	Militar	Marechal Costa e Silva	ARENA
1969 – 1970	Camilo Uliana	Arena	José Medeiros/Francisco Pinheiro	Arena	Alacid Nunes	Militar	Mal. Costa e Silva/Médici	ARENA
1970 – 1973	Fernando Santana	Arena	José Medeiros/Francisco Pinheiro	Arena	Fernando Guilhon/Aluísio Costa	Arena/Arena	Médici	ARENA
1973 – 1977	Antônio Dâmaso Nogueira	Arena	Djalma Soares/Euzébio José Alves	Suplente/Arena	Aluísio Costa	Arena	Médici/ Geisel	ARENA
1978 – 1980	Fausto Fernandes	Arena	Raimundo Nonato/Antonio Gomes	Arena	Alacid Nunes/Clóvis Silva	Militar/Arena	Geisel/Figueiredo	ARENA
1980 – 1983	Samuel Cardoso Câmara	Arena	José Bonifácio da Rocha	Suplente	Clóvis Silva/Alacid Nunes	Arena/Militar	Figueiredo	ARENA
1983 – 1988	Evandro Couto Moreira	PDS	Manoel Soares/Raimundo Nonato/Aloysio Novaes	PDS	Jader Barbalho	PMDB	Figueiredo/José Sarney	ARENA/PMDB
1989 – 1992	Samuel Cardoso Câmara	Arena	Paulo Mascarenhas/Mário Lombardi	PMDB/PFL	Jader Barbalho	PMDB	José Sarney/Fernando Collor	PMDB
1993 – 1996	Joel Pereira dos Santos	PDS	José Freitas/Hésio Moreira	PPR/PT B	Jader Barbalho	PMDB	Itamar Franco/Fernando Henrique Cardoso	PMDB/ PSDB
1997 - 2000	Sidney Jorge Rosa	PSDB	Olga Moreira/Hésio Moreira	PPB/PSDB	Almir Gabriel	PSDB	Fernando Henrique Cardoso	PSDB

* 1º interventor, como Paragominas não existiam eleitores, devido sua população ser constituída por pessoas vindas de outros Estados da Federação, por isso não havia na Cidade domicilio eleitoral.

Continua.

Continuação da Tabela 36.**b) Dom Eliseu: (1989 – 2000)**

Período	Prefeito	Partido	Presidente da Câmara	Partido	Governador do estado	Partido	Presidente da república	Partido
1989 – 1992	Antônio Jesus de Oliveira	PMDB	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	José Sarney/Fernando Collor	PMDB
1993 – 1996	Derme Mário Sperandio	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Itamar Franco/Fernando Henrique Cardoso	PMDB/PSDB
1997 - 2000	Antônio Jesus de Oliveira	PSDB	Sem informação	Sem informação	Almir Gabriel	PSDB	Fernando Henrique Cardoso	PSDB

c) Ulianópolis: (1993 – 2000)

Período	Prefeito	Partido	Presidente da Câmara	Partido	Governador do estado	Partido	Presidente da república	Partido
1993 – 1996	Rumão Freire Gama	PMDB	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Itamar Franco/Fernando Henrique Cardoso	PMDB/PSDB
1997 - 2000	José Carlos Poleze Zavarize	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Almir Gabriel	PSDB	Fernando Henrique Cardoso	PSDB

Fonte: Leal, 2000.

* Os espaços em branco correspondem a ausência de informações na fonte consultada.

Os partidos que dominam a prefeitura e a câmara municípios são geralmente ligados ao poder estadual e federal, e compõe o campo da direita do país. A participação e a existência de partidos de esquerda é muito baixo, e não há representantes desses partidos nas câmaras legislativas.

No território, uma das grandes personalidades política e o fazendeiro Sidney Rosa, que exerceu o cargo de prefeito por 2 mandatos e fez o seu sucessor, e ainda detém grande influencia na região.

Ulianópolis é um município criado a partir de cisão no seio da elite de Paragominas, por ação da família Uliana, que chegou a dominar a política em Paragominas, e daí se retirou devido a conflitos com outros grupos. Os Uliana dominam a política em Ulianópolis, cujo nome é, justamente, uma alusão a esta família. Hoje, eles disputam o poder com as famílias Zavarize e Resende, que têm se alternado no poder nos últimos anos.

A fragilidade dos partidos de esquerda faz com predomine na região uma espécie de predominância de um só partido na cena política, o que afeta negativamente a cultura política local Além disso, vive-se, nos municípios, uma carência de novas lideranças políticas, sociais e comunitárias, e mesmo as que surgiram foram cooptadas por partidos tradicionais.

A cooptação das lideranças locais por partidos tradicionais enfraqueceu o movimento comunitário e de bairros. Assim afirma Zé Wilson:

Na década de 1990 e 2000 uma importante liderança do PT e da Igreja Católica, conhecida como mineirinho, e o presidente do STR, seu Manoel (hoje o mesmo trabalha na prefeitura com assessor do Prefeito) abandonaram “subitamente” as fileiras dos movimentos sociais ou comunitários para integrar forças políticas comandadas pela elite econômica do território. Mais casos como esse podem ter ocorrido, enfraquecendo as entidades, associações de trabalhadores que haviam confiado nos seus representantes. A direita se deu conta das proporções ou rumos das organizações comunitárias e passou a agir/ ou se impor (do seu jeito).⁴³ (Informação verbal).

Essa situação produz um grande desânimo por parte da maioria das lideranças sociais, além de uma crise de organização e descrédito das organizações sociais, além de “servirem como má influencia as novas gerações” (Zé Wilson, liderança local) .

⁴³ WILSON, Zé. Entrevista concedida no dia 15 de outubro de 2006.

7.5.4 Desconfiança interpessoal e nas instituições políticas

A confiança inter-pessoal e nas instituições apresenta indicadores reduzidos no território analisado. O percentual de confiança entre os moradores é de apenas 27%, enquanto que 71,5% dos entrevistados responderam que não se pode confiar nas pessoas. Os resultados da pesquisa empírica apontam também para uma baixa confiança dos cidadãos em relação às instituições políticas. Com 97,8% de pouca confiança e não-confiança, considerado o universo de pessoas entrevistadas, o Congresso Nacional é a instituição com os piores índices de confiança, seguido pelos partidos políticos, com 94,8%, Assembléia Legislativa, 94,6%, Câmara Municipal, 93,8%, governo estadual, 92,5%, governo federal (89%), e governo municipal, 85,5%. Outras instituições sociais como os meios de comunicação social (74,3%), associações comunitárias (70,3%), judiciário (71,6%), sindicatos (75,3%) e polícia (78,5%), também apresentaram elevados índices de pouca confiança e não-confiança. Um alto índice de confiança existe apenas em duas instituições: na família e na igreja, com 90% e 60,8%, respectivamente.

7.6 CRESCIMENTO DO PIB E AUMENTO DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA

O território mostra um aumento anual do PIB e, conseqüentemente, uma elevação da renda per capita dos municípios, sendo que esse fator não se traduz em melhoria da qualidade de vida e de acesso à renda pelas camadas mais pobres. Isso fica evidente no aumento da concentração de renda e apropriação dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres.

Os dados referentes à concentração de renda no território mostram que ela apresenta uma tendência a ser ainda mais concentrada (Tabelas 38 e 39). No âmbito da formação do capital social, esse elemento aponta para o crescimento da pobreza e da miséria.

Tabela 37 - Produto interno bruto a preço de mercado e produto interno bruto per capita no território de Paragominas de 1999 a 2004.

ESTADO E TERRITÓRIO	PRODUTO INTERNO BRUTO											
	1999		2000		2001		2002		2003		2004	
	A preço de mercado corrente (1000 R\$)	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (R\$ 1000)	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (R\$ 1000)	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (R\$ 1000)	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (1000 R\$)	Per capita (R\$)	A preço de mercado corrente (R\$ 1000)	Per capita (R\$)
Território	495672	3817	522459	3923	940.285	14.387	1.084.848	1.653.442	940.285	14.387	1.084.848	1.653.442
Estado do Pará	16 673 915	2 710	18 913 684	3 007	29.215.268	4.367	34.195.676	4.992	29.215.268	4.367	34.195.676	4.992

Fonte: IBGE (1999/ 2002).

Tabela 38 - Coeficiente ou Índice de Gini.

Indicadores	Gini-Renda	
	1991	2000
Dom Eliseu	0,54	0,65
Paragominas	0,54	0,61
Ulianópolis	0,6	0,75
Pará	0,62	0,66
Brasil	0,63	0,65

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

Tabela 39 - Renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos.

Município	Renda apropriada pelos 20% mais pobres	Renda apropriada pelos 20% mais ricos
	%	
Brasil	2,5	61,9
Pará	2	64,3
Dom Eliseu	1,8	68,1
Paragominas	2,4	64,9
Ulianópolis	1,8	76,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

O aumento da concentração de renda traduz uma estratificação socioeconômica, e na arena política há que se reconhecer a diferenciação dos interesses e objetivos dos distintos atores coletivos da sociedade civil e a dimensão do conflito que está presente em suas relações.

A possibilidade de um desenvolvimento endógeno parece residir em uma percepção dessas diferenças de interesses e objetivos e da adoção de um método de negociações que traga para a arena pública os interesses em conflito e permita, frente aos casos concretos que se coloquem, o estabelecimento de acordos que se fundem na afirmação do interesse público na perspectiva da superação da exclusão social e das desigualdades sociais.

A questão do desenvolvimento endógeno adquire uma feição muito mais política que econômica. Trata da possibilidade da inclusão de novos atores coletivos na negociação e definição do que se entende por interesse público e na definição de políticas públicas que contemplem seus interesses e necessidades. Assim,

A questão da participação popular ganha importância porque estes setores populares têm interesses e valores a defender, porque todos têm que poder expressar-se... porque a expressão do conflito nesses novos espaços públicos

pode ser positiva, porque a cooperação social é necessária, e os poderes públicos necessitam de interlocutores. E, sobretudo, porque mediante a participação é possível que se expressem os coletivos mais débeis ou vulneráveis, os menos escutados, e é uma responsabilidade dos governos locais dar-lhes a palavra (BORJA, 2002, p. 85).

Construída desta forma, a problematização das possibilidades do desenvolvimento endógeno remete à questão da participação cidadã, da democratização dos governos locais e do espaço público, da construção de um movimento que se contraponha ao modelo neoliberal e seja portador de projetos que afirmem a universalização dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A forte concentração, que no território apresenta um ritmo de crescimento, apresenta-se como um limite para o empoderamento de atores sociais e, conseqüentemente, um afastamento das camadas empobrecidas.

8 LIMITAÇÕES AO ENRAIZAMENTO ENDÓGENO DO DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO DE PARAGOMINAS: HERANÇAS PERVERSAS ASSOCIADAS AO UM MODELO EXÓGENO E HOMOGENEIZADOR

As análises dos dados econômicos, sociais e políticos permitem identificar os principais limites ao processo de endoneização do desenvolvimento no território de Paragominas. Sendo assim, buscamos apresentar abaixo os principais fatores impedem ou limitam o desenvolvimento endógeno no território de Paragominas.

Para Amaral Filho (2001), o desenvolvimento endógeno constitui um modelo alternativo, construído de “baixo para cima”, fortemente enraizado nas potencialidades locais, sociais e econômicas e assim comprometido com a dinâmica local. Esse modelo endógeno se constitui numa alternativa ao modelo implantado de “cima para baixo”, como os grandes projetos estruturantes, que visam não ao desenvolvimento local, e sim atender às demandas de insumo-produto nacional.

O modelo alternativo de desenvolvimento sugerido pelas correntes examinadas pode ser definido como um modelo endógeno construído "de baixo para cima", ou seja, partindo das potencialidades sócio-econômicas originais do local, no lugar de um modelo de desenvolvimento "de cima para baixo", isto é, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo Estado nacional. Esta última modalidade pode ser associada àqueles casos de

implantação de grandes projetos estruturantes que procura satisfazer a coerência de uma matriz de insumo-produto nacional. Um outro aspecto desse modelo está associado ao perfil e à estrutura do sistema produtivo local, ou seja, um sistema com coerência interna, aderência ao local e sintonia com o movimento mundial dos fatores (AMARAL FILHO, 2001, p. 6).

Amaral Filho (2001, p. 7), citando Garofoli,⁴⁴ um dos estudiosos do modelo endógeno, diz que “entre os modelos de desenvolvimento endógeno os casos mais interessantes e paradigmáticos são aqueles constituídos pelos sistemas de pequenas empresas ou pequenos empreendimentos circunscritos a um território (tipo território-sistema ou distrito industrial)”.

Assim, um desenvolvimento endógeno necessita de um “sistema que produz verdadeiras ‘intensificações localizadas’ de economias externas, que determinam intensas aglomerações de empresas, fabricando o mesmo produto ou gravitando em torno de uma produção ‘típica’” (AMARAL FILHO, 2001, p. 06)

Para Vásquez Barquero (2001) um forte grau de relações entre as empresas e os agentes possibilita a constituição de uma rede de relações materiais, de informações ou tecnológicos, fundamentais para o desenvolvimento endógeno, num contexto marcado pela reciprocidade. Essa rede que vai garantir a sobrevivência do grupo diante da rivalidade do mercado. “Os sistemas produtivos locais, por outro lado, constituem um tipo especial de rede, marcada pelo forte enraizamento no território e pela manutenção das relações comerciais baseado, sobretudo na confiança” (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001, p. 98).

E ainda é fundamental a existência de um grau de autonomia nos ramos comerciais, tecnológico e financeiro, que ainda, segundo Garofoli⁴⁵ *apud* Amaral Filho (2001), essa autonomia relativa é consequência de numerosas inter-relações entre as empresas e os diferentes setores produtivos locais e, também, entre os sistemas produtivos, o ambiente e o contexto locais (AMARAL FILHO, 2001, p. 6).

Segundo Vásquez Barquero (2001), quando se fala em rede precisamos ter clara a idéia que ela pode ser formal ou informal, isto é, tácita e espontânea, o que depende dos contatos pessoais entre os atores e as empresas. As redes formais e tácitas estão relacionadas às organizações, como bancos, empresas de serviços; e as redes espontâneas e informais se vinculam a famílias, amigos e companheiros.

⁴⁴ GAROFOLI, G. *Les Systemes de Petites entreprises uns cós paradigmatiche de development: the case of postwar United States. Revue d’Economie Regionale et Urbaine*, n. 5, Paris. 1992

⁴⁵ Ver nota 26.

As primeiras fornecem informações e, eventualmente, proporcionam os recursos necessários à formação e à operação inicial de uma empresa, colaborando, também, para as trocas de bens e de conhecimentos nos sistemas produtivos locais. As redes de empresas, por seu turno, contribuem com informações sobre negócios, assessoramento técnico, recursos financeiros e matérias e, inclusive, permitem firmar alianças estratégicas visando enfrentar outras empresas e grupos rivais (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 99).

As relações formais tecidas são fundamentais para o fortalecimento do compromisso e cooperação entre empresas, a segunda relação informal e espontânea vai fortalecer os laços dessa relação, que em alguns casos podem desempenhar um papel estratégico nos negócios.

[As relações formais] [...] baseiam-se nos contatos pessoais mantidos pelos atores e fortalecem-se à medida que os laços entre as empresas perduram no tempo e fazem frutificar os resultados das relações. Às vezes, podem chegar a desempenhar um papel estratégico nos negócios, pelo fato de serem sempre um referente e, com frequência, substituírem as avaliações profissionais ao ser iniciado um negócio ou no seu transcorrer (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 100).

Para o sucesso das empresas, o local assume um papel importante, já que é no local que se encontram “os recursos e as relações necessárias para o desenvolvimento da atividade produtiva” e um contexto econômico, social e institucional proporciona às empresas locais todos os elementos necessários para identificar e tirar proveito das oportunidades surgidas nos mercados (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001, p. 100).

A formação de rede é um dos principais mecanismos do desenvolvimento endógeno. Nesse sentido, precisamos compreender qual o ambiente constituído no decorrer da história de Paragominas, elemento fundamental para endogeneizar o desenvolvimento, sendo que este precisa ser compreendido na dinâmica em que foi estabelecida a formação da região.

Como podemos perceber no histórico de sua formação, constituiu-se o território com a imposição de uma estrutura fundiária arcaica e concentradora, beneficiada pelas infra-estruturas construídas na região.

As transformações desenfreadas dos sistemas de produção agrária e propriedade da terra, junto com a integração viária da Região ao resto do país, estão aniquilando rapidamente as chances para a maioria dos povoadores melhorarem sua sorte e fixar-se à terra. As atividades agropecuárias foram implantadas em áreas, até então dominadas pela extração vegetal e animal, na Amazônia Oriental (Pará e Amapá) nos anos [19]60 e na Amazônia Ocidental subsequente. Paralelamente a esta transformação agrária, ocorreu uma concentração significativa da estrutura fundiária (MARTINS, 1989, p. 77).

Para Martins (1989, p. 78), a Amazônia recebeu mais do que o modelo de desenvolvimento econômico; o capitalismo foi o modelo político “autoritário fundado na propriedade da terra e na renda fundiária”. Tal modelo se configura na formação de uma elite autoritária, calcada nos lucros auferidos pela propriedade fundiária “especulativa e improdutiva de riqueza, em que a natureza rentista da classe dominante impõe ao país um modelo capitalista da natureza tributária” (MARTINS, 1989, p. 78). Prossegue o autor:

A Amazônia tornou-se uma espécie de colônia do grande capital, fonte de ganhos especulativos decorrentes da elevação da renda fundiária produzida pela abertura de estradas e ampliação de infra-estrutura econômica, pelo governo. Também são ganhos que não decorrem diretamente da própria produção do setor, mas dos incentivos fiscais, mediante os quais o governo transfere renda de outros setores para aqueles de base agrária (MARTINS, 1989, p. 80).

Esse modelo descrito por Martins (1989) produziu um território cheio de limitações e barreiras para constituição de um desenvolvimento endógeno capaz de garantir uma região com autônoma frente à ação do capital. Neste contexto, iremos apresentar, a partir dos resultados da pesquisa de campo e da análise dos dados secundários, as limitações ao enraizamento endógeno do desenvolvimento no território de Paragominas.

8.1 FATORES HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E O BLOQUEIO À CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O desenvolvimento endógeno se baseia na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas, visando à realização do potencial endógeno e, conseqüentemente, dinamizando a sociedade e o desenvolvimento local, criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas (AMARAL FILHO, 1996). Sem dúvida, umas das principais contribuições da teoria endogenista foi verificar como instituições e fatores de produção, como capital social, capital humano e capital imaterial (conhecimento, pesquisa & desenvolvimento e informação) poderiam ser gerenciados de dentro da região e não mais “a partir de fora”, como proposto nos anos 60 e 70 do século XX (VÁSQUEZ BARQUERO, 2001).

Portanto, para compreendermos em que estágio de desenvolvimento ou crescimento se encontra uma região, é fundamental compreendermos como os atores que determinam e influenciam a região se relacionam com ela. Precisamos compreender como essa forma de relacionamento produziu o chamado capital social. O capital social, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas, que resultam em benefício para toda a comunidade. Os fatores históricos e socioculturais, como tradições cívicas, capital social e cooperação, têm papel decisivo na explicação das diferenças regionais (PUTNAM, 2000). Onde há tradição comunitária, a recorrência de compras e vendas e de trocas de informações faz nascer relações de fidelidade entre clientes e fornecedores.

No território de Paragominas, conforme já dito, grande parte dos migrantes veio de estados como Minas e Goiás, destacando-se, neste universo, os fazendeiros ligados à UDR. Para análise dos atores produtivos da região, estabelecemos como categoria de análise do mesmo a do “aventureiro” e do “trabalhador”, desenvolvido por Sergio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*.

Para Holanda (1995, p. 44), quando tratamos de formas coletivas de vida, pode-se apontar dois princípios que estão presente nas “diversas atividades do homem”. Esses dois princípios são: o do tipo aventureiro e o do trabalhador. Para este autor, esses princípios se manifestam nas sociedades rudimentares, na figura dos povos caçadores, coletores e lavradores. O aventureiro se diferencia do trabalhador por que, para ele, “o objetivo final, mira de todo o esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundário, quase supérfluos, todo o processo intermediário. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore” (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 44)

Holanda (1995) diz que o aventureiro ignora a fronteira, move-se por uma sede de ambição, fazendo que tudo que possa lhe servir como barreira possa ser superado, transposto. Seu espaço, como a sua ambição, não tem limite. “Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, com quer que se exija um obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes” (HOLANDA, 1995, p. 44).

Já o trabalhador é um tipo humano que “enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo” (HOLANDA, 1995, p. 44), tira proveito do insignificante, numa ação calculando todas as possibilidades. O tipo trabalhador não é audacioso, irresponsável. Para o autor em questão, ele se relaciona com “a concepção espaçosa do mundo”. Buarque de Holanda (1995, p. 44), assim define assim o tipo trabalhador:

O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo de proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo.

Para Holanda (1995, p. 44), existe uma ética bem definida entre esses dois tipos humanos, que são completamente opostas uma da outra; o indivíduo trabalhador somente “atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar”, enquanto o aventureiro visa sempre a garantir que “as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata”. Nesse sentido, o esforço sem perspectiva de rápido proveito material em inconcebível para o aventureiro.

A importância dessa formulação teórica serve de instrumento para ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais, pois, para Buarque de Holanda (1995, p. 44-45), “ambos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações e é claro que, em estado puro, nem o aventureiro, nem o trabalhador possuem existência real fora do mundo das idéias”.

Esses conceitos – trabalhador e aventureiro – tal como concebido por Sérgio Buarque de Holanda, constituem conceito-chave para compreendemos como os “pioneiros” se relacionaram com a região de Paragominas.

Para Fernandes (1999), os grupos que vieram em busca das terras paraenses e se estalaram na região entre os rios Gurupi e Capim (Paragominas) eram “homens de negócio” com tradição agrária, ligados à atividade agropecuária e agro-industrial.

Para Leal (2000), os grandes proprietários, como sonhava o fundador Célio Miranda, goiano, surgiram a partir da vinda de pessoas oriundas de diversas partes do país. Nas palavras do Ministro Extraordinário para coordenação dos Organismos Regionais, em matéria publicada no Jornal do Brasil de 18 de agosto de 1964, Paragominas nasce como um “esforço privado”, conduzido pelos fazendeiros, como diz a matéria assinada por Sérgio Galvão:

A 160 quilômetros de Belém, num ponto próximo da BR-14, surgiu um núcleo populacional que está atraindo grandes inversões de capitais, mais que já esteve perto do colapso várias vezes, em virtude do abandono em que se encontrava a Belém-Brasília durante os dois últimos anos. Paragominas é a cidade e seu progresso depende da rodovia, pela qual escoam a sua produção, cada vez maior.

O ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, General Cordeiro de Farias, que esteve em Paragominas recentemente, disse aos fazendeiros da região: “O que o esforço privado pode fazer os senhores

estão realizando. Espero voltar aqui e encontrar esta terra bastante próspera e uma das melhores do Pará” (GALVÃO⁴⁶ *apud* LEAL, 2000, p. 171).

Um anúncio publicado na “Folha de São Paulo”, intitulado “Terras no Pará”, apresentava um texto dizendo:

O Brasil precisa de exportações para garantir a sua balança de pagamento: o Brasil terá na exportação da carne o seu melhor mercado de moedas fortes VA, V ajudar o Brasil a construir esse mercado de moedas fortes. Vá V. produzir a Carne mais Barata do mundo nas famosas e fertilíssimas terras de Paragominas entre o Rio Gurupi e Capim (FOLHA...⁴⁷ *apud* LEAL, 2000, p. 275).

Na continuação, o mesmo cartaz apresenta as vantagens naturais, como temperatura, vegetação e a infra-estrutura, no caso a Belém-Brasília, e para encerrar a divulgação da região dizia: “pegue o seu automóvel e vá com a sua família conhecer a região de Paragominas pronta para ser desbravada” (FOLHA...⁴⁸ *apud* LEAL, 2000, p.275). Leal (2000, p. 275) diz que os primeiros “investidores afluíram para região, instalando-se em diversas áreas, iniciando o destino econômico destas terras com abertura de grandes fazendas e formação de pastagem de capim colônio que brotava da terra virgem com pujança”.

Para Becker (1991), a criação de gado bovino para corte é a principal forma de organização da atividade produtiva nas terras de fronteira. A escolha pela pecuária extensiva pode ser explicada pela sua capacidade em capitalizar a agricultura em curto prazo e, ao mesmo tempo, justificar a apropriação de grandes quantidades de terra por poucos.

Assim, o povoamento do território de Paragominas foi caracterizado, no que se refere à ocupação da terra, por grandes fazendas, ocupando as situadas às margens das rodovias e dos rios, pertencentes a uma elite agrária latifundiária e com ânsia de prosperidade sem custo, de posições e riquezas fáceis. Essa ânsia por lucro produziu um forte processo de privatização das terras, paralelamente à construção da Belém-Brasília. Especificamente em Paragominas, grande parte das terras foi apropriada entre 1958 e 1960, sendo somente em 1968 que iniciaram o processo de titulação, motivado, segundo Fernandes (1999), pela chegada de novos grupos que concorrerem com os “desbravadores”.

⁴⁶ Galvão, S. Destino de Paragominas, a mais nova cidade do Pará, depende da Belém-Brasília. **Jornal do Brasil**, 18 de agosto de 1964.

⁴⁷ Anúncio sobre Paragominas intitulado “Terras no Pará”, publicado na Folha de São Paulo em 1960. In: Leal (2000, p. 275).

⁴⁸ Anúncio sobre Paragominas intitulado “Terras no Pará”, publicado na Folha de São Paulo em 1960. In: Leal (2000, p. 275).

Fernandes (1999, p. 65), quando apresenta a composição dos primeiros desbravadores de Paragominas, diz que “Quanto à origem, foram mineiros, goianos e capixabas os que primeiros se apropriaram de terras na região de Paragominas. Todavia, destaca-se, também, nos desbravamentos desta área, a presença dos paraenses, especialmente dos fazendeiros do Marajó”.

O gráfico abaixo (Figura 7), construído por Fernandes (1999) com base nos dados fornecidos pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) indicada que somente 5 títulos foram requeridos em 1967, sendo que um ano depois esse número passa para 309, o que comprova a corrida dos proprietários.

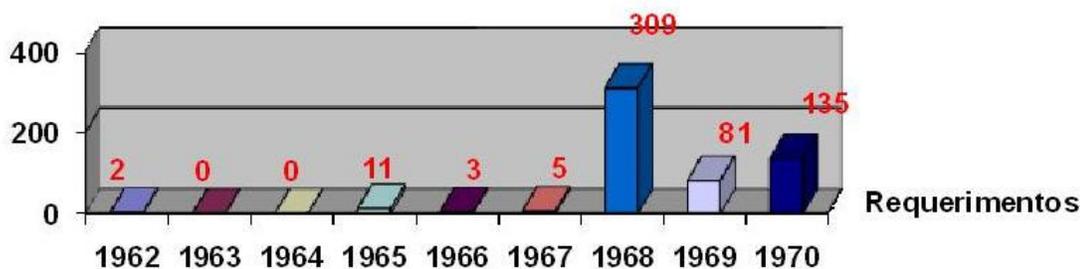


Grafico 4 - Títulos de propriedade de terras requeridas ao ITERPA.

Fonte: Fernandes (1999).

O crescimento da solicitação de titulação de terra, com mais ênfase a partir de 1968, deu-se dentro de um novo processo de privatização das terras de Paragominas, fortemente direcionado por benefícios fiscais e financeiros concedidos pelo Governo, por intermédio de seus programas e órgãos, como o PROTERRA, SUDAM e bancos oficiais. Assim, diz a matéria vinculada no jornal Paragominas, de 1975.

A política de incentivos fiscais do Governo Federal através do Banco do Brasil em favor do processo sócio-econômico da indústria agropecuária, está sendo alvo de atenção especial por parte dos pecuaristas estabelecidos na região sul do Pará, que graças a eles estão conseguindo levar à frente uma série de projeto que assinalarão, em futuro bem próximo, a redenção de Paragominas como um dos pólos vitais do progresso (LEAL, 2000, p. 278).

Para Leal (2000), esse processo garantia a construção do território de Paragominas, possibilitando a vinda de novas famílias, com destaque para os baianos, atraídos pela vontade de prosperar em terras Amazônicas.

A construção histórica do território de Paragominas possibilita estabelecermos pontos de relação com a construção da categoria “aventureiro”, de Sérgio Buarque de Holanda. Esta categoria foi forjada por Holanda (1995) para melhor explicar o papel do português na formação do Brasil. É evidente que o processo de integração da região amazônica e a dinâmica de expansão do capital da década de 1960 apresenta diversas diferenças em relação ao período colonial, e também algumas semelhanças, já que o processo de apropriação ocorreu no sentido de enquadrar a região a uma dinâmica externa. O que para Maués (1999) se caracteriza como um colonialismo interno.

Poderíamos dizer que o aventureiro que veio para região de Paragominas, o qual foi batizado por Leal (2000) de “pioneiro”, assume as seguintes características:

- a) É um pecuarista, que possui experiência em outras partes do Brasil.
- b) Tem sua atividade econômica ligada ao latifúndio, à pecuária e à monocultura, tanto é que vê a natureza como obstáculo a ser superado. Segundo Veríssimo *et al.* (1996, p. 59), a pecuária implantada “a partir de 1965, é responsável pelo desmatamento de cerca 25% da região”.
- c) Possui terras em outras regiões do país, ou em outras regiões do Estado do Pará, o que fica claro quando Fernandes (1999, p. 67) relata que a direção da cidade ficou por algum tempo nas mãos dos marajoaras “porque todos os demais cidadãos fazendeiros da região não tinham domicílios eleitorais”.
- d) Foram atraídos pela vontade de construir riquezas em curto prazo, favorecendo-se dos incentivos e infra-estrutura construída pelo Estado.

Portanto, a narrativa oficial do território conta a história de um pioneiro, que veio atrás de riqueza e que viu na abundância natural da região e na infra-estrutura construída pelo Estado um trampolim para o seu propósito ambicioso. A narrativa oficial pouco apresentou o papel do trabalhador, como concebido por Holanda, o que dá a impressão de que o mesmo teve um papel limitado, quase nulo, na construção do município de Paragominas.

8.2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ACESSO À TERRA

No caso do território de Paragominas, um dos principais fatores responsáveis pela persistência das iniquidades sociais no campo é a concentração fundiária, explicada tanto por raízes históricas nacionais, regionais e locais, quanto pela insuficiência das políticas de reforma agrária e promoção da agricultura familiar.

A concentração fundiária no território de Paragominas atingiu índices muito elevados, o que reforçou o caráter excludente do modelo de desenvolvimento agropecuário. A produção de subsistência foi sendo eliminada e os produtores expulsos para os centros urbanos, passando grande parte dos minifúndios a funcionar como moradia de famílias e não mais como unidades de produção, anteriormente dedicadas à agropecuária de pequena escala. O acesso ao crédito rural, e mesmo às linhas do PRONAF, é restrito a um grupo reduzido de

grandes proprietários, pois a maioria dos agricultores familiares não dispõe de documentação fundiária hábil, ou possuem tão pouca terra que esta não é suficiente para sua subsistência ou, ainda, para garantir empréstimos bancários. Evidentemente, políticas adequadas a cada situação poderão garantir que um grande número de agricultores e trabalhadores rurais ascendam às políticas públicas que os beneficiem, ampliando consideravelmente a possibilidade de construção de capital social no território.

A realização da reforma agrária deve se dar enquanto medida estratégica de expansão e fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, depende de uma política agrária abrangente que permita o acesso à terra a todos os trabalhadores e trabalhadoras sem terra, ou com terra insuficiente para assegurar o seu desenvolvimento. A distribuição da terra terá que estar aliada a políticas e serviços que assegurem à agricultura familiar as condições de atuar como fomentadora e sustentadora do desenvolvimento local sustentável. Portanto, um programa de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais, com alcance nacional, pressupõe uma decidida alteração do quadro fundiário do território, pois se desconcentrando as terras, também se desconcentrarão as condições de desenvolvimento de trabalhadores e trabalhadoras, que vivem e trabalham a terra com suas famílias.

8.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Evidentemente, a questão do desenvolvimento estará no centro dos problemas quando da generalização do enfoque territorial. Deverá oferecer um desafio notável vencer a tradição de enxergar o desenvolvimento como a soma do crescimento de diversos setores econômicos ou sociais. Em muitos casos, as políticas públicas serviram para fortalecer no território de Paragominas uma prática que serve à exclusão de largas parcelas “esquecidas” da sociedade brasileira, tais como os habitantes da zona rural.

Certamente outro aspecto a ser superado tem a ver com a centralização dos conhecimentos e das informações, e a sua utilização restrita a setores econômicos ou a grupos sociais. A gestão democrática do conhecimento e informação pode equilibrar as forças nessa luta pela generalização do desenvolvimento, do acesso a oportunidades e ao bem estar da população.

Neste caso, o problema tem de ser atacado pelo lado da educação, da qualificação e da capacitação, tanto para o trabalho quanto para a participação e a cidadania. A generalização

do conhecimento implica a manutenção de serviços de animação e extensão, disseminação de centros de informação e promoção rural, ampliação do acesso digital e emprego de tecnologias avançadas de informação e educação.

A fragilidade das estruturas políticas complementa o quadro de dificuldades, já que as administrações municipais do território seriam, idealmente, os principais vetores do desenvolvimento descentralizado, mas a falta de capacidades (leia-se escasso capital humano e social), a baixa governabilidade e a insuficiência de recursos financeiros, impelem boa parte da gestão pública local para práticas rotineiras, quando não meramente assistencialistas e de duvidosa transparência.

8.4 RECURSOS FINANCEIROS PARA INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Para se vencer dificuldades estruturais expressivas é absolutamente necessário que o poder público redirecione seus investimentos, segundo as demandas explicitadas no processo de desenvolvimento territorial. Principalmente quanto à formação, ou reconstrução, do capital humano, do capital social e da infraestrutura social e econômica, à oferta de serviços públicos básicos e assistência técnica de qualidade, não há como imaginar mudanças sem investimentos consistentes durante alguns anos.

Somente após a maturação dos investimentos públicos, e a dinamização das economias e sociedades territoriais, será possível pensar em um processo de iniciativas autônomas, por competências locais, pela dinâmica dos mercados, pelos conhecimentos acumulados e pelas oportunidades dos negócios.

Além das questões estruturais, estão aí as questões emergenciais, como acesso à terra, fome, pobreza, indigência, doenças endêmicas, habitação, segurança e trabalho. São muito graves, mas são passíveis de políticas localizadas e focadas em grupos mais expostos aos riscos sociais e às dificuldades impostas pela realidade econômica.

É possível nutrir a esperança de que estes problemas estarão com seus dias contados caso sejam combatidos seus efeitos, mas, principalmente, sejam combatidas as suas causas. Os efeitos se combatem com facilitação no acesso à terra, rede de proteção social, ações emergenciais de distribuição de alimentos, atenção à saúde, moradia e saneamento básico, dentre outros. Mas as causas somente serão extirpadas se combatermos vigorosamente as carências estruturais.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação procurou ser uma tentativa de compreensão do processo de desenvolvimento em curso no território de Paragominas, cuja ocupação sistemática principiou em fins dos anos 1950. Nesse sentido, seria prematuro tentar elaborar, no âmbito das conclusões deste trabalho, uma síntese interpretativa capaz de integrar os resultados aqui expostos em um quadro explicativo. Esta tarefa exige um processo de reflexão mais orgânico, capaz de agregar outras informações, imprescindíveis para uma compreensão aprofundada da dinâmica de desenvolvimento da região e a sua endogeneização.

Seria necessária, inclusive, a realização de novas pesquisas que analisassem outras variáveis, que permitam identificar tendências considerando um período mais longo de tempo. No entanto, é possível, desde já, indicar constatações que permitem delinear um dos traços mais gerais de uma síntese interpretativa.

O território de Paragominas – composto pelos municípios de Dom Eliseu, Ulianópolis e Paragominas – começou a ser estruturado no contexto do governo de Juscelino Kubitschek, marcado pelo um processo de industrialização forçada e que contribuiu para acentuar, por meio de políticas de integração nacional, as desigualdades intra e inter-regionais na alocação de recursos, bem como no perfil de distribuição da renda. Aliado a isso, a rápida urbanização concentrou pessoas e mazelas sociais, incrementando a demanda por habitação, transportes, saneamento, segurança e outros bens coletivos. Nesse contexto, o território foi construído a par da ação e dos interesses de fazendeiros, com o desejo de construir riqueza em curto prazo a custa da exploração dos recursos naturais.

Uma das mais freqüentes reclamações dos moradores do território, de fazendeiros, produtores de grãos, lideranças sociais e trabalhadores é a ausência de cooperação forte e capaz de pressionar o governo a implementar políticas públicas. É evidente que os aspectos da formação histórica do território têm grande influência na ausência de cooperação no território, bem como a estrutura econômica.

Dados da pesquisa indicam o predomínio de uma concepção “aventureira” da busca constante do lucro e de retorno imediatos, sem a preocupação futura de potencializar o território. Além disso, constituiu-se uma elite ligada à UDR, gerando uma disputa com a tradicional elite do Estado, que tinha origem no Marajó e em Belém, gerando, assim, um conflito entre os “marajoaras” e os “desbravadores”. Desse processo, formou-se uma elite individualista, orientada pela competitividade e busca do lucro, e que não sente a necessidade

de se articular e constituir redes de cooperação em vista de um desenvolvimento endógeno. Sendo que essa tendência se fortalece na medida em que os grandes pecuaristas e madeireiros não tinham a região como ponto de fixação, e sim apenas como espaço comercial, onde se vive apenas o tempo necessário para ganhar dinheiro, para explorar a terra e seus recursos. É assim, que no território de Paragominas, constitui-se uma economia de base primária e sem perspectivas de uma maior verticalização da produção.

Para que haja desenvolvimento endógeno, é fundamental que a tendência decrescente dos retornos do capital seja eliminada. Assim, fatores como inovação tecnológica endógena (que surge como resultado dos esforços dos agentes produtivos para maximizarem seus lucros), **capital humano** (o estoque de conhecimento dos agentes econômicos) e os **arranjos institucionais** (incluindo aí a política governamental e a organização da sociedade civil) passem a assumir um papel crucial no crescimento contínuo da renda per capita em qualquer sistema econômico.

Os dados analisados permitem, inclusive, dizer que houve um declínio dos níveis de participação político-social (capital social) no território nos últimos anos. Revelou-se a incidência de práticas cada vez menos recorrentes de ações cooperativas, associativistas, participativas e comunitárias, causando variações negativas nos níveis de capital social. Também se comprovou que a redução de práticas participativas e de confiança causou maior fragmentação social, insegurança, clientelismo político e aumento da concentração de renda. Nota-se, assim, que a redução da participação cívica e do capital social de um território podem inibir o crescimento econômico e o desenvolvimento social, bem como aumentar a fragmentação social e reduzir o desempenho político e a estabilidade democrática de um país, de uma região, de um município.

No âmbito da formulação de inovações tecnológicas endógenas, percebemos que toda a pesquisa e investimento nessa área se voltam para um aumento da produtividade nas fazendas, com destaque, na atual década (2000), para a produção de grãos. A EMBRAPA desenvolve pesquisas para melhorar o cultivo de soja e para implementação do algodão, porém, a tecnologia não vem ao encontro das necessidades locais de sustentabilidade.

A estrutura social do território de Paragominas construída nos últimos 50 anos impõe uma grande fragilidade à população local, que possui 25,5% de analfabetos e 81% da população com menos de oito anos de estudo. O município tem uma média de estudo de 3,9 anos por habitante, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2003).

Portanto, a um baixo investimento em capital humano, entendido aqui como um conjunto de conhecimentos, treino e capacidades das pessoas que lhes permitem realizar

trabalhos úteis com diferentes graus de complexidade e especialização, corresponde uma imensa debilidade socioeconômica nos municípios analisados.

Quando analisamos os dados referentes à renda, pobreza e desigualdade, percebemos que entre 1991 e 2000 a renda per capita média aumentou de R\$ 131,3 para R\$ 166,0 e, a proporção de pobres caiu de 54,2% para 49,8%, contudo, a concentração de renda aumentou, passando de 0,54 em 1991 para 0,61 em 2000, sendo que os 20% mais ricos ficaram com 64,9% da renda, e os 20% mais pobres com apenas 2,4%. Isto revela que as dinâmicas econômicas continuam aprofundando as diferenças de renda. Esse fator influencia fortemente os atores sociais, que com o crescimento da pobreza buscam cada vez mais soluções imediatas, em detrimento de projetos estratégicos em longo prazo. É exemplar, neste sentido, o caso dos sindicatos de trabalhadores rurais de Paragominas, que tem como principal ação um laboratório ambulante de tratamento odontológico, com apoio da prefeitura municipal.

A mesma mentalidade “desbravadora” norteia a relação da economia com a natureza. A pecuária extensiva, a extração de madeira e o monocultivo mecanizado de grãos produziram uma paisagem degradada que motiva a entrada de novas dinâmicas econômicas igualmente degradadoras. Especificamente no tocante à soja, argumenta-se que a região já é degradada, e por isso pode suportar qualquer atividade econômica.

Existem estudos que mostram que a realidade é outra, pois a introdução da produção de grãos acelerou a poluição e contaminação dos rios, e áreas que deveriam ser destinadas à conservação foram reduzidas. As populações das terras indígenas e os pequenos produtores passaram a sofrer pressão dos avanços dos pecuaristas, que forçam a expansão dos cultivos sobre as terras dos mais fracos.

Verifica-se, em face da história e da dinâmica do território de Paragominas, que há poucas alternativas para um processo mais eficaz de diversificação, até porque as lógicas de implantação das atividades econômicas sinalizam para uma crescente homogeneização econômica e social, marcada pela constituição de uma população que pouco conhece e pratica a cidadania, sem acesso à escola, à cultura acadêmica e à informação mais global.

Vejamos alguns números que corroboram a idéia exposta no parágrafo anterior. O Município de Paragominas possui uma população de 74.450 habitantes, porém, apresenta apenas uma escola de ensino médio, apenas 6 cursos universitários oferecidos por um instituições públicas (UEPA), e não possui um núcleo da universidade federal.

Paragominas, Dom Eliseu e Ulianópolis representam, hoje, municípios formados a partir da fazenda e a serviço de elites que conduzem a economia de forma autoritária, o que se expressa também na relação com a comunidade e com os movimentos sociais, que pouco

conseguiram florescer, pois a cultura política imposta não permite que eles elaborem mecanismos que promovam a circulação da informação, além da captação de investimentos em educação e a disseminação de uma cultura cívica. Nota-se a reprodução das práticas de não-participação no reduzido número de movimentos sociais e entidades que influenciem no desenvolvimento local, promovendo, quiçá, a organização dos trabalhadores em prol da reivindicação e acompanhamento de políticas públicas efetivas que superem, inclusive, o assistencialismo exercido, a par com o paternalismo e coronelismo dos políticos, por meio de serviço de saúde, odontológico etc.

A dinâmica econômica do território de Paragominas está baseada na predominância do mercado externo, com sua produção concentrada no setor primário, o que caracteriza economias dependentes de elementos exógenos, e praticamente incontrolável sob uma lógica local (endógena). É precisamente neste contexto que as restrições tecnológicas e de capitais se fazem presentes e retardam o desenvolvimento num aspecto mais amplo e enraizado, restando atender às demandas impostas com o objetivo de ampliar a exploração dos recursos naturais e humanos, deteriorando os principais fatores de dinamização de um desenvolvimento endógeno.

Portanto, nas quatro décadas de intensas e diversas atividades econômicas implantadas no território de Paragominas, priorizou-se uma economia degradadora e excludente, voltada para atender demandas externas e para favorecer grupos econômicos comumente desvinculados da realidade local, fato esse que se observa na desvalorização de processos voltados para atender às necessidades locais, como é o caso da agricultura familiar. Ou seja, ao longo do tempo não se criou uma sinergia que favorecesse a construção de uma estratégia permanente de mobilização e organização voltada para a transformação de possibilidades externas em oportunidade internas.

Nestes termos, o território de Paragominas representa um grande desafio às forças que desejam construir um novo modelo de desenvolvimento, pautado na valorização das riquezas naturais e humanas locais/regionais. Sendo que, para que o ocorra um verdadeiro e consistente desenvolvimento endógeno, é de fundamental importância a mobilização e participação das forças sociais solidárias e de sujeitos sociais e políticos que foram excluídos dos processos políticos e econômicos ao longo da história. Estes precisam se transformar nos próprios sujeitos do desenvolvimento endógeno.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital Social e Desenvolvimento Local. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 423-440.

ALMEIDA, O. T.; UHI, C. **Planejamento do uso do solo do município de Paragominas utilizando dados econômicos e ecológicos**. Belém: Imazon, 1998. (Série Amazônia, n 9.)

AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, n. 23, jun.2001, p. 261-286.

_____. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, IPEA, n.º 14, dez. 1996.

ARMITAGE, D. An integrative methodological framework for sustainable environmental planning and management (Forum). In: **Environmental Management**. v. 19, n. 4, p. 469-479, 1995.

BANERJEE, S. B. Contra-discurso do desenvolvimento sustentável. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (orgs.). Belém: Unamaz, 2003, p. 75-130.

BANFIELD, E. C. **The moral basis of a backward society**. Nova York: The Free Press, 1958.

BARP, W. J. **Fronteira da cidadania: cartografia da violência na Amazônia brasileira**. Campinas-São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

BARRETO, P.; UHL, C.; YARED, J. O potencial de produção sustentável de madeira em Paragominas – PA; na Amazonia Oriental: considerações ecológicas e econômicas. In: CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 7, 1993. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura / Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais, 1993.v. 1, 382-92.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 66-80.

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 27-50.

_____. Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Revista Parcerias Estratégicas**. n. 12, set. 2001, p. 135-159.

_____. Os significados da defesa da Amazônia: projeto geopolítico ou fronteira tecno(eco)lógica para o século XXI? In: OLIVEIRA FILHO, J. P. (org.). **Antropologia & Indigenismo: militares, índios e fronteiras**, n. 1, nov.1990, p. 66-70.

_____. **C/T&I para conhecimento e uso do patrimônio natural da Amazônia**. 2005. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/cncti3/documentos/seminariosartigos/areasinternacional/drabertabecker.pdf>>. Acesso em: 7 de jan. 2007.

_____. **Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial**. Santiago de Chile, ILPES, 1997.

- _____. **Amazônia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991. Série
- _____. Os significados da defesa da Amazônia: projeto geopolítico ou fronteira tecno (eco)lógica para o século XXI? In: OLIVEIRA FILHO, J. P. (Org.), *Antropologia & Indigenismo: militares, índios e fronteiras*, n. 1, nov.,1990.
- BECKER, D. F. **REDENEP: A pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional**. Lajeado: UNIVATES, 2000, p. 90-120.
- BOISIER, S. **Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial**. Santiago de Chile, ILPES, 1997
- BORJA, J. Participación ciudadana: una cuestión política. **Revista Foro**. Bogota, Ed. Foro Nacional por Colombia, n. 45, septiembre 2002, p. 19-35.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRANDÃO, C. A. A Espacialidade da riqueza: notas teóricas sobre as principais determinações da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, ano XV, n.1, 2001, p. 21-35.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional; Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Desenvolvimento da Amazônia – PAS**. Brasília, 2004.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: orientações para prática no apoio ao desenvolvimento sustentável de territórios rurais**.MDA/ SDT, Brasília, 2004. (Mimeo.)
- _____. Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável. **Referências para uma estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável para o Brasil**. Brasília, CONDRAF, 2005. (Série Documentos SDT, 1.)
- _____. Ministério da Justiça/ Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Custos sociais e econômicos da criminalidade no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.unodc.org/pdf/brazil/pp_6_custos_sociais_pt.pps>. Acesso em: abr. 2006.
- BRITO, D. C. **A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- BROOKS, H. The concept of sustainable development and environmentally sound technology. In: ENVIRONMENTALLY sound technology for sustainable development. New York: United Nations, 199, p.19-25. (Advanced Technology Assessment System,7.)
- CANDIOTTO, L. Z. P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 70-100.
- CASIMIR, M. J. The dimensions of territoriality: An introduction. In: CASIMIR, M. J.; RAO, A. (eds.). **Mobility and territoriality**. New York: Berg, 1992, p. 1-26.
- CASTRO, E. AMAZÔNIA DO SÉCULO XXI – DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E DESMATAMENTO. In: SEMINÁRIO SOBRE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA. Ananindeua, 2004.

- CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.
- COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Integration de espaces et quase integration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives? **Revue d'Economie Régionale et Urbaine**. Paris, n.3, p. 489-506, 1993.
- DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA DO SUS (DATASUS). **Dados sobre saúde e morbidade**. 2003. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 25 de fev. de 2005.
- DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade para repensar a geografia (Apresentação). In: SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 7-13.
- DINIZ FILHO, L. L. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na geografia econômica: um breve balanço. **Terra Livre**. São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, p. 143-160, jan./jun. 2002.
- DURSTON, J. **¿Qué es el capital social comunitario?** Santiago de Chile: CEPAL, 2000.
- _____. Construyendo capital social comunitario. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile, n. 69, p. 103-118, diciembre 1999.
- ECHEVERRÍA, J. M. **Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico**. Buenos Aires: Solar-Hachette, 1964.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 20-30.
- FERNANDES, M. L. D; FIÚZA, A. L. C. Territórios rurais: uma abordagem para o desenvolvimento: processos de construção social e implantação do território da serra do Brigadeiro – Minas Gerais. 2006. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/seminariotrm/doc/MARIA-LUISA-DIEZ.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2007.
- FERNANDES, M. **Donos de Terra**: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR. Belém: NAEA; UFPA. 1999.
- FERREIRA, M. I. C. A ronda da pobreza: violência e morte na solidariedade. **SEBRAP**: Novos Estudos. n. 93, jul. 1992, p. 5-10.
- FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GILLY, J. P.; PECQUEUR, B. La dimension locale de la regulation. In: BOYER, R.; SAILARD, Y. **Théorie de la regulation l'état des savoirs**. Paris: La Découverte, 1995, p. 304-312.
- GODARD, O; e *et al.*. Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. **Estudios Territoriales**. Madrid, n. 24, 1987. p.130-150.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1985.
- GRAAF, N. R. **A silvicultura system for natural regeneration of tropical rain forest in Suriname**. Wageningen, Holanda: Agricultura University, 1986. 250 p.
- GUTBERLET, J. Zoneamento da Amazônia: uma visão crítica. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 16, n. 46, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 9 mar. 2007.

GUZMÁN CASADO, G.; MOLINA, M. Gonzales; SEVILLA, E. **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

HAESBART, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**, v. 1, n. 1, 1999, p. 15-39.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HUETING, R.; REIJNDERS, L. Sustainability is an objective concept. **Ecological Economica**. v. 27, 1998, p. 139-147.

HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. Fondo de Cultura Económica, México, 1990.

HEIDRICH, A. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Edunioeste, 2004, p. 37-66.

HENDRISON, J. **Damage-controlled logging in manage tropical rain forest in Suriname**. Wageningen: Agricultural University, 1990.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

HOLANDA, S. B. **1902 – 1982: Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. **Globalização e modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

IBGE. **Censo Demográfico (2000)**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Contagem da população (2007). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/metodologia_estimativas.pdf>. Acesso em: 7 nov. de 2007.

IICA. **Desenvolvimento sustentável e territorialidade: identidades e tipologias** (Bases conceituais e proposta metodológica). Relatório Técnico. PCT/SDT/MDA - IICA, 2006. (Mimeo.)

INCRA. **Roteiro para Formulação de Planos de Consolidação de Assentamento da Reforma Agrária**. Brasília: PCT-IICA/ INCRA, Brasília, DF, 2001.

JONKERS, W. B. J. **Vegetation structure, logging damage, and silviculture in tropical rain forest in Suriname**. Wageninge: Agricultural University, 1988.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL**. Santiago de Chile, n. 69, p. 85-102, dez. 1999.

LEAL, G. **Paragominas: a realidade do pioneirismo**. 2. ed. Alves. Prefeitura Municipal de Paragominas, 2000.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. Departamento de Antropologia: **Série Antropológica**. Universidade de Brasília, 2002, p.1-33.

LONG, A.; van der PLOEG, J. D. Endogenous Development: Practices and Perspectives. In: van der PLOEG, J. D.; LONG, A. (eds.). **Born from Within: practice and perspectives of Endogenous Rural Development**. Van Gorcum, Assen, The Netherlands, 1994, p. 100-130.

LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. Networks in rural development: beyond exogenous and endogenous models. In: van der PLOEG; van DIJK (eds.). **Beyond Modernization. The Impact of endogenous development**. Assen: Van Gorcum, 1995, p. 30-63.

MARTINE, G. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. Brasília, DF: Instituto SPN, 1992.

MARTINE, G.; GARCIA, R. **Os Impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTIN, R. Teoria econômica e geografia humana. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996, p. 13-40.

MARTINS, J. S. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec. 1989.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1982.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MDA/SDT/CONDRAF. **Referências para um programa territorial de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, IICA, Documento do trabalho, versão de junho de 2003.

_____. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais 01/2005. Brasília, 2005a.

_____. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais 03/2005. Brasília, 2005b.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS, W. W. **Limites do Crescimento – Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MONTEIRO, M. A. **Siderurgia e Carvoejamento na Amazônia: drenagem energético-material e pauperização regional**. Belém: UFPA, em co-edição com a ETFFPA, 1998.

_____. A opção possível e desejável por um novo modelo de desenvolvimento. In: **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. MONTEIRO, M. A.; CARVALÓ, D. M. (Orgs.). Belém: NAEA; UFPA, 2006, p. 1-15.

_____. O arranjo produtivo mínero-metalúrgico em Barcarena (PA): gênese e desenvolvimento. **Papers do NAEA**. Belém: NAEA; UFPA, v. 181, p. 1-38, 2005.

MONTEIRO, M. A.; PUTY, C. C. B.; CARDOSO, A. C. O significado do Governo Ana Júlia. In: PARÁ. Governo do Estado. Belém, 2008.

MORO, D. A. A organização do espaço como objeto da geografia. **Boletim de Geografia**. Maringá, n. 10, v. 1, dez. 1992, p. 10-25.

NITSCH, M. **O futuro da Amazônia: questões críticas, cenários críticos**. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 16, n. 46, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 9 de mar. 2007.

OHMAE, K. **O mundo sem fronteiras: poder e estratégia em uma economia global**. São Paulo: Makron; McGraw-Hill, 1991.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**. Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre>. Acesso em: 18 jan. 2007.

PARÁ. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estatísticas Municipais**. Belém: SEPOF, 2007.

PARÁ. Governo do Estado. **Mensagem da Governadora do Estado do Para à Assembléia Legislativa do Pará**. Belém: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, 2007.

PASOS, M. M.; MORO, D. A. A geografia e as lógicas regionais. **Boletim de Geografia**. Maringá, v. 21, n. 1, p. 1-12, 2003.

PICCHI, A. The relations between central and local powers as context for endogenous development. In: van der PLOEG, J. D.; LONG, A. (eds.). **Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development**. Van Gorcum, Assen, The Netherlands, 1994, p. 115-130.

van der PLOEG, J. D.; SACCOMANDI, V. On impact of endogenous development in agriculture. In: van der PLOEG, J. D.; van DIJK, G. (eds.). **Beyond modernization: the impact of endogenous development**. Assen: Van Gorcum, 1995, p. 27-40.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991 e 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/home>>. Acesso em: 12 abr. 2006.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. 2003. Disponível em: <<http://pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: 25 fev. 2005.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REMMERS, G. **Con cojones y maestría: un estudio sociológico acerca del desarrollo rural endógeno y proceso de localización en la sierra de la Contraviesa (España)**, Amsterdam: Thela Publishers, 1998.

_____. El Desarrollo Endógeno en Zonas Rurales: acertando en un blanco móvil. In: **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**. Thela Publishers, Amsterdam . 2000.

- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata ? Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ROMAN, C. R. A ciência econômica e o meio ambiente: uma discussão sobre crescimento e preservação ambiental. **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo, v.4, n. 7/8, p.99-109, maio/nov. 1996.
- ROMER, P. The Origins of Endogenous Growth. **Journal of Economic Perspectives**. v. 8, n. 1, Winter 1986.
- ROSA, A. V. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual. 1998.
- ROSTOW, W. W. **As etapas do crescimento econômico**: um manifesto não comunista. 4. ed., Rio de Janeiro: J. Zahar, 1971.
- SACHS, I. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. **Estudos Avançados**. v. 12, n. 33, p. 149-156, 1998.
- SACK, R. **The human territoriality - its theory and history**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- SANDRONI, P. **Novo Dicionário de Economia**. 3. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997a.
- _____. **Por uma outra globalização**. 9. ed. São Paulo: Record, 2002.
- _____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6. ed. São Paulo: Record, 2004.
- SAQUE, M.; SANTOS, R.; VALE, A. L. O território: diferentes abordagens e conceitos – chaves para a compreensão da migração. **Faz Ciência**. Francisco Beltrão, v. 7, 2005, p. 11 – 26.
- SAQUET, M. A abordagem territorial: considerações sobre dialética do pensamento e de território. In: I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚTIPLAS TERRITORIALIDADES, 2005, Canoas. **Anais...** Canoas: ULBRA, UFRGS, 2005, p. 100-130.
- _____. O território: diferentes abordagens na literatura italiana. In: RIBAS, A.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 121-148.
- _____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.
- SARACENO, E. Alternative readings of spatial differentiation: the rural versus the local economy approach in Italy. **European Review of Agricultural Economics**, v.21,p.451-74,1994.
- SAVORY, A. **Holistic resource management**. New York: Westview Press, 1988.

SEN, A. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. *Agroecol. Desenv.Rur.Sustent.*, Porto Alegre, v.2, n.1:35-45, jan./mar, 2001.

_____. *El marco teórico de La Agroecología*. Córdoba; ISEC/ Universidad de Córdoba, 1995.

SILVA, B. D. Questionar os fundamentalismos tecnológicos: tecnofobia *versus* tecnolatria. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS, 1, 1999. **Anais...** Braga (Portugal): Universidade do Minho, 1999.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2002.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/ Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisa, 1.)

SILVA, M. R.; SILVA, S. Crescimento endógeno. In: COSTA, J. S. (coord.). **Compêndio de Economia Regional**. Coimbra:APDR, 2002, p. 174-189.

SLEE, B. Theoretical Aspects of the Study of Endogenous Development. In: van der PIOEG, J. D.; LONG, A. (eds.). **Born from Within: practice and perspectives of Endogenous Rural Development**. Van Gorcum, Assen, The Netherlands, 1994, p. 12-38.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 10-30.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 15-45.

_____. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

SUNKEL, O.; PAZ, P. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. México: Siglo Veintiuno, 1970.

TENANI, P. A chave de todas as portas. *Valor Econômico*. **Caderno EU**. São Paulo, 3, 4 e 5, out. 2003, p. 12-13.

TOURAINÉ, A. **¿Podremos Vivir juntos?** Iguales y diferentes. Madrid: PPC, 1997.

BRASIL - Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará (TRE/PA). Eleições municipais. Disponível em: <www2.tre-pa.gov.br/eleicoes.jsp>. Acesso em: 12 abr. 2006.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

_____. **Desarrollo local:** una estrategia de creación de empleo. Madrid: Ed. Pirámide, 1988

VEJA. São Paulo: Abril, n.47, 26 nov. 2003, 182 p.

VERISSIMO, A.; *et al.* A expansão da atividade madeireira na Amazônia: Impactos e perspectivas para o desenvolvimento do setor florestal no Pará. In: INSTITUTO DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. **Impactos da atividade madeireira e perspectivas para o manejo sustentável da floresta numa velha fronteira da Amazônia:** o caso de Paragominas. Belém: IMAZON, 1996.

VENTURIERI, A.; *et al.* **Utilização de imagens Landsat e CBERS na avaliação da mudança do uso e cobertura da terra e seus reflexos na qualidade da água em microbacia hidrográfica do município de Paragominas, Pará.** 2007. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/cbers/cbers_XIISBSR/648_Paragominas_SBSR.pdf>. Acessado em: 23 de maio de 2007.

WATRIN, O. S., ROCHA, A. M. **Levantamento da vegetação natural e do uso da terra no município de Paragominas (PA) utilizando imagens TM/LANDSAT.** Belém: EMBRAPA/CPATU, 1992. 40 p. (Boletim de Pesquisa, 124.)

WORLD COMMISSION FOR ECONOMIC DEVELOPMENT (WCDE). **Our common future.** New York: Oxford University Press, 1987.